

JOÃO MANUEL CORREIA FILHO

DIVISÕES E TENTATIVAS DE UNIFICAÇÃO

A Trajectória dos Movimentos de Libertação
de Angola (1950-1975)



Periodicojs
EDITORA ACADÉMICA

JOÃO MANUEL CORREIA FILHO

DIVISÕES E TENTATIVAS DE UNIFICAÇÃO

A Trajectória dos Movimentos de Libertação
de Angola (1950-1975)



Periodicojs
EDITORA ACADÉMICA

Conselho Editorial

Abas Rezaey

Izabel Ferreira de Miranda

Ana Maria Brandão

Leides Barroso Azevedo Moura

Fernado Ribeiro Bessa

Luiz Fernando Bessa

Filipe Lins dos Santos

Manuel Carlos Silva

Flor de María Sánchez Aguirre

Renísia Cristina Garcia Filice

Isabel Menacho Vargas

Rosana Boullosa

Projeto Gráfico, editoração, capa

Editora Acadêmica Periodicojs

Idioma

Português

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D618 Divisões e tentativas de unificação: a trajetória dos movimentos de libertação de Angola (1950-1975) / João Manuel Correia Filho – João Pessoa: Periodicojs editora, 2025.

E-book: il. color.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-6010-163-0

1. História. 2. Movimentos Nacionais. I. Correia Filho, João Manuel. II. Título

CDD 907

Elaborada por Dayse de França Barbosa CRB 15-553

Índice para catálogo sistemático:

1. História: 907



Filipe Lins dos Santos
Presidente e Editor Sênior da Periodicojs

CNPJ: 39.865.437/0001-23

Rua Josias Lopes Braga, n. 437, Bancários, João Pessoa - PB - Brasil

website: www.periodicojs.com.br

instagram: @periodicojs

Prefácio



A coleção de ebooks intitulada de Humanas em Perspectiva tem como propósito primordial a divulgação e publicação de trabalhos de qualidade nas áreas das ciências humanas que são avaliados no sistema duplo cego.

Foi pensando nisso que a coleção de ebooks destinou uma seção específica para dar ênfase e divulgação a trabalhos de professores, alunos, pesquisadores e estudiosos das áreas das ciências humanas. O objetivo dessa seção é unir o debate interdisciplinar com temas e debates específicos da área mencionada. Desse modo, em tempos que a produção científica requer cada vez mais qualidade e amplitude de abertura para diversos leitores se apropriarem dos estudos acadêmicos, criamos essa seção com o objetivo de metodologicamente democratizar o estudo, pesquisa e ensino na área das ciências humanas.

Esse novo ebook produzido apresenta uma discussão essencial sobre os processos de divisão e unificação da Angola entre os anos de 1950-1975. O recorte do autor permite uma análise apurada e uma reflexão inovadora para o tema.

Filipe Lins dos Santos

Editor Sênior da Editora Acadêmica Periodicojs

Sumário

INTRODUÇÃO

8

Capítulo 1

BREVE CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO
POLÍTICO-ECONÓMICO DE ANGOLA NAS DÉCADAS

40 E 50 (XX)

36

Capítulo 2

SURGIMENTO DOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO
NACIONAL NAS DÉCADAS DOS ANOS 50 – 60 E
TENTATIVAS DE UNIFICAÇÃO

68

Capítulo 3

POLÍTICA EXTERNA DOS MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL E “SOLIDARIEDADE” INTERNACIONAL

135

Capítulo 4

LUTA DE LIBERTAÇÃO E TRANSIÇÃO PARA INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA NA DÉCADA DE 60

-70

180

Considerações finais

266

Referências bibliográficas

272

The background of the entire page is a dark red color. Overlaid on this is a faint, light-colored image of a person climbing a rope. The person is in a dynamic pose, reaching up with one arm and holding a flag that is flying. The image is semi-transparent, allowing the red background to show through.

INTRODUÇÃO

O estudo ora apresentado em livro desenvolveu-se no âmbito da dissertação de mestrado em Ensino de História de África, no Instituto Superior de Ciências de Educação de Luanda, sob o tema “Os Movimentos de Libertação Nacional: Formação e desenvolvimento (Décadas dos anos 50 - 70 do século XX)” sob orientação da Professora Doutora Alda Romão Saúte Saíde.

Após Segunda Guerra Mundial (1945), houve um recrudescimento dos movimentos pró-independência das colónias do continente africano, mantidas sob domínio dos países europeus, sendo que Portugal mantinha como colónias São Tomé e Príncipe, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e Angola.

O nacionalismo anti-colonial, mobilizador das massas populares quer nas zonas rurais, quer nas áreas urbanas em Angola começou a formar-se no princípio dos anos 50 do séc. XX. Mas é na década posterior onde, realmente, passam a afirmar-se, os movimentos de libertação nacional que colocam claramente a hipótese de instauração do Estado angolano recorrendo, para esse ideal,

a várias acções de guerrilha, a reacção violenta contra o colonizador.

Deste modo, para J. Pedro Capitão, «o nacionalismo angolano nasceu de dois movimentos: a resistência popular ao invasor que expropriava as terras, obrigava ao pagamento do imposto de soberania e impunha à população trabalhos forçados que levava a novas revoltas; e a acção política levada a cabo por intelectuais que denunciavam o roubo e a pilhagem coloniais» (CAPITÃO, 1974, p. 129).

Apesar da existência de diversas manifestações nacionalistas, principalmente a partir da consolidação da colonização portuguesa em Angola, o presente estudo terá como objecto de análise a evolução dos três principais movimentos de libertação: UPNA/UPA/FNLA, MPLA e UNITA que participaram no processo de Libertação nas décadas de 50 -70.

Os Movimentos de Libertação de Angola constituíram-se e desenvolveram-se na fase da guerra anticolonial, após a Segunda Guerra Mundial, não só nos meios urbanos da capital angolana, como também em alguns

países estrangeiros (como é o caso, por exemplo, de Portugal e da República do Zaire actual República Democrática do Congo). Deste modo, formaram-se no território angolano duas correntes nacionalistas com ideologias antagónicas: a «corrente Luanda/Lisboa» marcada essencialmente por ideias marxistas fundacionais do MPLA a corrente «Leopoldville/Luanda» - influenciada por um sincretismo cristão protestante e etno-regional - baluarte da FNLA. Por seu lado, o Movimento União para a Independência Total de Angola (UNITA) só entraria na cena política em 1966, tendo como principal fundador e dirigente Jonas Savimbi, antigo ministro dos Negócios Estrangeiros da FNLA.

O debate sobre a formação dos movimentos de libertação em Angola, tem suscitado explicações por parte dos académicos e políticos (até mesmo religiosos) na medida em que a história de Angola vai sendo reescrita. A partir da revisão bibliográfica constata-se que as quatro tendências historiográficas não abordam com profundidade a influência da guerra fria, a matriz étnica durante a formação dos movimentos e o perfil ideológico dos movimentos, como

elementos fundamentais, que levou o conflito entre eles e a não unificação.

O presente livro tem por finalidade analisar as causas das divergências entre os movimentos de Libertação Nacional sua formação e desenvolvimento nas décadas dos anos 50 - 70 do século XX. Num primeiro capítulo caracterizou-se o período que antecedeu a criação dos movimentos de libertação em Angola. No segundo , fez-se a descrição do período do surgimento dos movimentos de libertação nacional nas décadas dos anos 50 – 60. No terceiro capítulo identificou-se as políticas externas das organizações nacionalistas e solidariedade internacional e finalmente, procurou-se explicar a luta de libertação e a transição para independência de Angola.

A investigação encontra-se intimamente relacionada com o interesse pessoal e profissional pelos assuntos relativos à descolonização do continente africano, particularmente em Angola. Nessa linha poder-se-á referir que a escolha do tema se alicerça em dois aspectos fundamentais: por um lado, a internacionalização do

conflito angolano através do apoio de superpotências mundiais (EUA e URSS) aos principais Movimentos de Libertação de Angola (FNLA, MPLA e UNITA) e, por outro, a sua própria especificidade, dadas as acentuadas divergências ideológicas e estratégicas, chegando inclusive a se combaterem entre si.

É, pois, nesta perspectiva que propôs-se estudar a luta de Libertação de Angola, em termos de formação e desenvolvimento dos movimentos de libertação nacional nas décadas dos anos 50 - 70 do século XX.

O presente trabalho inscreve-se numa abordagem qualitativa. Os métodos de investigação foi baseados na pesquisa bibliográfica, documental dos três movimentos de libertação (FNLA, MPLA e UNITA). Utilizou-se o método histórico que consistiu em investigar os acontecimentos e processos históricos para verificar a sua influência na sociedade; o Comparativo que permitiu estabelecer relações de casualidade entre fenómenos sociais e o Descritivo que procurou dar explicações de acontecimentos singulares e das suas relações.

O presente trabalho vai integrar um paradigma interpretativo, tendo em conta a utilização de bibliografias relacionada com os vários temas e subtemas em que o trabalho se desdobra, comunicações, conferências e teses de Doutoramentos. Para a elaboração deste trabalho foram usadas fontes primárias e secundárias. A pesquisa de fontes documentais foi central para a realização deste trabalho. Para tal, num primeiro momento, procedeu-se a uma exploração bibliográfica das várias temáticas, recorrendo a documentação disponível na Biblioteca Geral do ISCED, Biblioteca Nacional, da Universidade Católica, do Instituto Superior de Relações Internacionais e ciências Sociais (CIS), na biblioteca da Universidade Metropolitana de Angola e na biblioteca da embaixada Portuguesa. Num segundo momento, uma pesquisa bibliográfica, foi efectuado em Luanda no arquivo Histórico e o arquivo do nacionalista Lúcio Lara (TChiweka), bem como nas sedes nacionais e comités destes movimentos.

Quanto a delimitação do estudo, escolheu-se o período que vai de 1950 – 1970 porque foi um período

da formação dos movimentos de libertação e a luta pela independência. Ademais, achou-se que o período acima é prenhe em acontecimentos, onde se destacam o surgimento dos movimentos de libertação nacional nas décadas de 50 -60, as políticas externas e a solidariedade internacional, e finalmente o início da luta de libertação e a transição para a independência de Angola na década de 70.

A unidade de análise para o estudo vai procurar na primeira parte contextualizar a presença do colonialismo português em Angola e as políticas de opressão contra os nativos bem como a exploração dos recursos naturais. A segunda parte vai abordar surgimento dos movimentos de libertação nacional as suas políticas externas e solidariedade internacional e finalmente o processo da luta pela independência.

Estado da arte

A temática formação dos movimentos de libertação de Angola tem sido alvo de vários estudos

académicos, principalmente nos últimos anos, verificando-se um incremento substancial em termos de acervos bibliográficos. Uma investigação que terá como núcleo central os movimentos de libertação, não pode obnubilar que estes movimentos de resistência e de afrontamento ao colonialismo português foram o resultado final das políticas e das práticas colonialistas que o governo de Lisboa transplantou para África. Sendo assim, e porque o colonialismo português não foi uma pura invenção lusa, mas convergiu das políticas imperialistas ocidentais dos finais do século XIX e primeira metade do século XX, tornou-se imprescindível uma leitura aturada de obras de historiadores africanos e europeus que abordaram esta problemática.

Nesse âmbito, uma primeira tendência historiográfica são de destacar os trabalhos de Marcum (1969 e 1978), de Pellissier (1969), Wheeler e Pélissier (1971) e Gerald Bender (1978) seja em obras de maior fôlego, ou em artigos publicados ao longo destas décadas.

No primeiro volume de *The Angolan Revolution*,

John Marcum (1969) apresentou a sua tipologia sobre o nacionalismo angolano elaborada a partir do cruzamento dos conceitos de etnia e de classe. É uma tipologia tripartida que divide o nacionalismo angolano em três correntes: (1) Luanda-Mbundu (MPLA), com uma elite predominantemente urbana, (2) Bakongo (UPA/FNLA) e (3) Ovimbundu mais Quioco (UNITA), havendo em (2) e (3) uma orientação rural e camponesa.

Nesta grelha altamente etnicizada não há lugar para o nacionalismo dos brancos de Angola. Aliás, John Marcum (1969) justificou a “existência” de alguns brancos no MPLA com o argumento de que o carácter demográfico único de Luanda teria proporcionado a incorporação de alguns filhos de colonos na corrente Luanda-Mbundu. No entanto, a sua tipologia é demasiado etnicista e racializada. O autor exagerou na identificação dos movimentos guerrilheiros com cada um dos principais grupos etnolinguísticos angolanos.

A influência da “classe” na formação do nacionalismo angolano foi claramente secundarizada, pelo

que, Marcum ignorou o peso dos factores económicos e sociais nas opções políticas dos movimentos independentistas. No segundo volume de *The Angolan Revolution*, publicado em 1978, John Marcum não modificou o quadro delineado no primeiro livro, realizando apenas algumas considerações muito sintéticas sobre a insuficiência política dos colonos no processo de independência de Angola. Falta porém toda uma investigação sobre o comportamento político dos brancos angolanos durante a 1.^a República e Estado Novo em Portugal, sem a qual não é possível compreender as suas atitudes durante o processo de independência.

René Pélissier (1969) apresentou uma outra tipologia do nacionalismo angolano em “Nationalismes en Angola”, publicado na *Revue Française de Science Politique*. Pélissier propôs a existência de duas grandes correntes nacionalistas angolanas, uma representada pelos colonos brancos e a outra pela maioria negra e mestiça, se bem que esta última estivesse subdividida em duas linhas diferentes, a modernista (MPLA) e a etno-nacionalista (UPA/FNLA). Relativamente à primeira corrente, Pélissier não foi muito

claro, pois ora a classificou de nacionalista, ora a definiu de “separatista”. Douglas Wheeler e René Pélissier (1971) no livro reduziram o protesto político dos brancos quer à condição de sentimento autonomista, canalizado por uma minoria marxista, quer ao estatuto de separatismo “anti-nacionalista” e “anti-africano”, promovido por uma maioria conservadora e reaccionária. No campo do nacionalismo dos negros e dos mestiços, Wheeler e Pélissier (1971) apontaram a existência de duas correntes: os modernistas, sujeitos a influências marxistas, e os etno-nacionalistas, que dispunham duma base social dita “tribal”. Esta indefinição conceptual no que diz respeito ao protesto político dos colonos brancos também não foi resolvida em publicado em 1971 por Angola, livro Douglas Wheeler e René Pélissier.

O principal problema da tipologia apresentada por Wheeler e Pélissier (1971) é que confunde as bases sociais do nacionalismo angolano com o fenómeno nacionalista em si e ignora o facto dos movimentos nacionalistas terem recrutado militantes provenientes de vários desses grupos, senão mesmo dos quatro. Por exemplo, o MPLA

reuniu antigos e novos assimilados, tal como bakongos e um número reduzido de brancos. A UPA/FNLA tinha uma base social constituída sobretudo por bakongos e por novos assimilados, mas manteve também contactos estreitos com antigos assimilados – por exemplo, o Cónego Manuel das Neves – e, depois do 25 de Abril, recrutou brancos para o seu corpo militar, entre os quais o Coronel Gilberto Santos e Castro. A UNITA foi um movimento organizado fundamentalmente por novos assimilados do Centro-Sul, mas foi também o movimento guerrilheiro que mais adesão obteve entre a população branca após o 25 de Abril de 1974.

A este respeito, é de salientar que, apesar das suas insuficiências, estas três tipologias, sobretudo as de Marcum (1978) e Wheeler e Pélissier (1971), foram amplamente aceites – e de forma acrítica - pela comunidade académica como os principais quadros interpretativos do fenómeno nacionalista em Angola.

A partir dos finais da década de 1970, verificou-se uma tendência na investigação histórica para se concentrar no estudo de aspectos mais circunscritos da

história contemporânea de Angola. Foi neste âmbito que se inseriu a obra de Gerald Bender (1978), *Angola Under the Portuguese. The Myth and the Reality*, que se debruçou fundamentalmente sobre o problema das relações raciais e sobre as políticas de povoamento branco em Angola. Neste sentido, o autor analisou questões tais como a miscigenação, o luso-tropicalismo, os colonatos agrícolas, o acesso à mão de obra africana e a posse da terra. Porém, Bender ignorou por completo a problemática do comportamento político dos brancos de Angola, omissão inexplicável num estudo sobre o tema do povoamento branco.

Paralelamente à historiografia internacional, os intelectuais angolanos e portugueses deram alguns passos no sentido de elaborarem uma primeira “história” do nacionalismo angolano. Começa então uma segunda tendência historiográfica composta por intelectuais e políticos como é o caso de Mário Pinto de Andrade e Viriato da Cruz com as suas publicações em livros e artigos em revistas.

Contudo, o debate intelectual foi dominado

quase completamente pela luta político-ideológica entre as guerrilhas independentistas e o colonialismo português. A história foi utilizada como uma arma no combate entre os dois contendores e até no interior de cada um dos campos entre movimentos rivais. Do lado anti-colonial, é de relevar que a maioria dos intelectuais desempenhou também funções políticas nos movimentos nacionalistas, nomeadamente Mário Pinto de Andrade e Viriato da Cruz, respectivamente Presidente e Secretário-geral do MPLA entre 1960 e 1962.

Mário Pinto de Andrade foi o primeiro angolano a publicar um estudo sobre nacionalismo angolano. Em “Le nationalisme angolais” , Pinto de Andrade (1962) defendeu a ideia de que o nacionalismo angolano envolveu fundamentalmente a população não branca - negros e mestiços - , em especial da região de Luanda. Neste sentido, Pinto de Andrade ignorou a existência do protesto nacionalista elaborado pelos brancos de Angola. Posição que derivou do facto do autor ter sobreposto os conceitos de raça e de nacionalidade, no sentido em que o branco

não era considerado um “autêntico” angolano pelo simples facto de ser branco. Para Pinto de Andrade (1962), branco era sinónimo de estrangeiro, de europeu; enquanto negro era sinónimo de africano. O mestiço reentrava nesta última categoria, sendo-lhe reconhecida a sua angolanidade.

Esta racialização do princípio da nacionalidade inseriu-se num debate maior que decorreu no seio do MPLA em 1962, no âmbito da sua 1ª Conferência Nacional, em Leopoldville, e que provocou sérias “feridas” no próprio movimento. Posteriormente, Mário Pinto de Andrade e Marc Ollivier reforçaram a identificação do nacionalismo angolano com o protesto político dos negros e dos mestiços em *La guerre en Angola*, publicado em 1971. Este livro não só ignorou por completo o nacionalismo dos brancos de Angola, como também procedeu a uma “colagem” das posições políticas dos colonos à política racista do apartheid da África do Sul, no quadro duma alegada estratégia internacional de manutenção do “bastião branco” na África Austral. Curiosamente, Mário Pinto de Andrade entrou em contradição com esta linha de pensamento poucos

anos depois, durante o período em que foi membro da Revolta Activa, grupo de protesto nascido no interior do MPLA em 1974. Nesta ocasião, Pinto de Andrade tomou posição pela unidade de todos os segmentos demográficos de Angola, incluindo a sua componente branca. Mas, desde já, é necessário sublinhar que, enquanto dirigente de um movimento político, as posições intelectuais de Pinto Andrade foram muitas vezes ditadas pelas estratégias políticas e partidárias. Aliás, no quadro intelectual da época, a ideia dominante era a de que a história estava ao serviço duma determinada causa política. Mas quando a história é assim utilizada - para fins políticos - acaba sempre por gerar equívocos e mitos com consequências negativas para o conhecimento dos factos.

O processo de racialização do princípio da nacionalidade foi acentuado por Viriato da Cruz, no artigo “Angola: quelle indépendance”, publicado na revista *Révolution*, em 1964. Viriato da Cruz (1964) tinha sido um dos ideólogos do MPLA, mas entrou em dissidência com a direcção desse movimento em 1963, na sequência da

sua 1.^a Conferência Nacional em Leopoldville (Kinshasa, Dezembro de 1962), e posteriormente entrou na FNLA. Neste sentido, Viriato da Cruz procedeu a uma crítica cerrada do comportamento político de uma determinada fracção da minoria assimilada angolana, que o autor identificou com a nova cúpula dirigente do MPLA, incluindo o próprio Agostinho Neto. Simultaneamente, Viriato da Cruz introduziu a dimensão da luta de classes na análise do nacionalismo angolano, sobrepondo os conceitos de raça, de nacionalidade e de classe.

Uma terceira tendência historiográfica com os trabalhos mais recentes são incontornáveis os estudos desenvolvidos por Armando de Castro (1981), Carlos Pacheco (1997), Dalila Cabrita Mateus (1997), Luís Nuno Rodrigues (1998), Jean-Michel Mabeko Tali (2001) e Patrick Chabal (2002).

Armando de Castro (1981) no seu livro o sistema colonial português em África, salienta como factores importantes para a descolonização o V Congresso Pan-Africano, realizado em Manchester (1946), quando foi

redigida a “Declaração aos Povos Colonizados”, pelo Dr. Kwame Nkrumah, nascido na Costa do Ouro. Na ocasião foi criado um Comité Regional de Delegados, que foi a primeira formação política organizado. Outro factor importante foi à criação da Organização das Nações Unidas (ONU), que se transformou na tribuna do anticolonialista militante.

Segundo Castro (1981) esse movimento influenciou directamente a realidade angolana, contribuindo para um clima de ebulição das reivindicações nacionalistas, que encontraram no regime salazarista uma forte oposição e perseguição. Em 1957, introduzida a PIDE¹ – Polícia Internacional e de Defesa do Estado - em Angola, com o intuito de sufocar qualquer possibilidade de oposição. Esta medida e, ainda, acompanhada de reformas que visavam a manutenção da colónia, além da diminuição dos questionamentos nacionais e internacionais que recaiam

1 Nome da polícia política da ditadura salazarista criada em 1945 com o nome de Polícia Internacional de Defesa do Estado, tendo mudado mais tarde a sua denominação para Polícia de Vigilância e Defesa do Estado. Uma excelente descrição da intervenção da PIDE durante este período pode ser encontrada em MATEUS, Dalila Cabrita, (2004). A PIDE-DGS na Guerra Colonial 1961-1974, Lisboa: Editora Terramar

sobre Portugal, como a abolição do Estatuto dos Indígenas, em 1961, e a maior abertura para investimentos externos, visando dar continuidade ao processo de desenvolvimento económico.

O livro de Carlos Pacheco (1997), *MPLA, Um nascimento polémico*, na medida em que a obra fale unicamente da discussão da data de fundação do MPLA, como se essa fosse a questão central da história do nacionalismo angolano.

Dalila Cabrita Mateus (1997), *A luta pela independência*; a formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC, identifica o MPLA como protagonista da história do nacionalismo angolano excluindo do seu estudo outros movimentos nacionalistas angolanos (FNLA e UNITA). No quadro ainda desta excessiva concentração a historiografia no estudo do MPLA, salientamos a publicação dos dois volumes *Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio*, de Jean-Michel Mabeko - Tali (2001) que algumas considerações pertinentes sobre o debate no seio do MPLA em torno

da “questão da nacionalidade” e da determinação do lugar dos brancos e dos mestiços em Angola. Também, a história do MPLA tem dominado a agenda académica de investigadores portugueses, angolanos e brasileiros quase duma forma obsessiva. Pouca ou nenhuma atenção é concedida aos outros movimentos nacionalistas armados – FNLA e UNITA – e muito menos ao protesto político elaborado pelos brancos de Angola.

Luís Nuno Rodrigues (1998) Em Salazar e Kennedy — a crise de uma aliança e Witney Scheindman na obra *Confronto em África: Washington e a Queda do Império Colonial Português* afirmam que o declarado auxílio americano à UPA, a matriz marxista do MPLA e as ligações internacionais que este movimento conseguia concitar que parecerem inviabilizar a formação da Frente Comum do nacionalismo angolano, pois embora o neutralismo professado nos estatutos dos dois movimentos, cada um deles se posicionou politicamente. Rodrigues (1998) no seu livro afirma que Holden Roberto, professando o seu anticomunismo, enfileirou ao lado dos Estados

Unidos, tendo-lhe sido até prometido a chefia de uma Angola independente, caso Salazar tivesse aceite a proposta americana para uma autonomia faseada. O conflito que opunha os dois blocos políticos projectou-se de tal maneira no seio do movimento nacionalista angolano, que não só dificultou as inúmeras conversações para a realização dessa frente comum, como tomou a forma de Guerra Civil já depois da independência, em Novembro de 1975, quando a FNLA confrontou o MPLA que, no poder, era apoiado pela União Soviética e por Cuba².

Patrick Chabal (2002), *A History of Postcolonial Lusophone Africa* procurou repensar as tipologias clássicas

2 John Gaddis afirma que na sequência do golpe contra Pinochet, no Chile, o Congresso americano decidiu “proibir operações que pudessem conduzir a resultados semelhantes [envolvimento directo da CIA no golpe militar]. Decidiu aplicar isso mesmo em Angola (...) onde em 1975 se travava uma luta a três pelo poder, com os concorrentes apelando ao apoio dos Estados Unidos, União Soviética e da China. Não havia qualquer possibilidade, logo após o Vietname, de uma intervenção militar directa dos Estados Unidos: o financiamento secreto para a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), pró-americana, parecia a única opção disponível. Mas com a CIA sob vigilância cerrada (...) o Senado decidiu, em Dezembro de 1975, negar qualquer utilização secreta dos fundos de Angola, apesar da possibilidade de essa medida deixar o país, por falta de apoio americano, sob a influência de Moscovo.

do nacionalismo angolano e propôs a sua própria grelha analítica, inserindo-a no contexto duma reflexão mais vasta sobre o fenómeno nacionalista em África. No caso específico de Angola, Chabal considerou a existência de três tipos diferentes de nacionalismo: o moderno (MPLA), o tradicionalista (UPA/FNLA e UNITA) e o étnico ou etno-nacionalismo (FLEC). Deste modo, Patrick Chabal defende que os nacionalistas modernistas caracterizar-se-iam por uma visão política universalista, fortemente influenciada por modelos ideológicos europeus e em sintonia com as correntes políticas de esquerda de oposição à ditadura portuguesa, enquanto os tradicionalistas estariam mais profundamente ligados a uma realidade sociopolítica - existente ou imaginária - puramente africana, entendida no sentido restrito de negro, insistindo por isso na necessidade de recuperação das tradições da África pré-colonial.

Por sua vez, o etno-nacionalismo englobaria todos os movimentos interessados na “balcanização” de Angola, na medida em que colocariam em causa a continuidade das fronteiras territoriais traçadas pelo colonialismo. Porém,

na nossa análise, esse nacionalismo de base “étnica” pode ser simplesmente interpretado como uma forma de subnacionalismo, incapaz de superar uma situação de subalternidade política em relação a determinadas formas hegemónicas de nacionalismo. Além disso, Chabal não teve a devida consideração da especificidade política dos movimentos nacionalistas criados por brancos.

Na quarta tendência historiográfica buscou-se as obras de Pedro Pezarat Correia (1991), Silva Cardoso (2001) e Lúcio Lara (1997) que consiste na elevação ao estatuto de história semi-oficial de um conjunto de livros de memórias, testemunhos pessoais e colectâneas documentais de militares, políticos e administradores portugueses e angolanos envolvidos nos processos de dissolução do Império Colonial Português e de independência de Angola. Estas obras constituem fontes preciosas para a reconstrução da história colonial portuguesa e angolana, mas a sua utilização pelo historiador implica a realização duma crítica das fontes para evitar as “armadilhas” da memória e da política. Mas o problema maior é pensar que estes trabalhos

podem substituir uma investigação científica sobre a história recente de ambos os países. Por outras palavras, elevaram-se as memórias, relatos e narrativas pessoais à condição de livros de história, de modo que temos uma historiografia colonial escrita em larga medida pelos agentes dessa mesma história. Agentes que não têm formação científica, muito menos historiográfica, pelo que não existe sequer o distanciamento científico entre a história realidade e a história - conhecimento.

Uma destas memórias é de Pedro Pezarat Correia (1991) *A Descolonização de Angola*; a jóia da coroa do Império Português, de um dos militares portugueses envolvidos no processo de independência de Angola. É uma das obras mais representativas deste género de literatura. Não colocando em causa o mérito (ou o “desmérito”) do trabalho de Pedro Pezarat Correia, o facto é que trabalhos deste tipo veiculam necessariamente versões altamente personalizadas – e obviamente politicizadas – da história de Angola, facto que não é aceitável numa perspectiva historiográfica. Portanto, os relatos de militares, políticos e

administradores portugueses, angolanos e outros são bem-vindos pelo historiador como testemunhos históricos, mas não como obras de história. Trata-se de fontes históricas e não de livros de história.

Uma outra obra memorialista é de Silva Cardoso (2001) onde a ideia presente nesta circular torna-se recorrente, pelo que a Guerra, que mal despontara em Angola, surgia como um epifenómeno da Guerra Fria, com as colónias portuguesas a serem disputadas pelos dois blocos. Para o General Silva Cardoso, o processo da independência do Congo e o papel desempenhado pela URSS e os Estados Unidos naquela antiga colónia belga³ contaminaria Angola, pois “o fenómeno emancipalista do Congo iria se alastrar para Angola onde os dois jogadores, dentro dos princípios

3 “A crise do Congo iniciada no princípio da década de 50 e agravada significativamente a partir de 1955, culminou com a sua independência cerca de seis anos mais tarde. Durante todo este período os «jogadores» - EUA e URSS – digladiaram-se com os meios e as armas de que dispunham de modo a atingirem os objectivos políticos e económicos fixados para aquele enorme e rico território. Na fase inicial, verificou-se uma tentativa de a URSS, com a nomeação de Lumumbaz, resolver o problema a seu favor. Esta aparente vitória não foi além duns meses e os EUA depressa impuseram a sua hegemonia, criando ali um bastião anticomunista” (CARDOSO, 2001 p.82).

da estratégia indirecta movimentariam os seus meios e influências tendentes à criação dos instrumentos para a consecução dos objectivos fixados” (CARDOSO, 2001 p.82)

Para o nacionalista Lúcio Lara (1997) afirma que ânsia de liberdade expressa na Conferência de Bandung que, ecoando nos movimentos nacionalistas angolanos em formação, veio dar clareza a um discurso independentista. Independentemente do cunho de origem, estes movimentos comungavam da ideia da luta pelo direito a uma cidadania plena, que só seria conseguida depois da libertação das colónias. Quer os mestiços e negros assimilados de Luanda, quer os exilados bakongo no Congo Belga, quer os estudantes angolanos na Europa, quer os embarcados que, fruto da sua profissão, serviram de elo de ligação entre os nacionalistas do interior e os da diáspora, tinham consciência da clivagem profunda entre a minoritária comunidade branca, a quem automaticamente era reconhecida a cidadania portuguesa, e a ampla maioria dos africanos, designados «indígenas», remetida para as franjas dum sistema que não lhe reconhecia qualquer direito à participação. Entre uma e a outra

comunidade, os assimilados, como grupo residual que eram, procuravam aceder à cidadania portuguesa identificando-se com o colonizador mas por este nem sempre reconhecido.

Segundo Lara (1997) com o fim da II Guerra Mundial e o início da Guerra Fria, cria-se um novo cenário político internacional, no qual os regimes imperialistas são fortemente questionados, gerando um clima favorável a contestação anticolonial que resultou em uma “onda” de descolonizações nos territórios africano e asiático, fortalecidas ainda, pelos ideais defendidos na Conferência de Bandung, em 1955.

Capítulo

1

BREVE CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO POLÍTICO- ECONÓMICO DE ANGOLA NAS DÉCADAS 40 E 50 (XX)

Antes de analisarmos a formação dos movimentos de libertação é necessário compreendermos o contexto colonial no qual estas organizações irão se desenvolver. Sendo assim, tomamos como recorte temporal¹ o período colonial salazarista, por ser neste período que os três movimentos, aqui estudados, irão se constituir como tal e iniciar suas acções.

Ao longo das décadas de 1930 e 1940, com o estabelecimento do Estado Novo em Portugal, um regime fortemente marcado pela centralização e pelo autoritarismo, ocorrem transformações de carácter político-administrativo nas colónias portuguesas visando uma intensificação do controle sobre estes territórios, com o objectivo de alcançar um equilíbrio económico, primeiramente na metrópole, e posteriormente em todo o Império (CLARENCE-SMITH, 1990).

Dentro desta perspectiva é importante ressaltarmos a importância do Estatuto dos Indígenas¹ que irá estabelecer

1 A partir da década de 1920, o termo “assimilado” ganhou um significado legal mais específico, referindo-se aos negros e mestiços que não eram abrangidos pelo estatuto de “indígena”, mas que eram cidadãos de pleno direi-

uma distinção legal da população angolana, dividindo-a em assimilados e indígenas, estes últimos desprovidos de direitos políticos (MARCUM, 1979).

Outro importante ponto a ser levantado, refere-se à política de permanente estímulo à imigração portuguesa para as colónias, algo que irá causar profundas transformações, principalmente nos centros populacionais mais antigos, como o eixo Luanda – Malange, onde o processo de integração cultural se deu de forma mais intensa e por um período mais longo. No contexto desta interação de séculos entre europeus e africanos, formariam-se grupos que se diferenciariam das demais populações africanas, e que viriam a sofrer directamente com a marginalização, inclusive espacial, acarretando na sua expulsão para zonas periféricas das cidades com a consequente expansão dos musseques, provocada pelo aumento da presença portuguesa (PEPETELA, 1997).

Com o fim da II Guerra Mundial, e o início da Guerra Fria, cria-se um novo cenário político internacional, no

to. Esta classificação legal só foi abolida com as reformas iniciadas depois da revolta de 1961.

qual os regimes imperialistas são fortemente questionados, gerando um clima favorável à contestação anticolonial que resultou em uma “onda” de descolonizações nos territórios africano e asiático, fortalecida pela Conferência de Bandung, em 1955. Este contexto irá influenciar directamente a realidade angolana, contribuindo para um clima de ebulição das reivindicações nacionalistas, que encontraram no regime salazarista uma forte oposição e perseguição, sendo inclusive, em 1957, introduzida a PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado - em Angola, com o intuito de sufocar qualquer possibilidade de oposição. Esta medida é, ainda, acompanhada de reformas que visavam a manutenção da colónia, como a abolição do Estatuto dos Indígenas, em 1961 e a maior abertura para investimentos externos, visando dar continuidade ao processo de desenvolvimento económico.

Com o início de pequenas insurgências nos mussuques de Angola e a pressão da comunidade internacional, classificadas por Portugal como fruto de acções terroristas, incentivadas por elementos externos e

resultantes de uma grande conspiração internacional, as atenções dos observadores internacionais se voltaram para a política colonial portuguesa em África (WHEELER, 1972). Pepetela em seu livro *A Geração da Utopia*, o escritor angolano recria o ambiente de medo criado pelo regime salazarista em Angola²:

“(…) Convém a Salazar criar o clima de histeria coletiva, centenas e centenas de brancos trucidados pelos terroristas, Angola é uma fogueira imensa, temos de defender a pátria e os portugueses, para Angola em Força! A propaganda estava a resultar (...) um espesso clima de suspeição se abateu sobre os africanos em Lisboa (...) e a população passou de repente a olhá-los com hostilidade (...) os negros e os mulatos eram quase apontados a dedo, nos cafés, nos cinemas, na rua. Traziam na cara os estigmas que os denunciavam como potências terroristas. (...)”(PEPETELA, 1993, p.10.).

2 É importante ressaltar que embora se trate de uma obra de ficção, o autor vivenciou grande parte dos eventos que ficciona.

Com o intuito de amenizar ainda mais as crescentes pressões externas e internas, Portugal reforçou as mudanças na sua administração para além da esfera económica, com alguns investimentos na saúde e na educação com o objectivo de conquistar as mentes dos angolanos e limitar a esfera de acção dos movimentos guerrilheiros.

Portanto, estas reformas administrativas realizadas pelo governo português não foram capazes de solucionar as tensões presentes dentro da colónia, na medida em que resultaram na criação de uma nova e contraditória dinâmica marcada pela crescente militarização e reforço da política de imigração praticadas pela metrópole, o que não deixará outra alternativa, às crescentes organizações de contestação, que não a clandestinidade e a via armada

Caracterização do Espaço Físico de Angola

A definição diplomática das actuais fronteiras de Angola foi feita entre 1885 e 1891. Angola encontra-se localizada na zona subequatorial e tropical do hemisfério

sul, ocupando uma parte do sudoeste do continente africano, “situado entre os paralelos 4° 22’ latitude sul, o que determina uma amplitude latitudinal de 13° 40’ latitude este a ocidente e 24° 04’ longitude este a oriente, com uma amplitude longitudinal de 12° 23’” (BERNARDINO, 2013, p.429). O território angolano faz fronteira terrestre com vários países: a norte a República Democrática do Congo (RDC), a Leste a Zâmbia e a República Democrática do Congo, a Sul a Namíbia e a Oeste o Oceano Atlântico.

Angola apresenta uma localização geográfica que serve de charneira entre a parte austral e central de África e representa um factor fundamental para as relações regionais subsarianas, conferindo importância estratégica aos decisores da política internacional (particularmente o Caminho de Ferro de Benguela que representa a única via de acesso ao mar para transporte de mercadorias). Estas características geográficas conferem ao território angolano uma posição estratégica privilegiada que permite o acesso directo e fácil a um mar aberto, o que lhe possibilita o controlo dos acessos da RDC e da Zâmbia ao Oceano

Atlântico (BELARMINO, 2013).

Pelas limitações fixadas na última convenção Luso-Belga de 1928, a superfície terrestre de Angola é de 1.246.700 km² e o seu território estende-se de Norte a Sul num comprimento aproximado de 1300 km e de Oeste a Este em cerca de 1250 km. A região fronteiriça de Angola tem uma extensão de 6487 km, dos quais 4837 km são de fronteira terrestre e 1650 km de fronteira marítima. É importante referir que as zonas fronteiriças que limitam o território são estabelecidas e coincidentes, na maior parte das vezes, com cursos de água (como é o caso do rio Cassai, Cuando, Cunene e Zaire) e, em grande parte, por linhas convencionais, seguindo geometricamente paralelos e meridianos alinhados (BARROS, 2006).

Em síntese, a superfície territorial de Angola é cerca de 14 vezes maior do que Portugal continental, ocupando no continente africano a sétima posição a nível da dimensão territorial e a primeira na África Austral. A extensão das fronteiras é respectivamente de 168 km com a República do Congo, 100 km com a República da Zâmbia,

2395 km com a República Democrática do Congo e 1264 km com a República da Namíbia.

A política colonial Portuguesa

A política colonial portuguesa em Angola caracterizou-se por uma bifurcação do sistema de governação, no sentido em que o poder estatal era exercido de forma diferente nas áreas rurais e nas áreas urbanas. Enquanto nestas últimas se tentaram estabelecer instituições “modernas” e “ocidentais” em que o domínio público do Estado estava separado do domínio privado da sociedade, nas zonas rurais o poder estatal era exercido pelos líderes “tradicionais” que actuavam como intermediários num sistema de governação indirecta.

Desde o final da segunda década do sec.XX até ao início dos anos 60 do mesmo século, Angola viveu um incontestado período de domínio colonial português, no qual a sua população foi dividida em dois grupos: os indígenas (habitantes de origem africana viviam em sociedades

“tribais”, não estavam alfabetizados e/ou não tinham emprego permanente no sector moderno da economia) e os assimilados (habitantes de origem africana, alfabetizados com emprego permanente no sector moderno da economia). Assim, os habitantes de origem africana que pretendessem manter um estatuto diferenciado dos demais tinham de alcançar a condição de ‘assimilado’ (civilizado). Para isso, os funcionários coloniais realizavam um minucioso exame³ com o objectivo de aferir o seu grau de civilidade. A população branca não precisava de se submeter a este procedimento, sendo considerada, a priori, civilizada. Deste modo, a população que não conseguisse ascender ao grupo dos assimilados era considerada «indígena» e, como tal, sujeita a uma dura (e cada vez mais abrangente) regulamentação de trabalho através da cobrança do Imposto Indígena⁴.

3 Para atingir esta categoria eram necessárias, entre outros requisitos, o domínio da língua portuguesa, a condição económica, o local de habitação, bem como os hábitos quotidianos.

4 O Imposto Indígena era uma taxa que tinha como principal finalidade obrigar o indígena a entrar no mercado formal de trabalho e abandonar, portanto, o seu processo doméstico de produção e de comercialização

A este propósito, Messiant (1983) chama a atenção para a necessária diferenciação entre o antigo segmento crioulo⁵ - portador de um determinado vínculo histórico em relação aos colonos brancos, numa certa tradição urbana - e a camada de “assimilados”, fruto da regulamentação imposta pelas autoridades portuguesas, que viria a aumentar significativamente no pós Segunda Guerra Mundial.

Por conseguinte, os «assimilados» tinham maior familiaridade com as zonas rurais, dificilmente falavam o português junto da população nativa e mantinham uma forte ligação com a Igreja Protestante. Esta camada estava muito mais próxima das tradições de seus grupos etnolinguísticos, desenvolvendo, dessa forma, uma visão racial da colonização, na qual os crioulos aparecem como privilegiados (MESSIANT, 1983, p.171-176). Esta perspectiva ajuda a perceber o distanciamento existente entre estes dois segmentos aquando da criação dos movimentos de libertação de Angola e, ainda, o surgimento

5 Era uma camada formada por indivíduos próximos tanto da matriz cultural europeia quanto da matriz cultural africana, implicando diferenciadas estruturas de parentesco, de aquisição de bens e de delegação de poderes.

de conflitos no seu interior.

É importante mencionar que ambos os termos - «crioulos» e «assimilados» - são fruto de uma análise sociológica da situação colonial baseada na história e na interpretação de alguns traços culturais, pretendendo ultrapassar a segmentação jurídica imposta pelo colonialismo. Os dois situavam-se, perante às autoridades coloniais e quando comprovados os parâmetros já focados, no grupo dos assimilados.

De acordo com Bender (1980), em 1960 o número de assimilados reconhecidos oficialmente pelo Estado português não ultrapassava cerca de 2% da população não-branca de Angola. Em termos gerais, num universo de cerca 4,7 milhões de indivíduos, apenas 90 mil eram considerados como «assimilados». Porém, existiam no território angolano indivíduos com hábitos, costumes e níveis de instrução comparáveis aos dos indivíduos considerados assimilados de direito, mas que - por falta de oportunidades (sociais e económicas) provocadas pela chegada de novos colonos - não conseguiram obter tal condição.

Portanto, os «assimilados» eram, na sua maioria, indivíduos ligados à função pública, sendo que grande parte deles desempenharam actividades profissionais nos estabelecimentos de ensino e de saúde. Essas ligações às actividades públicas proporcionavam alguns privilégios face às condições dos «indígenas», podendo-se destacar a facilidade no acesso à educação. Ora, estas “benesses” deram origem a inúmeros protestos da sua parte contra o sistema do indigenato. Se em vez de facilitar o desenvolvimento dos angolanos, como talvez tenha acontecido nos tempos que antecederam o despertar geral das suas aspirações, o sistema dificultava e/ou impedia a sua progressão, alienando e frustrando um grande número de indivíduos.

O incremento da produção do café provocou conflitos raciais e políticos, especialmente nas regiões centrais e orientais do distrito do Congo (Felgas, 1958, p. 119-198), sobretudo devido à nova (e muitas vezes mal preparada) imigração e ao povoamento fora dos colonatos, bem como do aumento da procura de mão-de-obra barata angolana.

Porém, a escassez de mão-de-obra era um problema crónico que nenhuma autoridade portuguesa tinha sido capaz de resolver levando ao recurso ao trabalho forçado e/ou outros abusos, sendo avançadas algumas explicações por Wheeler e Pélissier (2009, p. 206) afirmando que:

“Os baixos salários para os trabalhadores especializados e não especializados; as condições de trabalho primitivas; aos castigos corporais; a má nutrição; a saúde precária dos trabalhadores; a contínua exportação de mão-de-obra subcontratada; o medo do próprio trabalho forçado; e os costumes dos grupos africanos levou as grandes manifestações e que culminou com as grandes revoltas no ano de 1961”.

Um outro aspecto a salientar é o legado político deixado pelo poder colonial, no sentido de politizar as diferenças culturais e torná-las num factor de discriminação social e política. Ao mesmo tempo que os poderes coloniais realçavam a ‘unidade da tradição’ para gerar uma uniformização aparente daquilo que era o direito

consuetudinário e as tradições das comunidades, por outro lado verificavam-se estratégias divisoras e distintivas da população em torno de conceitos como ‘raça’ e ‘etnia’.

Conntudo, as autoridades portuguesas celebraram alianças com determinados grupos locais para assegurar a estabilidade da sua dominação, uma vez que possuíam um controlo administrativo muito limitado das vastas extensões de território. Esta forma de poder foi institucionalizada pelo direito consuetudinário, segundo o qual os chefes locais deveriam governar, de acordo com as tradições de cada comunidade. Assim, ao permitirem que as autoridades tradicionais locais utilizassem o seu poder como estratégia local de acumulação, a governação colonial favoreceu um processo de alienação e de antagonização, o que de certa forma agravou a situação colonial, dando origem a sublevações que seriam desencadeadas pela população e, mais tarde, pelos Movimentos de Libertação de Angola.

Situação Económica em Angola

A exploração económica do território angolano foi impulsionada pelos acontecimentos políticos externos, em particular a partilha de África entre as potências europeias. Após a Conferência de Berlim (1885), seguiu-se um renovado interesse pela exploração e «pacificação» do interior, enquanto a antiga classe «mercantil» procurava criar novos pólos de interesse económico após a perda do tráfico de escravos.

Após a abolição do tráfico de escravos, a ideia de Angola continuar associada ao próspero Brasil teve muitos adeptos. A facção pró-portuguesa ganhou, no entanto, e procurou desenvolver esforços para estimular uma economia de exportação tropical. Para isso apoiou-se na manutenção do trabalho forçado (que, apesar das reformas que Norton de Matos procurou introduzir em 1921-1924, permaneceu de forma mais ou menos camuflada até ao fim do Estado Novo) e exploração das riquezas naturais da região. Assim, fomentou-se a produção de amendoim e óleo de palma e

sobretudo da borracha. Em 1908 a borracha representava 65% das exportações de Angola, vindo esta produção a ser derrubada pela concorrência da borracha de plantação de Singapura, Ceilão e Taiping.

O facto da colónia não ter conseguido efectuar a passagem da borracha selvagem para a borracha de plantação, revela a sua fraca capacidade de empreendimento. Para além da manutenção da exportação de cera e marfim, algum esforço significativo de diversificação seria feito com Norton de Matos. Recaiu, porém, sobretudo sobre as pequenas economias africanas (feijão, óleo de rícino, milho). A recuperação da economia exportadora só ocorreria na década de 40, quando as circunstâncias internacionais se revelaram particularmente favoráveis.

A formação do sector moderno da economia é indissociável do domínio colonial. Em 1892 foram adoptadas severas restrições pautais com o objectivo de tornar Angola um mercado fechado para as exportações portuguesas, sobretudo de têxteis e vinhos. Quanto aos produtos provenientes desta colónia importados por

Portugal, os direitos eram reduzidos a níveis praticamente insignificantes.

Esta reforma, feita para reanimar a indústria na metrópole, suscitou vivos protestos em Angola em particular, a produção local de álcool seria severamente penalizada por impostos e direitos aduaneiros, o que teve importantes consequências internas, na medida em que se tratava de um sector em expansão. Em alternativa, foi apoiada a produção de açúcar, o que favoreceu, embora de uma forma muito lenta, algumas camadas de uma burguesia colonial mais próspera.

A orientação de pauta de 1892 seria consolidada com o Acto Colonial de 1930, que definia o princípio do comércio preferencial, reservando às colónias o papel de fornecedoras de matérias-primas e abrindo os seus mercados aos produtos da metrópole, e o condicionamento industrial, que vedava às colónias as indústrias que concorressem com as da metrópole. O resultado geral foi a inibição da industrialização em Angola, que só se tornaria possível com as alterações introduzidas na década de 60.

De 1961 aos anos 70 verificou-se uma viragem na política colonial portuguesa, especialmente no que se refere a Angola. O pacto colonial⁶ tradicionalmente aplicado pelo colonialismo português foi substituído por uma política «desenvolvimentista» de que resultaram, para o aparelho produtivo e para o próprio conjunto societal angolano, profundas transformações. Observou-se uma nova orientação nos sectores das indústrias extractivas e transformadoras e no sector bancário. Este processo de «industrialização/desenvolvimento» da colónia traduzia finalmente a passagem do antigo pacto colonial (Angola fornecedora de matérias-primas, economia de exploração e mercado das indústrias transformadoras e do vinho metropolitano) a um novo pacto colonial de que a industrialização de Angola era, paradoxalmente (pelo menos na aparência), a condição básica (TORRES, 2009).

Segundo Adelino Torres (2009) o Pacto Colonial,

6 O chamado “**Pacto Colonial**”, ou “**Exclusivo Metropolitano**”, foi uma das medidas administrativas aplicadas pelo Mercantilismo, isto é, o sistema económico adoptado pelos modernos Estados Europeus, entre os séculos XVI e XVIII. Esse “pacto” instituiu a exclusividade do comércio externo da colónia em favor da metrópole que a colonizou

ou Exclusivo Comercial Metropolitano, era um sistema de leis e normas que as metrópoles empunhavam às suas colónias durante o período colonial, ou seja, as metrópoles seriam os países que se beneficiavam dos produtos e da actividade económica de pequenos territórios, que seriam as Colónias.

As leis introduzidas no Pacto tinham como objectivo principal garantir que as actividades económicas das colónias gerassem lucros para a metrópole, e que também, as colónias teriam que comprar e vender produtos somente a metrópole, significando assim, que os lucros obtidos não fariam parte do mercado internacional.

O início da década de 60 trouxe importantes transformações à economia angolana. Até meados da década de 70, Angola percorrerá as vicissitudes da primeira experiência significativa de industrialização. O arranque industrial foi uma consequência, em termos gerais, da alteração da política colonial. O «Pacto Colonial» foi substituído pelo «Espaço Económico Português», caracterizado pela integração económica dos espaços

metropolitano e ultramarino. Esta viragem trouxe a Angola oportunidades de industrialização. A orientação e políticas seguidas ao longo deste período não foram, contudo, uniformes. Entre 1961 e 1971 a concepção geral foi «liberalizante». Não se pode identificar propriamente uma «estratégia» para a industrialização de Angola, que emerge sobretudo como consequência da alteração do regime de condicionamento industrial no contexto de um mercado interno em expansão.

A reactivação económica de Angola ocorreu após a crise de 1929-1933 e a subida do preço das matérias-primas que se seguiu à Segunda Guerra Mundial. Foram então favorecidas várias exportações angolanas, em particular o café, sisal, diamantes e algodão, e iniciou-se um período de crescimento acelerado. A produção mais beneficiada foi o café, que veio a constituir a principal exportação entre 1946 e 1972, altura em que foi substituído pelo petróleo.

O boom do café teve importantes consequências para Angola, ao tornar-se um poderoso atractivo para a imigração portuguesa. Em 1930 havia na colónia cerca de 30 000 brancos e 53 000 mestiços, representando cerca de

5% da população total (4,8 milhões) (ROQUE, MAURA, 1991). Isto representava um importante mercado interno, que viria a constituir os fundamentos da industrialização dos anos 60.

O sector produtivo moderno existente até à década de 60 era, portanto, basicamente constituído por plantações e minas. A distribuição regional das principais produções está representada no mapa n.º 1.

Mapa n.º 1 - Principais produções



Fonte: ROQUE, MAURA, 1991, p. 44

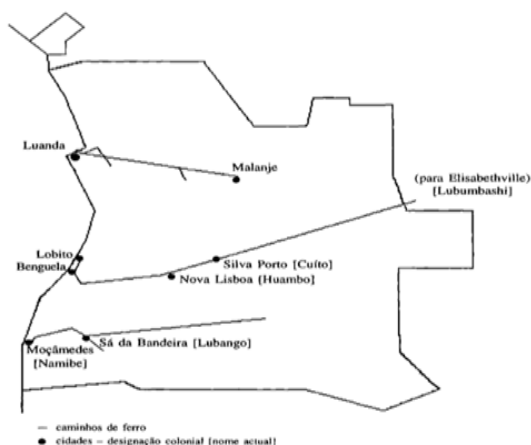
As plantações existiam sobretudo na parte noroeste de Angola: regiões do Baixo Zaire, Baixo Cuanza e planalto de Malanje. A principal produção era o café, seguida do algodão e do açúcar. As minas existiam sobretudo na parte nordeste de Angola (planalto da Lunda), para a extracção de diamantes, e na parte sul de Angola (planalto de Huíla e Cuando-Cubango), para a extracção de minério de ferro. O Noroeste (regiões de Cabinda e de Luanda) assistiu na década de 50 a prospecções para a pesquisa de petróleo, que conduziram à descoberta de importantes jazidas na década seguinte.

Uma importante rede de vias férreas assegurava a ligação entre o litoral e o interior e tornava possível a relação da economia de Angola com a economia internacional. Os principais caminhos de ferro e centros urbanos estão representados no mapa n.º 2. Os caminhos de ferro eram três: a norte, cerca de 650 km de via, na sua maioria construída já antes da Primeira Guerra Mundial, ligava Luanda ao planalto de Malanje; no centro, cerca de 1500

km de vias, começadas antes da Primeira Guerra Mundial, mas só concluídas no final da década de 20, ligavam os portos de Benguela e do Lobito aos planaltos do Huambo, do Bié e de Lunda, atravessando depois a fronteira com o Congo Belga (hoje Zaire) a caminho de Elisabethville (hoje Lubumbashi), no Catanga (hoje Shaba); no sul, cerca de 300 km de via, também começada antes da Primeira Guerra Mundial, mas só concluída na década de 20, ligavam o porto de Moçâmedes (hoje Namibe) ao planalto de Huíla.

O caminho de ferro de Benguela contribuiu também para escoar a produção agrícola da zona dos planaltos centrais, particularmente o do Huambo e o do Bié.

Mapa nº 2 - Caminhos de ferro e principais cidades



Fonte: ROQUE, MAURA, 1991, p.52

Plantações, minas e caminhos de ferro faziam parte de uma estrutura naturalmente virada para o exterior, contactando com ele através de portos. Os principais portos de Angola — Luanda, Lobito (que, gradualmente, suplantou Benguela) e Moçâmedes — correspondiam ao término das linhas de caminho de ferro. Na década de 50 começaram a surgir igualmente os aeródromos. De entre eles, apenas os de Luanda e Nova Lisboa (hoje Huambo) constituíam aeroportos de articulação internacional.

Desta forma foi estimulada a sua produção, que

aumentou significativamente, permitindo abastecer sem graves crises a população de Angola e, inclusive, o Sul do então Congo Belga. Apesar da expansão económica assinalada durante o «ciclo do café», a taxa de crescimento da economia foi moderada, quando comparada, por exemplo, com o crescimento que se seguiria ao fim do Pacto Colonial e à industrialização do território na década de 60 e primeira metade da década de 70, como se pode ver pelo quadro n.º 1.

QUADRO N.º1- Evolução económica de Angola 1953-1973

Ano	Produto interno bruto (preços correntes) (10 ⁹ escudos)	Índice de preços (base: 1963) = 100	Produto interno bruto (preços de 1963) (10 ⁹ escudos)	População (10 ⁶ habitantes)	Produto interno bruto por habitante (preços de 1963) (escudos)
1953	9	93	10	4 340	2 239
1954	9	93	10	4 406	2 285
1955	10	94	10	4 474	2 318
1956	10	95	11	4 543	2 351
1957	10	95	11	4 613	2 385
1958	11	94	12	4 684	2 463
1959	11	97	12	4 757	2 470
1960	12	95	12	4 830	2 528
1961	13	91	14	4 908	2 829
1962	13	98	14	4 988	2 718
1963	15	100	15	5 069	2 924
1964	19	106	18	5 151	3 436
1965	19	112	17	5 235	3 272
1966	22	116	19	5 319	3 597
1967	25	125	20	5 406	3 653
1968	28	130	22	5 493	3 973
1969	34	141	24	5 582	4 289
1970	39	146	27	5 673	4 735
1971	42	155	27	5 851	4 641
1972	46	168	27	6 034	4 536
1973	59	200	29	6 223	4 717

Fonte: MOURA ROQUE et al, 1991.

Um factor que entrou a modernização da economia (e que não é indissociável do papel geral atribuído à colónia) foi a debilidade dos mecanismos monetários. A principal moeda de troca permaneceu por muito tempo o álcool, apesar das proibições impostas pela metrópole, e o recurso ao crédito era deficiente.

A monetarização da economia seria facilitada pela criação da Junta da Moeda de Angola a 14 de Agosto de 1926, à qual competia gerir um fundo de reserva monetária para facultar a cobertura das transferências entre Angola e a metrópole. Em 1926 foi criado o Banco de Angola, visando-se a estabilização da moeda. Angola atravessou, contudo, graves crises de pagamento, obrigando à adopção de soluções variadas. Os períodos de maior crise de pagamentos foram apoiados com restrições cambiais. Assim aconteceu em 1931, através do controle de crédito, da constituição de um fundo cambial e do condicionamento das transferências, com a entrega obrigatória pelas empresas de 75% dos valores exportados, para além da limitação

das importações. Em 1959, no seguimento da descida das cotações mundiais do café e do sisal, os agentes económicos ficaram obrigados a entregar ao fundo cambial cerca de 90% das divisas provenientes das receitas de exportação, para além de existir contenção das importações (ROQUE, MAURA, 1991).

A burguesia colonial, em expansão, começou a manifestar descontentamento com a evolução do processo de industrialização. A participação do sector de transformação nas exportações totais de Angola era baixa (20%, em média, entre 1966 e 1971) e foi diminuindo ao longo da década. Isto exprimia uma economia que se baseava ainda essencialmente em matérias-primas, respondendo sobretudo às oscilações do mercado mundial. Em 1973 as principais exportações eram ainda o petróleo (30%), café (27%), diamantes (10%), minérios de ferro (6%), algodão (3%) e sisal (2%) (ROQUE, MAURA, 1991, p.62).

A expansão industrial visava sobretudo o mercado interno. Além disso, debilidades estruturais importantes eram patentes na elevada (e crescente) dependência em bens

de capital e bens intermédios, centrando-se o arranque da indústria transformadora na indústria ligeira nomeadamente a alimentação, têxteis e bebidas representando 60% da produção industrial. Em Angola surgiram importantes críticas ao raciocínio liberal, que «compreendera mal a realidade dos territórios colonizados ao aceitar o princípio de que qualquer eventual desequilíbrio na sua balança de pagamentos se deveria atribuir a causas conjunturais ou acidentais e não a males de estrutura» (TORRES, 1985, e NETO, 1991^a, p.45). Só depois de alterações estruturais significativas se deveria implementar a livre circulação de mercadorias, pessoas e capitais no contexto interterritorial.

Esta nova prosperidade e desenvolvimento estavam intimamente associados à mão-de-obra barata do povo Angolano. Assim, após a Segunda Guerra Mundial, Angola tornou-se um potencial produtor de café, o que permitiu que a oligarquia angolana se tornasse próspera e não apenas sustentável (WHEELER & PÉLISSIER, 2009, p. 203). A partir de 1945, o crescimento exponencial da produção de café introduziu dinâmicas profundas na sociedade e,

especialmente, na economia. A nova prosperidade, ao mesmo tempo real e imaginária, intensificou a atmosfera de conflito entre negros e brancos, encorajando a imigração da Europa, a compra de terras por parte dos europeus, a constituição dos abusos de trabalho forçado e a concorrência social e económica entre as raças. Entretanto, durante o período entre 1945 e 1960, o país tornou-se efectivamente o primeiro produtor de café no continente africano e o terceiro a nível mundial.

Apesar de Angola encontrar-se nos lugares cimeiros na produção de café e na exportação de produtos mineiros, a maioria da população não beneficiava significativamente desse desenvolvimento económico: a maior parte dos ganhos, quer resultassem do monopólio directo, quer do monopólio indirecto, revertiam para o sector europeu.

Síntese conclusiva

Em síntese, podemos concluir que o colonialismo português em Angola foi caracterizado pela imposição de

uma rotura nas trajetórias de formação e de consolidação das unidades políticas anteriormente existentes. Esta rotina manifesta-se através de vários elementos, nomeadamente o carácter artificial das fronteiras territoriais impostas, a tentativa de imposição de uma visão monolítica de soberania, as dinâmicas de dependência política e económica relativamente à metrópole, a imposição de estruturas políticas diversas e conflitantes com as instituições e as formas de governação anteriormente existentes e o papel explorador do domínio colonial.

No que diz respeito à imposição de fronteiras territoriais, esta questão tem importância porque, enquanto no período pré-colonial as fronteiras eram em grande medida definidas pelo critério de, até onde as unidades políticas exerciam uma autoridade de facto ou um poder real, no período colonial foi estabelecido um sistema fixo de fronteiras independentemente de quão efectivo era o controlo do Estado nesses espaços.

Assim, os Estados coloniais eram principalmente burocracias em que existia um actor dominante (em termos

económicos e políticos): “o colonizador” que definia as fronteiras da actividade política, principalmente através da coerção. No caso concreto do território angolano, o uso da força e da coerção justificavam-se em si mesmos pela ideologia subjacente ao colonialismo e à sua missão civilizadora. Na prática, tratava-se de motivos económicos, já que um dos principais objectivos dos regimes coloniais era o aumento das receitas, identificando e promovendo modos de produção que suportassem o regime e simultaneamente gerassem lucros para a metrópole.

Capítulo

2

**SURGIMENTO DOS MOVIMENTOS
DE LIBERTAÇÃO NACIONAL NAS
DÉCADAS DOS ANOS 50 – 60 E
TENTATIVAS DE UNIFICAÇÃO**

Durante muitos séculos sob domínio europeu, a luta de libertação dos povos africanos teve início efectivo no período pós segunda Guerra Mundial, com reclamações pacíficas e/ou violentas que atingiram o auge na década de 1960. Assim, a maioria das colónias tornou-se independente com excepção das portuguesas que comportariam um processo de descolonização moroso e alcantilado¹.

O nacionalismo anti-colonial angolano, mobilizador das massas populares quer nas zonas rurais, quer nas áreas urbanas em Angola começou a formar-se no princípio dos anos 50 do séc. XX. Mas é na década posterior onde, realmente, passam a afirmar-se, como veremos adiante, o surgimento dos movimentos de libertação nacional a colocar claramente a hipótese de se instaurar o Estado angolano recorrendo, para esse ideal, a várias acções de guerrilha, como reacção violenta contra o colonizador.

Deste modo, J. Pedro Capitão, afirma que:

1 Em 1960, dezessete países conquistaram a independência: Benim, Burkina Faso, Camarões, Chade, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Madagáscar, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, República Centro - Africana, Senegal, Somália, Togo e Zaire

“O nacionalismo angolano nasceu de dois movimentos: a resistência popular ao invasor que expropriava as terras, obrigava ao pagamento do imposto de soberania e impunha à população trabalhos forçados que levava a novas revoltas; e a acção política levada a cabo por intelectuais que denunciavam o roubo e a pilhagem coloniais”(CAPITÃO, 1974, p. 129).

Mais consistente nas ideias e nas acções contra o regime colonial, o nacionalismo angolano passava das formas anteriores de manifestações literárias e culturais para a formação de movimentos de luta com o recurso à força armada e ao uso das tácticas de guerrilha contra as forças de segurança e defesa do Estado colonial. Assim, dos movimentos nacionalistas emergentes nesse período, em Angola e a partir do exterior, vários não sobreviveram acabando por se fundir para melhor se fortalecerem.

A chegada da PIDE em Angola em 1957 reforçou o aparelho repressivo colonial e provocou um sério golpe às actividades clandestinas, a partir das operações iniciadas

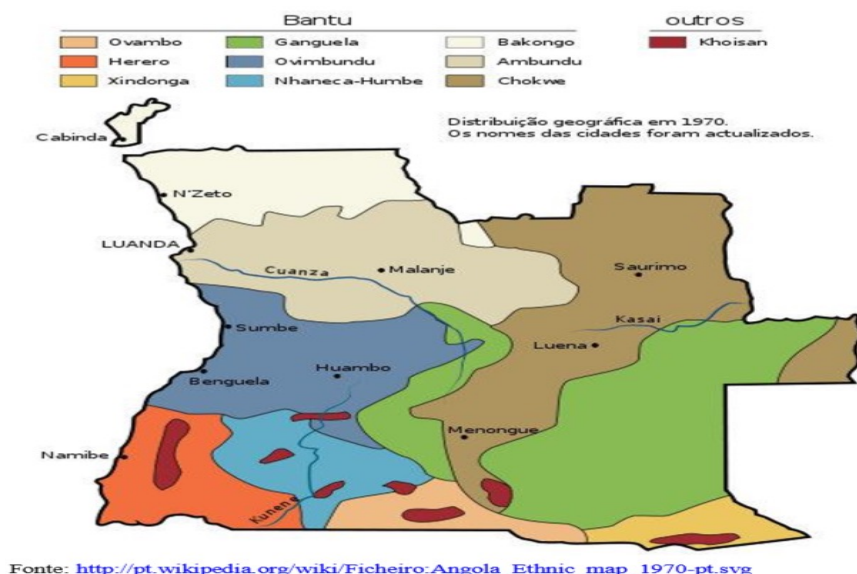
em 1959, que culminaram na prisão de vários activistas. A partir dessas prisões foi instaurado um inquérito, conhecido por “Processo dos 50”.

Com as acções anticolonias controladas pela PIDE, espaço para a expansão da luta foi inevitavelmente no exterior. Foi assim que, distantes da colónia, angolanos exilados e jovens estudantes formaram na virada da década de 1950 para a de 1960 três grandes movimentos de libertação – a UPA/FNLA, o MPLA, e a UNITA.

John Marcum (1969) e René Pelissier (1978), em seus estudos sobre a luta de libertação de Angola, explicam a fragmentação do nacionalismo entre o MPLA e UPA/FNLA através de uma análise fortemente étnica. Esses autores produziram uma vinculação automática entre as bases de apoio dos movimentos de libertação (identificadas a partir dos critérios étnicos) e os principais grupos etnolinguísticos: UPA/FNLA - bakongos, MPLA - Ambundu e mais tarde UNITA - Ovimbundo. De facto, estatisticamente os movimentos de libertação conseguiram mobilizar com maior intensidade os grupos étnicos

linguísticos mencionados. Porém estudos sobre o tema advertiram para a existência de outras variáveis (Vide o mapa 3).

Mapa N.º 3 - Mapa étnico de Angola



Christine Messiant (1994, p.31) defende que bem mais que um produto das oposições étnicas, a divisão do nacionalismo angolano deve ser analisado como tradução da competição pelo poder político entre as diversas elites dentro do movimento nacionalista. Essa rivalidade se fundaria sobre

as diferenças sociais e culturais devidas ao desenvolvimento histórico e espacial desigual da colonização portuguesa, num contexto de polarização ideológica em torno de dois tipos de elites geograficamente separadas. A primeira é parte minoritária dos assimilados, mestiços ou negros, que a colonização distingue estatutariamente a partir da virada do século XX. Foi desse grupo que partiram para Europa e, em especial, para Portugal, nos anos 1940 e 1950, dezenas de jovens com objectivo de realizar estudos universitários. O vínculo entre estes jovens, que mais tarde criaram o MPLA, não se definiu por sua origem étnica e menos ainda por sua cor, mas sim por sua trajetória histórica comum.

A segunda elite se constitui em outro meio e por um percurso bem diferente. Ela é parte da numerosa e antiga migração bakongo entre o norte de Angola e o antigo Congo Belga. Estabeleceu-se, sobretudo na cidade de Léopoldville onde o movimento de contestação a dominação colonial exaltou a “raça negra e o povo bakongo”. Inegavelmente, UPA/FNLA se formou como um movimento etno-nacionalista dirigida, em sua maioria, por membros que

pertenciam às famílias protestantes da aristocracia real congolesa (p.33).

Embora Christine Messiant não fala de uma terceira elite mas ela existe que surge do argumento, da falta de uma organização nacionalista oriunda do sul do país, porque as que existiam surgiram do norte de Angola onde estavam de fora as tribos do sul (Ovimbundu, Tchokwe, Nganguela, Nhaneca-Humbe e Herero). É esse argumento que levou a criação dessa terceira elite que se chama UNITA.

Mesmo no caso da UPA/FNLA, um movimento que tinha uma importante base étnica de apoio, a existência de integrantes de outros grupos étnicos não pode ser entendida simplesmente como um desvio padrão. Segundo Marcelo Bittencourt o estudo das dinâmicas internas dos movimentos de libertação precisa considerar também outros condicionantes, como os diversos “vínculos de solidariedade”.

Neste trabalho analisamos três destas organizações que se afirmaram como movimentos de libertação nacional que desencadearam a luta armada para a independência

nacional, lutando para a criação do Estado em Angola: a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), e a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA).

Da União das populações do Norte de Angola (UPNA) á Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA)

Numa primeira fase, os militantes da União dos Povos do Norte de Angola (UPNA) - que foi dirigida por Nekaka- participaram no ABAKO (Associação do Baixo Congo) que lutava pelo ressurgimento do antigo reino do Congo, embora gradualmente se tenham desvinculado desse movimento político congolês (PÉLISSIER, 1978, p.266).

A UPNA criada, a 10 de Outubro de 1954, teve na sua origem uma designação de carácter regional, baseada na etnia Bakongo, sendo liderada por José Glmore Ventura Holden Roberto.

Após 1955, com a morte do rei católico Romano do

Congo, D. Pedro VII, a sua identidade e união étnica iriam sofrer inúmeras mudanças internas. Os Baongo católicos, protegidos e apoiados pelas autoridades portuguesas, defendiam que o futuro rei (Ntolele) deveria ter orientação religiosa católica Romana, ao contrário dos Baongo protestantes² que consideravam importante que fosse protestante, instruído e impregnado de princípios modernos. Insatisfeitos, estes últimos estabeleceram diversos contactos por exemplo, com o mais alto representante do governo norte-americano e com o missionário protestante George M. Houser, personalidade destacada na mais importante organização anticolonialista americana – American Committee On Africa (ACA) -, que em 1955 se encontrava de passagem por Leopoldville. Estes contactos revelar-se-iam vitais para a orientação das actividades da UPNA,

2 Os Baongo protestantes eram dirigidos pelo secretário do rei D. Pedro VII, Manuel Barros Nekaka, apoiado por José Eduardo Pinnock, por Francisco Lulendo e por seu sobrinho Holden Roberto, os quais encetaram várias manifestações de desagrado diante da casa do novo rei. Muitos manifestantes seriam presos e detidos durante meses, sendo que as autoridades portuguesas arrastaram este problema dinástico, evitando a reeleição de um novo Ntolele (rei).

tanto no interior como no exterior do território angolano (ROCHA, 2011, p. 137).

Desse modo, pretendiam a restauração do Reino do Congo, requerendo protecção dos EUA na Organização da Nações Unidas (PÉLISSIER, 1978, p 268-269). Em 1957, o pedido foi reiterado por Nekaka³ e Pinock⁴, sendo que o principal objectivo era a denúncia da ocupação do Congo pelos portugueses e - consequentemente - a sua independência, ou pelo menos a sua autonomia⁵.

O líder da UPNA, Holden Roberto, em 1957, participou na I Conferência Pan-Africana na cidade de Acra (capital do Gana) onde conheceu Kwame Nkrumah,

3 Manuel Sidney Barros Nekaka foi enfermeiro na Missão Congregacional Americana do Dondi (Huambo) e, em 1942, fixou-se em Leopoldville. Com apoio do pastor James Russel, organizou a União dos Povos do Norte de Angola (UPNA), surgida em 1957, e dois anos depois convertida na União dos Povos de Angola (UPA). A sua trajetória política foi sempre acompanhada pelos americanos.

4 Johny Eduardo Pinock, primo de Holden Roberto, nascido em 1905 em S. Salvador, desempenhou a função de Chefe de estação em Matadi (no Congo Leopoldville).

5 Nessa época, os peticionários Bacongo interessavam-se unicamente pelo Congo, excluindo o resto do território angolano das suas exigências

que se tornou seu grande amigo e parceiro na luta pela independência de Angola. A participação de Holden Roberto nesta Conferência modificaria profundamente as suas convicções, transitando o seu pensamento político para o âmbito das concepções mais modernas, democráticas e republicanas. Nessa linha, persuadiu as autoridades tradicionais e as mais relevantes figuras do pequeno grupo de protestantes Bacongo, que residiam no território angolano e no estrangeiro, de que a monarquia estava ultrapassada, sendo urgente a independência de Angola, num quadro democrático e republicano.

Motivados pela American Committee On Africa (ACA) e pelos seus mentores protestantes, as suas aspirações alargaram-se e, em princípios de 1958, começaram a incluir Angola. Em Novembro de 1958, a UPNA sob influência dos diversos missionários protestantes norte-americanos e dos líderes africanos (como é o caso de Nkrumah, de Lumumba e de Fanon) - passa a designar-se “União das Populações de Angola” (UPA), deixando de ser um movimento de cariz

regional⁶ (KI-ZERBO, 1978, p. 471).

A União das Populações de Angola (UPA) emergiu no grupo etnolinguístico Bacongo, o qual ocupava uma grande área geográfica, quer no norte de Angola, quer na orla marítima do ex - Congo Francês e Belga. O centro urbano mais influente do Reino do Congo, no interior do território angolano, era São Salvador, também reconhecido como a sua capital política e económica. Mesmo durante o período de colonização, os Bacongo conseguiram manter (relativamente) as suas estruturas tradicionais homogêneas e coesas (ROCHA, 2011).

Porém, em busca de melhores condições de vida e fugindo às sujeições das arbitrariedades quotidianas, grande parte deles emigra para o Congo Belga, aí se fixando.

6 Com a transição UPNA/ UPA passava-se de um movimento de pré-independência (onde o conceito de nação era basicamente regional e genealógico) para um movimento em que a nação assumia um significado cívico e territorial, pretendendo-se expulsar os governantes estrangeiros e substituir o estado colonial por um novo. Assim, esta reconversão criava (do ponto de vista político) uma dinâmica identitária mais ampla, suplantando um conceito etno-regional (REIS, 2010, p. 172).

Durante o período que antecedeu a independência do Congo Leopoldville (actual Kinshasa) em 1960, cerca de 150 mil Bacongos estavam instalados na região compreendida entre Matadi e Leopoldville. A movimentação flutuante das populações, de um lado para outro da fronteira, era permanente por razões comerciais, familiares e religiosas (PÉLISSIER, 1978, p.126), pelo que uma boa parte dos Bacongo também se instalaram na zona de Luanda, formando pequenos grupos de comerciantes, enfermeiros, catequistas, o que teve extrema importância na divulgação das mensagens nacionalistas da UPA.

Em 1958, a UPA esteve presente na Conferência dos Povos Africanos, realizada em Acra. Nesta situação Felgas, (1968, p.68) afirma que:

“ Nesta ocasião, o líder da UPA, Holdem Roberto, conheceu Patrice Lumumba (um dos combatentes da luta de independência do Congo Belga) que de imediato reconheceu a UPA como organização político nacionalista e autorizou a utilização da emissora de rádio de Leopoldville para a propaganda da UPA e a

publicação do seu jornal «A Voz da Nação Angolana»”.

A UPA com objectivo de criar uma frente comum com o Partido Democrático de Angola (PDA)⁷ estabelece a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) em 27 de Março de 1962. No decorrer de Abril do mesmo ano, a UPA e o PDA constituíram o GRAE - Governo Revolucionário de Angola no Exílio, chefiado por Holden Roberto, que foi reconhecido juridicamente pela OUA e por 32 países africanos no fim de 1963 (Vide o quadro 2).

7 O Partido Democrático de Angola (PDA) “é um movimento político constituído essencialmente por organizações de solidariedade de base etno-regional como o ASSOMIZO (Association Mutuelle des Ressorissants de Zombo) ou o ALLIAZO (Alliance des Ressorissants de Zombo), cujos membros são oriundos da região da Maquela do Zombo, berço do Tocoísmo. O Tocoísmo é um movimento religioso e sincrético fundado por Simão Gonçalves Toco (1918-1984), nascido em Maquela do Zombo, que ao longo dos anos foi assumindo um carácter de desobediência civil” (LARA, 1997, p.11).

QUADRO N.º 2 - LISTA E FUNÇÕES DOS MEMBROS DO GRAE

NOME	ORGANIZAÇÃO POLÍTICA	CARGO
Holden Roberto	UPA	Primeiro-ministro
Emanuel Kounzika	PDA	1º Vice - Primeiro-ministro
Cónego Manuel das Neves	UPA	2º Vice - Primeiro-ministro
John Eduardo Pinock	UPA	Ministro do Interior
Jonas Malheiro Savimbi	UPA	Ministro dos Negócios Estrangeiros
Alexandre Taty	UPA	Ministro da Guerra
André Rosário Neto	UPA	Ministro da Informação
Emanuel Ziki	PDA	Ministro das Finanças
Ferdinand Ndombele	PDA	Ministro dos Assuntos Sociais
André M'Vila	PDA	Ministro da Educação
Fernando Gourgel	UPA	Secretário do Estado da Guerra
Johny Eduardo Pinock	UPA	Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros
António Matumona	PDA	Secretário de Estado de Neg. Estrangeiros Adj.
Domingos Vetokele	PDA	Secretário de Estado da Informação
Ndombele Maurice	UPA	Secretário de Estado das Finanças

Fonte: FNLA <http://www.fnla.net/>

Em meados de Agosto de 1962, a FNLA institui o Exército de Libertação Nacional de Angola (ELNA), cujo quartel-general foi estabelecido numa área cedida pelo

governo congolês, na região de Kinkuzo, situada a cerca de 15 quilómetros, a sul, de Leopoldville (LARA, 2008, p. 265). Apesar da UPA/FNLA estar estruturada e contar com um vasto número de quadros, tal não foi suficiente para diminuir os conflitos no seu seio.

O seu presidente, embora instruído, inteligente, persuasivo, poliglota e prestigiado em alguns meios políticos africanos e internacionais, era autoritário e de ambição desmedida pelo poder. Por razões religiosas e pelo facto de pertencer a um grupo étnico de grande influência no território angolano, ‘rodeou-se’ essencialmente de conterrâneos, à excepção de Alexandre Taty (de Cabinda) e de Rosário Neto (de Malange), daí alguns estudiosos considerarem o movimento «etnonacionalista» (PÉLISSIER, 1978, p. 259). A personalidade cristalizada de Holden Roberto despoletou inúmeros conflitos com diversos elementos pertencentes ao órgão directivo⁸ provocando a exclusão de muitos deles,

8 Uma das quezílias que abalou a estrutura da direcção do movimento aconteceu com o Chefe do Estado-Maior do ELNA, Marcos Massanga, que culpa-o de dirigir uma luta fratricida, de ter mandado assassinar o comandante Tomás Ferreira (do MPLA) e a sua coluna de 21 guerrilheiros, de

como é o caso de Lulendo, de M'bala e Taty, de Savimbi, de Liahuca e outros (ROCHA, 2011).

Em 1962 a FNLA estava definitivamente em desenvolvimento. Nesta perspectiva Pélissier destaca que:

“A FNLA tinha o apoio inicial que recebia do exterior; a isso foi adicionado o peso da igreja baptista (que cuidava dos seus refugiados), a ajuda da FLN argelina (que treinou algumas dezenas de futuros oficiais nas suas bases tunisinas), os fundos de várias fontes (sobretudo dos EUA) e o apoio de conselheiros técnicos americanos” (WHELLER; PÉLISSIER, 2009, p.289).

No exterior do continente africano, o principal apoio da FNLA, vinha dos Estados Unidos da América, que actuava por intermédio da República Democrática do Congo e do seu Presidente Mobutu. Os Estados Unidos da América mantinham contactos com a FNLA com o

exterminar os angolanos que não falassem kikongo, que não pertencessem à sua etnia ou que não fossem protestantes (LARA, 1997).

objectivo de estabelecer um governo Pró-ocidental em Angola na possibilidade da independência.

O que define a FNLA é inicialmente um plano político de organização mais regionalizada, que fez do movimento não ter uma ideia linear da política a seguir, como foi manifesto nas várias mudanças da sua nomenclatura⁹, tendo tido também variações devido às suas ligações com o regime zairense de Mobutu SéseSéko, onde chegou a fixar um Governo Revolucionário no Exílio (GRAE). Caracterizada por um tradicionalismo histórico, a FNLA demonstrava grande sentimento de apego ao passado com pretensão de restaurar os valores e tradições dos antepassados.

Neste sentido, Holden Roberto, já exprimia, no início e ao longo da evolução do nacionalismo angolano a recuperação de uma identidade histórica, que passaria pela reconstrução do Reino do Congo no séc. XX. O alinhamento com a via africana da autenticidade africana

9 Até chamar-se definitivamente FNLA, o Movimento teve antes várias designações, desde NGUIZAKO, NGUIZANI, UPNA e UPA.

de Mobutu Sésse Séko não só representou a tentativa de africanização do seu modelo ideológico, como também uma certa fidelidade aos valores e tradições do reino do Congo.

Assim sendo, estas características preenchem um quadro próprio de uma ideologia de um conservadorismo de direita que pretende a manutenção dos valores, da cultura e da reabilitação das instituições tradicionais. Neste sentido, a FNLA, assumiu uma ideologia claramente identificada com a Extrema-Esquerda com um sistema capitalista onde o sistema socioeconómico é baseado no reconhecimento dos direitos individuais, em que toda propriedade é privada e o governo existe para banir a iniciação de violência humana.

Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)

Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) surgiu em um contexto de crescente mobilização e luta pela independência de Angola, que, à época, era uma colónia de Portugal. Os seus líderes estavam profundamente influenciados pelas correntes de pensamento nacionalista

e de emancipação que permeavam o continente africano, como o pan-africanismo e o movimento de descolonização.

De acordo com Melo, (1988, p. 267) a versão oficial divulgada pelo MPLA dizia que:

“O movimento foi criado em 10 de Dezembro de 1956, e era chefiado pelo poeta Mário de Andrade¹⁰, em Luanda, após a unificação do Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUA) com outros grupos patrióticos ocultos, entre eles o Movimento de Independência Nacional Angolano (MINA) e o partido Comunista Angolano (PCA).”

A data da constituição do MPLA é polémica,

10 Mário Coelho Pinto de Andrade nasceu em 21 de Agosto de 1928, em Golungo Alto a 100 km de Luanda. Em 1948, Mário de Andrade partiu para Lisboa para estudar filologia clássica e aí conheceu outros grandes nomes da História africana: Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Marcelino dos Santos, Eduardo Mondlane, Vasco Cabral e outros que ficaram conhecidos como a “geração dos anos 50”. Esta geração de homens letrados criou, clandestinamente, na cidade de Lisboa, o Centro de Estudos Africanos e transformou a Casa de Estudantes do Império num centro anticolonialista.

com relatos contraditórios. Rocha (2011, p. 206), defende que, os seus principais dirigentes “pretendiam criar uma anterioridade e interioridade histórica em relação ao nascimento em 1958 da UPA, em Leopoldville, conferindo assim ao MPLA uma anterioridade no tempo e um enraizamento no interior do país em oposição ao carácter exterior, «estrangeiro», da UPA.”

Ao contrário da versão oficial divulgada pelos membros e simpatizantes do MPLA, não existem evidências que sustentem a sua existência antes do final de 1959. Nesse sentido, Correia (1991, p.31) explicita que “ a versão oficial da criação do movimento não era pacificamente aceite por todos os fundadores”.

A problemática em discussão é ampliada pelas visões de vários autores, como é o caso de Heimer (1980, p.37) que afirma que “diferentes grupos clandestinos, mais ou menos estruturados, se fundiram num só movimento ao redor de 1960”. Todavia, não descarta a possibilidade da sua criação ter ocorrido em 1956, apesar da abordagem teórica não ser muito perceptível e/ou fundamentada. Na mesma

linha, Andrade (1997), Nunes (1998) e Mabeko-Tali (2001) indicam o período subsequente ao ano de 1958 como sendo uma fase de união de pequenos movimentos partidários ao MPLA. Conforme Agualusa (1996), a criação do MPLA aconteceu em 1956, embora só a partir de 1960 é que tenha exercido grande actividade no território angolano. Por outro lado, Pacheco (1997) procurou demonstrar que o MPLA fora criado somente em 31 de Janeiro de 1960, posteriormente à II Conferência Pan-Africana, fundamentando a sua argumentação em documentação fornecida pela PIDE, bem como através do testemunho de militantes e de ex-militantes do MPLA. Ainda sobre esta problemática, Lara (2008 p. 41) afirma que:

“ (...) No interior de Angola, sem dúvida alguma que as ideias expressas no Manifesto já tinham mobilizado os patriotas angolanos que criavam pequenos grupos e difundiam a necessidade de aproveitar todos os métodos para impregnar o povo das ideias nacionalistas e é assim que grupos culturais e desportivos e grupos políticos, Comité Secreto para a Independência de

Angola, Movimento de Independência de Angola, um Exército de Libertação de Angola e, mesmo, certos grupos que se intitulavam UPA, entre outros, vão afinal estar na origem do Movimento Popular de Libertação de Angola. Porém nas condições de absoluta repressão vivida em Angola, sobretudo em 1959 com a vaga de prisões, teve de ser no exterior que se viria a organizar a estrutura da direcção do MPLA, quando em Conacri pudemos juntar um certo número de camaradas”.

Apresentadas as principais teses e discussões referentes à problemática da criação do MPLA, cabe-nos expor o nosso posicionamento. A principal conclusão é de que não há indicações suficientes que permitam afirmar que o MPLA existia antes de 1960, com excepção do Manifesto de 1956. No que concerne à consulta de publicações não oficiais como Extractos da primeira conferência nacional do MPLA 1962, Extracto da 2ª conferência Pan - africana, em Tunes em Janeiro de 1960, livros na sua maioria de autores estrangeiros, é reforçada a ideia anterior, segundo

a qual o Movimento fora criado a partir da década de 60. De igual modo, não conseguimos encontrar indícios que relacionassem o MPLA com os inúmeros folhetos propagandísticos distribuídos nos arredores de Luanda durante a década de 50. Em 1959, Viriato da Cruz e um grupo de intelectuais pertencentes aos países da África lusófona publicaram dois artigos referentes às arbitrariedades praticadas pelo governo português, não fazendo qualquer menção ao Movimento. Todavia, a versão oficial aponta que, por essa altura, Viriato da Cruz¹¹ “desempenhava a função de secretário-geral do MPLA”, sendo estranho que, apelando à independência do território angolano, não referencie o MPLA (CRUZ, 1959, p.339).

Podemos constatar, então, que a pouca unanimidade

11 No exterior de Angola, Viriato da Cruz, Lúcio Lara e Mário Pinto de Andrade representavam o «Movimento Popular para a Libertação de Angola». Esta designação tinha sido retirada do Manifesto redigido por Viriato da Cruz mas, de facto, o tal «movimento» não existia. Foi Lúcio Lara que recomendou a Manuel Pedro Pacavira, no Congo, em 1960, que o movimento que eles representavam adoptasse a designação de «movimento popular de libertação de Angola» no interior do território angolano (Neto, 2012).

quanto à data de criação do MPLA pode dever-se à falta de solidez nas décadas de 50 e de 60 nos contactos entre as estruturas criadas dentro e fora do território angolano, bem como à necessidade do MPLA criar uma ‘anterioridade’ em relação aos outros movimentos na luta contra o colonialismo.

De acordo com o seu Estatuto o MPLA foi constituído em 10 de Dezembro de 1956 com o objectivo de obter um fim urgente da dominação portuguesa em Angola, através dos seguintes pressupostos: reconhecimento solene e imediato do povo angolano à auto-determinação; amnistia total e incondicional e também libertação imediata de todos os presos políticos; estabelecimento das liberdades públicas; retirada imediata das forças armadas portuguesas e liquidação imediata das bases militares existentes em território angolano; convocação, de uma mesa redonda formada por representantes de todos os partidos políticos angolanos e por representantes do governo português, com vista à solução pacífica do problema colonial de Angola (LARA,2008).

O MPLA (na época representado por Lúcio Lara,

Viriato da Cruz, Hugo de Meneses, Mário Pinto de Andrade, Eduardo Macedo dos Santos e Matias Migueis), instala-se em Conacri após a II Conferência dos Povos Africanos (Tunes, Janeiro de 1960). Com a sede do Movimento instalada, os dirigentes do MPLA distribuíram entre si, de maneira informal, os cargos e as funções de direcção, como pretende ilustrar o quadro 3 (LARA, 2008).

QUADRO N.º 3 - Comité Director provisório do MPLA de 1960

Nome	Origem Geográfica	Habilitações Literárias	Cargo
Mário Andrade	Kwanza Norte	Ensino Superior	Presidente de Relações Exteriores
Viriato da Cruz	Kwanza Sul	Ensino Médio	Secretário Geral
Lúcio Lara	Huambo	Ensino Superior	Assuntos Internos
Luís de Azevedo	Bengo	Ensino Secundário	Diversas
Matias Migueis	Kwanza Sul	Ensino Secundário	Diversas
Eduardo M. Santos	Kwanza Norte	Ensino Superior	Serviços Sociais
Hugo de Menezes	São Tomé	Ensino Superior	Informação e Cultura

Fonte: Reis (2010)

Com efeito, o MPLA pretendia ser reconhecido como um movimento que representasse todos os povos angolanos colonizados, partindo do princípio de que “todo o conjunto de ideias não se converte em movimento político a não ser que as mesmas sejam reconhecidas no exterior do círculo dos profissionais” (REIS, 2010, p. 189).

Em Junho de 1962, Agostinho Neto evadiu de Portugal com destino à Leopoldville (actual Kinshasa, capital da República Democrática do Congo) graças ao indispensável auxílio do Partido Comunista Português. Mário de Andrade cedeu então a presidência do MPLA em favor de Agostinho Neto, naquele tempo a figura mais expressiva do nacionalismo angolano. A chegada de Agostinho Neto à direcção do MPLA provocou uma crise no seio do Movimento, motivada pelas sucessivas tomadas de posição de determinados dirigentes e militantes do MPLA, nos meses que antecederam a Conferência Nacional do MPLA, em Dezembro de 1962. Destas tomadas de posição podemos, de uma forma resumida, assinalar as seguintes:

- A Carta de Viriato da Cruz¹² dirigida à direcção do MPLA, datada de 31 de Outubro de 1962, em que o mesmo apresenta as razões do seu afastamento do Congo Leopoldville lançando fortes críticas a certos membros de MPLA, de entre os quais “Agostinho Neto e Mário de Andrade” (LARA, 1996, p.478).

Segundo Reis (2010) as razões pelo afastamento deveu-se ao facto de Viriato da Cruz ser acusado como racista como se pode comprovar na carta escrita por Viriato da Cruz dirigida a Edmundo Rocha, a José Carlos Horta, a Luís de Almeida e a Carlos Rocha, elementos de nacionalidade angolana que integravam a União Geral de Estudantes da África Negra (UGEAN) onde recomendava qual seria a atitude que os brancos e os mestiços angolanos

12 Viriato da Cruz “apresentava um capital de autoridade política materializado no reconhecimento de uma competência conferida pelo cargo de Secretário-geral do MPLA e pela produção ideológica (fora ele o autor do manifesto e, como tal, o autor da génese do grupo)” (REIS, 2010, p. 199).

pertencentes ao Movimento deveriam adoptar durante a luta de libertação nacional e mesmo depois, após a independência, isto é, pretendia que os “brancos e mestiços tivessem uma atitude desinteressada em relação à questão colonial, exigindo a inclusão dos negros na direcção do UGEAN.”

Assim, para suplantar esses aspectos, Reis (2010) afirma que Viriato da Cruz considerava fundamental uma tomada de posição realista por parte dos militantes e simpatizantes do MPLA, de modo a que problemas dessa natureza não colocassem em causa a autorização e a legitimidade do Movimento. É nesse sentido que “em nome do realismo político, apela para as comunidades mestiças e brancas - subentenda-se em nome de uma longa história de exploração e de humilhação da comunidade negra se secundarizarem no processo de luta colonial” (REIS, 2010, p.192).

Segundo Lara (2006, p.172), Viriato da Cruz sublinhou ainda que os ‘não negros’ só poderiam dar uma contribuição positiva para a solução desse problema, se

adoptassem uma atitude abnegada, lúcida, superior e plena de bom tacto. Deste modo, convinha que os classificados de ‘não negros’ continuassem engajados na luta, mas também com um espírito de desinteresse em relação à hierarquia das organizações políticas e em relação às questões de representatividade (viagens, delegações, etc.) e ao problema dos postos do Estado angolano independente (no futuro).

Inicialmente, Viriato da Cruz procurava construir um modelo de actuação que tivesse em conta a ‘realidade’ africana e colonial para, assim, impedir as consequências de uma proposta política que, embora voluntariosa, limitava o subcampo político do MPLA no abrangente contexto angolano. De igual modo, considerava que o momento histórico não se adequava a uma construção política sem reavaliação e sem hierarquização raciais (REIS, 2010, p. 193).

Nesta perspectiva, Lara (2006) é da opinião que Viriato da Cruz procurava impedir a emergência de uma estrutura política projectada a partir de uma característica racial: a cor da pele. Portanto, tratava-se de impedir

que o conceito de raça se tornasse fundamento de uma nova divisão do trabalho político no espaço nacionalista angolano onde em Maio de 1962, Viriato da Cruz propunha a constituição de um novo Comité Director do Movimento, do qual fariam parte diversas individualidades mas com a ausência de Lúcio Lara, de Eduardo Macedo e do próprio Viriato da Cruz.

- A “carta de demissão de Edmundo Rocha apresentada à direcção do MPLA”, datada de 31 de Outubro de 1962, onde constam as razões da sua tomada de posição (Ibidem, p.483);

As razões provavelmente seriam a gravidade de uma crise que grassa entre os principais dirigentes do MPLA e a solidariedade para, provavelmente, com Viriato da Cruz que havia anunciado a sua partida do Congo Leopoldville.

- A Carta aberta de Viriato da Cruz aos militantes do MPLA e do EPLA, datada de 15

de Novembro de 1962, onde o mesmo “denuncia a teoria da inevitabilidade do neocolonialismo defendida por certos militantes, as manobras caluniosas de certos militantes”, com o fim de impor ao movimento uma direcção cujo núcleo é constituído por um grupo de pessoas que criaram relações íntimas no tempo em que eram estudantes em Portugal (Ibidem, p.492);

- O Comunicado do Comité Director do MPLA, datado de 28 de Novembro de 1962, em resposta a carta de Viriato da Cruz de 15 de Novembro. No mesmo, consta a “acusação ao primeiro secretário-geral do MPLA e outros militantes de terem divulgado a carta de Viriato” (Ibidem, p.501).
- A carta circular de Graça Tavares, primeiro secretário-geral do MPLA, datada de 28 de Novembro de 1962, em resposta ao comunicado do MPLA difundido na mesma data. Na circular consta que, pouco depois da chegada

do Dr. Agostinho Neto, Presidente de Honra do MPLA, “nasceu uma crise profunda de ordem política entre os (dirigentes) principais responsáveis pelos destinos do MPLA, crise essa hoje do domínio público, mas cujas razões fundamentais houve sempre o cuidado de as guardar num círculo restrito”. O signatário manifesta a sua solidariedade com Viriato da Cruz (Ibidem p.50).

Todas estas tomadas de posição por parte de diversos militantes e dirigentes do MPLA contribuíram para que o movimento adoptasse uma configuração bipolar, um espaço de relações de forças corporizado em dois grupos: o denominado «grupo Viriato» e o denominado «grupo Neto». Na perspectiva de Reis (2010, p.199), afirma que:

“muito embora a crise não tivesse ainda atingido o estado de ruptura explosiva, entrara-se definitivamente num processo de concorrência, isto é, de luta política, pelo controlo da direcção do MPLA cujo

primeiro momento decisivo iria ter um tempo e um lugar: a Conferência Nacional do MPLA de Dezembro de 1962”

Porém, toda esta crise não constitui obstáculo suficiente para impedir que Agostinho Neto assumisse o posto de Presidente do Movimento¹³. Com vista a restabelecer o movimento, o MPLA convocou uma Conferência Nacional em Dezembro de 1962, durante a qual

13 O capital de notoriedade de Agostinho Neto era reforçado por um capital de reconhecimento social, incorporado e adquirido, perceptível pela maioria dos militantes do MPLA, nomeadamente, no que respeita às afinidades académicas, religiosas e etnolinguísticas: “Na realidade, Neto beneficiou também de uma conjunção que lhe era favorável no seio do MPLA. Por um lado, predominavam no movimento dirigentes estudantis, antigos estudantes em Portugal como o próprio Neto, assim como jovens de origem Ambundu. Acrescenta-se, por outro lado, a predominância de dirigentes de filiação protestante. Estes tiveram um papel fundamental no desenrolar dos trabalhos da I Conferência Nacional do MPLA, em Dezembro de 1962”. Evento político que iria assinalar um novo acto de investidura que, por sua vez, iria consagrar a conversão do capital de notoriedade acumulado por Agostinho Neto em capital político institucionalizado no posto de presidente do MPLA (REIS, 2010, p. 180).

elaborou um programa de luta armada. Nesta conferência “Agostinho Neto foi eleito presidente do comité directivo e Mário de Andrade passou de presidente para os negócios estrangeiros; Manuel Lima ficou com os assuntos militares e o cargo-chave de organizador dos quadros do movimento foi atribuído a Lúcio Lara”, como se pode observar no quadro 4 (PÉLISSIER & WHEELER, 2009, p.302).

QUADRO N.º 4 - Comité Director do MPLA de 1962

Nome	Cargo
Agostinho Neto	Presidente
Matias Migueis	1º Vice Presidente
Domingos da Silva	2º Vice Presidente
Manuel Lima	Chefe de Departamento de Guerra
Lúcio Lara	Chefe de Departamento da Organização e Quadros
Anibal de Melo	Chefe de Departamento da Informação
Deolinda Rodrigues	Chefe dos Assuntos Sociais
Desidério da Graça	Chefe de Departamento de Finanças e Economia
Henrique Carreira	Chefe de Departamento de Segurança

Fonte: Primeira Conferência do MPLA, 1962

Os aspectos mais relevantes no desfecho da conferência foram do ponto de vista político-institucional

destacando-se, a extinção do posto de Secretário-Geral da organização, o afastamento de Viriato da Cruz da direcção política e a consagração de Agostinho Neto como Presidente do MPLA. Relativamente a questão político-ideológica foi reafirmada a necessidade de militarização do MPLA como organização, o que originou a criação do Comité-Político Militar, o principal órgão condutor da guerra de libertação (LARA, 2006). Assim para efeitos da luta e da expansão da guerrilha, o Movimento dividiu o território angolano em Regiões Militares que estavam subdivididas em Zonas Militares e que, mais tarde, foram designadas por Regiões Político-Militares (RPM), conforme está representado no mapa abaixo (NUNES, 2010).

Mapa N.º 4 - Mapa das Regiões político Militares do MPLA



Fonte: Afonso & Gomes, 2000. Diário de Notícias

Para além dos órgãos já referidos, faziam também parte da estrutura do MPLA, o Exército Popular de Libertação de Angola (ELPA), a Organização da Mulher Angolana (OMA), a Juventude do MPLA (JMPLA) e a

União Nacional dos Trabalhadores de Angola (UNTA).

O MPLA, que foi liderado por Agostinho Neto e Mário Pedro Pinto de Andrade, teve grande base social, nacional e popular, embora que na sua maioria eram das províncias de Luanda, Bengo, Malanje e Kwanza Norte mas possuíam também militantes de outras províncias de Angola.

Segundo o estatuto do movimento, na sua génese, o MPLA adoptou a matriz marxista-leninista que é um método de análise socioeconómica sobre as relações de classe e conflito social, que utiliza uma interpretação materialista do desenvolvimento histórico e uma visão dialética de transformação social. Com a queda do regime de partido único, guia-se, actualmente, com a orientação política, designada “socialismo democrático”. Não abandonou o campo ideológico da ‘esquerda’¹⁴, mas está muito longe do partido de outros tempos. Com base no seu estatuto a

14 Passou a ser a posição dos movimentos revolucionários que contrariavam a estrutura de interesses e valores das sociedades capitalistas, sendo identificados com aqueles que estavam a favor do sistema comunista russo-soviético.

orientação política e ideológica “corresponde aos interesses do desenvolvimento do povo angolano, defendendo os ideais de paz, bem-estar, liberdade, democracia, igualdade, justiça social, solidariedade e humanismo”.

Nesta lógica, é como diz Lúcio Lara (2006) «o MPLA tem, tradicionalmente, uma visão marxista, internacionalista, cosmopolita». Proclamando seguir a linha de acção das forças progressistas do mundo, o MPLA sensibilizava os seus militantes e as massas populares no quadro de uma ideia de unidade que se pautaria no centralismo partidário como forma de caracterizar a unidade da nação angolana.

Na perspectiva de Dino Matross (2012) o “socialismo democrático” é agora a base ideológica do MPLA. Depois do fim da União Soviética e do Bloco Leste europeu, o MPLA fez uma aproximação aos partidos socialistas, ditos democráticos, integrando a Internacional Socialista. Nos cânones da ideologia política, continua a ser de ‘esquerda’.

Durante a década de 50, o seu maior aliado externo

era a República da Guiné Conacri, chefiada por SekouTouré, que concedeu espaço para a instalação do Comité director do MPLA na cidade de Conacri¹⁵. Outro parceiro africano importante do MPLA foi o ex-Congo Belga, no período de 1960, durante o governo de Lumumba¹⁶ e Joseph Kasavubu¹⁷. A sede do MPLA que estava localizada na Guiné-Conacri, foi transferida para a cidade de Leopoldville, na altura a capital do Congo (PACHECO, 1997). O plano de Defesa Nacional previa a criação de forças armadas com efectivos intimamente ligados ao povo e comandados por cidadãos angolanos e o estabelecimento de relações condignas entre

15 SekouTouré ligou-se ao bloco comunista e criou na Guiné um regime de partido único, sufocando várias tentativas de golpe de estado.

16 Patrice Lumumba, político congolês, fundou, em 1958 o Movimento Nacional Congolês, tornando-se a principal figura política de seu país. Foi primeiro-ministro de Junho a Setembro de 1960, quando foi demitido por seu rival, o presidente Kasavubu. Foi preso em Dezembro do mesmo ano, pelo coronel Mobutu SeseSeko, sendo transferido para Katanga, onde foi assassinado no dia 17 de Janeiro de 1961. Nessa altura o presidente do Congo-Léopoldville, que era pró-União Soviética (URSS).

17 Foi um político congolês, sendo o primeiro presidente do Congo-Léopoldville (1960 – 1965)

oficiais e soldados, deixando de lado a hierarquia mas mantendo sempre a disciplina.

O MPLA, que nasceu como um movimento de libertação, não só desempenhou um papel fundamental na conquista da independência de Angola, mas também moldou profundamente a trajetória política e social do país. Após a independência, o partido enfrentou desafios internos e externos, incluindo a guerra civil, mas conseguiu consolidar-se como a principal força política angolana, mantendo-se no poder até os dias atuais. A história do MPLA é, assim, uma história de resistência, transformação e adaptação, refletindo as complexas realidades de um país que passou de uma colônia subjugada a uma nação soberana, com seus avanços e contradições. A trajetória do partido continua a influenciar a Angola contemporânea, seja no campo político, social ou econômico, e oferece um ponto de partida para compreender as dinâmicas do poder e as lutas internas que marcaram o país nas últimas décadas.

União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA)

A criação da UNITA (União Nacional para Independência Total de Angola) foi decidida no princípio de 1965, em Champaix (Suíça) entre Jonas Savimbi e António da Costa Fernandes¹⁸, após longas discussões e reflexões sobre a necessidade imperiosa de dar novo rumo a luta para libertação do povo angolano. Assim, elaborou-se o estatuto do partido. Nele se consagrava o princípio de que todo o dirigente da futura organização deveria assumir o compromisso inalienável de participar no ‘maquis’, no interior.

Jonas Savimbi argumentava, sobre a falta de uma organização nacionalista oriunda do sul do país, dizendo que todos os movimentos estavam concentrados, activamente, no norte e representando aquelas populações, deixando o sul de fora. Para ele, as tribos do sul: Ovimbundu, Tchokwe,

18 Serviu como ministro das Relações Exteriores da Unita.

Nganguela, Nhaneca-Humbe e Herero, que representavam a metade da população angolana, tinham ficado fora da luta contra o colonialismo, uma vez que não estavam representadas na arena nacionalista, pelo que defendia que era necessário «criar o nosso próprio movimento, étnica e politicamente, representativo (PACHECO, 1997, p. 139)

Desde 1962, e ainda estudante universitário na Suíça, Jonas Savimbi desempenhava a função de Ministro dos Negócios Estrangeiros do GRAE. A partir de 1963, um clima de elevada instabilidade no seio da FNLA começou a adensar-se por motivos étnicos: por um lado, o grupo etnolinguístico Bacongo (ao qual pertencia Holden Roberto, presidente da FNLA e do GRAE) e, por outro, o grupo Ovimbundo (ao qual pertencia Jonas Savimbi). O conflito Holden/Savimbi alcançou o auge na cimeira dos chefes de estados e de governo promovida pela OUA, no Cairo, em Julho de 1964, na qual Jonas Savimbi apresentou a sua demissão do GRAE, acusando o governo da FNLA no exílio de se limitar a discursos evasivos, em vez de intensificar a acção militar e assim estabelecer o

“reagrupamento das massas populares, a fim de acelerar a libertação de Angola” (SELLSTRÖM, 2008, p. 50). Algum tempo depois, Jonas Savimbi condenou também a FNLA, “denunciando especialmente o «imperialismo americano» e o flagrante tribalismo Bacongo reinante no movimento (SELLSTRÖM, 2008, p. 50).

Nesse sentido, e atendendo ao facto de que não encarava positivamente a influência soviética e a dominação Ambundu no MPLA, Savimbi envidou esforços para fundar outro movimento, recolhendo os apoios da Argélia, do Egipto e da China. Para a concretização dos seus objectivos, Jonas Savimbi fixou-se temporariamente na Zâmbia em 1960, onde formou a organização ‘Amigos do Manifesto Angolano’ (AMANGOLA). Os seus principais objectivos eram influenciar e conseguir o apoio das populações simpatizantes pró-FNLA, especificamente os refugiados e os emigrados bailundos na Zâmbia, com vista a organizar um grupo armado capaz de desenvolver actividades de guerrilha no Leste do território angolano. Assim, em 1966 o Manifesto despertou a atenção de várias personalidades

do nacionalismo angolano.

Posteriormente, já depois da ruptura com o GRAE, Jonas Savimbi abordou “os dirigentes dos Movimentos de Libertação Nacional da FNLA e do MPLA e e expôs um programa que consistia essencialmente no alastramento da luta ao Leste de Angola e da subversão ao Sul do território” (EME, 2006, p. 101) e, para concretizar esta última intenção, teria contactado a South-West Africa People’s Organization (SWAPO)¹⁹, então Movimento de Libertação do Sudoeste Africano.

Deste modo, a ideia de criação da UNITA foi decidida na Suíça, em 1965, entre Jonas Savimbi e António Fernandes, assumindo o compromisso de participarem na guerrilha no interior do território angolano (FERNANDO, 2012). Para dar início às suas actividades, o Movimento precisava de disponibilizar formação aos seus quadros, o que motivou um conjunto de contactos com vários países

19 A SWAPO foi o movimento que conduziu a luta de libertação nacional para atingir a independência da actual Namíbia (anteriormente conhecida como Sudoeste Africano).

(numa primeira fase, Argélia, Tanzânia, Egipto, Alemanha Oriental, Checoslováquia, Hungria e União Soviética). Assim, através da embaixada do Cairo, dirigiu-se um pedido de colaboração à República Popular da China, o qual foi aceite e que se traduziu num curso de preparação militar em Nanquim para doze elementos, entre os quais o próprio Jonas Savimbi²⁰.

Apoiado por um número significativo de militares e de políticos afectos à FNLA/GRAE, Jonas Savimbi fundou, em Janeiro de 1966, o Comité da Unidade Revolucionária Angolana (CURA) e, na capital da Zâmbia, o Comité Preparatório para a Acção Directa. Poder-se-á dizer que este foi o primeiro repto para a efectiva criação da UNITA, formalmente constituída por cerca de 60 indivíduos da sua confiança, numa conferência que teve lugar entre 13 a 15 de Março de 1966 na província do Moxico na localidade de

20 Além de Jonas Savimbi estiveram no curso, “António Dacosia Fernandes, Tiago Sachilombo Monangala, Isaías Massumba, Mateus Banda, Paulino Moisés, David Chigunji, Jacob Inájo, Jeremias Kussia, Nicolau Iliarique, Chiúka Calundungo e José Manuel Chijwale” (FERNANDO, 2012, p. 72).

Muangai. Também foi aprovada a constituição que referia que “a real independência de Angola só se pode conseguir por via da luta armada contra a potência colonial portuguesa, dentro do território angolano” (SELLSTRÖM, 2008, p. 51).

Nos primeiros documentos era designada por “National Union for Total Independence of Angola – NUTIA” . Mais tarde, a designação e sigla foram traduzidas para Língua Portuguesa, «União Nacional para Independência Total de Angola – UNITA». Conforme Savimbi (1979, p.22), aprovaram-se ainda diversos documentos que pretendiam consubstanciar a acção política da UNITA, destacando-se: a definição dos princípios gerais das actividades do Movimento; a análise geral do que seria o território de Angola liberto das forças coloniais; os estatutos denominados «Projecto dos Conjurados do Movimento de 1 de Março» e que definiam a matriz da UNITA; a exposição da estrutura dirigente e administrativa da UNITA; o traçado (no mapa do Leste de Angola) das regiões militares e das áreas de expansão; a concepção das

futuras Forças Armadas de Libertação de Angola (FALA)²¹ e a enumeração dos sete princípios ideológicos.

Os princípios orientadores eram baseados no pensamento chinês de Mao Tsé-Tung, visto que a maior parte dos quadros da UNITA frequentaram as escolas militares chinesas. Deste modo, o Movimento estipulou sete princípios ideológicos básicos: (1) fazer a guerra no contexto actual de Angola, (2) priorizar o guerrilheiro, (3) juntar-se ao povo do interior do país, (4) contar essencialmente com as nossas próprias forças, (5) mobilizar os camponeses guiados por um partido revolucionário, (6) aplicar uma ideologia válida a todas as circunstâncias e (7) formar uma frente democrática (FERNANDES, 2012, p.56).

Para além destes a UNITA adaptou um conjunto de ideias e de valores típico das democracias ocidentais, salientando-se: a democracia baseada no voto do povo através de vários partidos políticos; a igualdade de todos

21 Desde o primeiro instante, Chiwaleocupa, o “cargo de comandante-geral” das futuras FALA e N’Zau Puna assume o cargo de Secretário-Geral do Movimento (SAVIMBI, 1979, p.23).

os angolanos na pátria do seu nascimento; a liberdade e a independência total para a Pátria-Mãe; a soberania expressa e impregnada na vontade do povo; e a prioridade do campo para beneficiar a cidade na busca de soluções económicas.

A ideologia seguida pela UNITA assenta no modelo do Estado-nação. A população e o território nacional - espaço físico com fronteiras definidas - coincidem com a área de exercício do poder. O Estado, responsável pelo processo administrativo, é corporizado por um governo e sua respectiva política. Trata-se de incorporar um conjunto de símbolos e de crenças identitárias em torno da ideia de pertença a uma única comunidade política. A esta ideologia, a UNITA acrescenta uma doutrina que preconiza uma autêntica africanidade assente nos valores da negritude. De igual forma, procurou afirmar-se como um movimento de guerrilha de base camponesa, através de uma prática revolucionária frequentemente expressa em termos de símbolos maoistas (REIS, 2010, p. 240).

No caso da UNITA, inicialmente estruturou-se segundo uma tendência pró Maoísta como fora

sistematicamente notório nas posições de Jonas Savimbi. O discurso ideológico do partido andou muito orientado pela força das circunstâncias, querendo significar que se tratava de uma questão de sobrevivência, de interesses e resistência, primeiro construção e consolidação depois (Idem).

Armando Marques Guedes (2011) é de opinião de que a UNITA atribui grande importância à cultura e tradições africanas e, por isso, segue o modelo da africanidade e da Negritude na forma como foram aplicadas por Kenneth Kaunda e por Julius Nyerere, na construção das suas sociedades.

Com outra visão, Jardo Muekalia (2010, pp. 149-150). confirma o seguinte: “a UNITA era e continua a ser um partido ideologicamente de esquerda. Porém, as circunstâncias e a realidade geopolítica ditavam uma aliança com organizações, partidos e países de direita, estávamos ideologicamente no espaço do centro-esquerda”.

Em Setembro de 1966 foi realizado o primeiro Congresso da UNITA, na capital da Zâmbia, durante o qual Jonas Savimbi foi eleito presidente do Comité

Central (SELLSTRÖM, 2008). De modo semelhante, foram registados 18 dirigentes como fundadores e co-fundadores, desde comandantes, militares e militantes que se movimentavam no estrangeiro: Jonas Malheiro Savimbi, João José Liahuca, Tony da Costa Fernandes, David Jonatão Chingunji, José Samuel Chiwale, Samuel Piedoso Chinguni, Miguel N'Zau Puna, Ernesto Joaquim Mulato, Alexandre Magno Chinguto, Pedro Paulino Moisés, José Kalundungu, Jacob Hossi Inácio, Jeremias KussiaNundu, Nicolau BiachoTchiuca, Isaías Mussumba, Mateus Bundua, Samuel Chivava Muanangola, Tiago Sachilombo (FERNANDO, 2012, p. 13).

Assim conseguiu-se criar, o fermento que iria fazer da UNITA a organização nacionalista angolana cujos dirigentes máximos, na sua totalidade, fizeram a luta ao lado dos soldados, na mata. Era a única filosofia real e a forma de mobilizar para o combate comum as classes campestinas (SAVIMBI, 1979, p.13). A UNITA teve como corpo político, no seu início, alguns elementos da FNLA que assim como Jonas Savimbi, estavam em desacordo

com a orientação política de Holden Roberto. Obtiveram forte apoio na província de Huambo, na região central de Angola, com grande presença da etnia Ovimbundu, que serviu de recrutamento de homens para as tropas armadas da UNITA, conhecidas como FALA (Forças Armadas de Libertação de Angola).

No que concerne à sua organização, a UNITA delineou comités locais que se destinavam principalmente a estabelecer novos postos no interior (especialmente no Luso), a explicar ao povo a razão da luta contra o colonialismo, a desenvolver uma campanha de alfabetização, a improvisar métodos de cultura e armazenamento de produtos, dar informações acerca do movimento das tropas portuguesas e criar corpos sanitários. Assim, o Movimento conseguiu em (relativamente) pouco tempo e por vezes à custa do ataque selectivo aos chefes nativos e respectivas áreas de influência, instalar centenas de células ou comités locais de constituição variável (habitualmente com um presidente, secretário, tesoureiro e polícias; às vezes, com vices e com segundos). De igual modo, em 1966, a UNITA dispunha

de um órgão de informação e propaganda, o «Kwacha-Angola», onde as notícias eram obviamente expressas da maneira que mais lhe convinha (EME, 2006).

Em conclusão, a criação da UNITA, liderada por Jonas Savimbi, marcou um momento crucial na luta pela independência de Angola, representando uma reação e uma alternativa ao MPLA no contexto da guerra de libertação. A partir de 1966, a UNITA consolidou-se como um movimento político-militar com uma ideologia fortemente influenciada pelo maoísmo e pela valorização da cultura e das tradições africanas, especialmente as de inspiração negritude e africanidade.

A sua organização, baseada em comités locais e em uma forte base camponesa, permitiu-lhe estabelecer uma rede de apoio e mobilização no interior do país, consolidando uma resistência firme contra as forças coloniais portuguesas e, posteriormente, contra o MPLA na guerra civil que se seguiu à independência. Embora a UNITA tenha evoluído ideologicamente ao longo dos anos, alternando entre tendências de esquerda e de alianças

pragmáticas com blocos políticos de direita, sua luta pela autonomia das regiões central e sul de Angola e o seu papel na política nacional angolana permanecem indissociáveis da complexa dinâmica da independência e da construção do Estado pós-colonial.

As tentativas de unificação entre o MPLA e a FNLA (1960-1973)

Foi sempre uma preocupação de diversas personalidades do nacionalismo angolano e de Organizações Internacionais interessadas na libertação do território angolano encontrar um caminho de unificação entre os diferentes Movimentos, que actuam no território angolano, com relevo para união do MPLA e da UPA/FNLA.

Deste modo, nos anos em que decorreram os verdadeiros embates entre as Forças Armadas Portuguesas e os Movimentos de Libertação de Angola, (1961 e 1972), o MPLA e a FNLA estabeleceram negociações de paz com objectivo de acabar com o conflito armado que os opunha

e encontrar, de seguida, uma via de unificação das suas forças.

A eventual concretização de unificação das duas forças, que dependia de vários factores, seria um vector determinante para a evolução da situação político-militar do território angolano. Por um lado, havia os factores endógenos, que do ponto de vista teórico punham em evidência a oposição entre dois projectos políticos, ou duas estratégias diferentes, para atingir o mesmo objectivo, a libertação de Angola. Por outro lado, existia também o peso dos factores exógenos, que punham em evidência as frequentes divergências entre os chefes dos Estados africanos nas conferências Pan-Africanas.

A problemática em torno da unificação dos Movimentos de Libertação de Angola, tornou-se com o passar do tempo, uma preocupação de elevada importância dos diferentes actores políticos angolanos e dos seus principais aliados, dentre os quais destaca-se a Organização da Unidade Africana, principal sustentáculo político mas também financiadora desses movimentos.

A questão fundamental da unificação dos Movimentos de Libertação foi orientada no sentido de atingir três objectivos específicos: “a luta contra o colonialismo português, o neocolonialismo e o imperialismo” (MBAH, 2010, p. 181). Estes objectivos políticos já tinham sido referenciados no Manifesto do MPLA e “seguiam a estrutura colonial angolana, dominada por um lado, pelos colonos portugueses, por outro pelas companhias estrangeiras” (MBAH, 2010, p. 182).

A posição da UPA/FNLA relativamente à questão da unificação dos Movimentos de Libertação de Angola, é dada a conhecer pela primeira vez em 1960, em resposta ao apelo de «unificação dos Movimentos» feito pelos dirigentes do MPLA em Maio de 1960. Sem se dispor de uma resposta conclusiva e explícita, a UPA/FNLA afirmou textualmente o seguinte:

“O MPLA lançou em Maio um apelo para que se unam todas as formações políticas sem olhar às suas posições ideológicas. Trata-se de um apelo ao qual a UPA/FNLA responde com sinceridade. A criação

de uma frente comum, ao contrário do MPLA, obedecia a determinadas «condições prévias» que estavam relacionadas com o princípio de adesão à luta contra o colonialismo português. Estas «condições prévias» “eram na realidade um pretexto para recusar toda e qualquer aliança com MPLA” (MBAH, 2010, p.183-184).

A posição do MPLA quanto à unificação dos Movimentos de Libertação foi reforçada a partir de 1960, período em que o Movimento apresentou o seu «Programa Máximo e Mínimo», onde foram afirmados alguns dos princípios fundamentais, dos quais o mais importante era o da criação de uma «Frente Angolana de Libertação» que reagrupasse todos os movimentos de libertação, independentemente da sua orientação ideológica.

Por parte dos movimentos políticos Angolanos podemos reter algumas tentativas de unificação nomeadamente a de Tunes em 1960, a do Congo Leopoldville em 1961 e o encontro de Monróvia em Maio de 1961.

Com os acontecimentos de 4 de Fevereiro e 15 de

Março de 1961, a problemática em torno da libertação do território angolano foi transferida da arena política para o campo de luta armada. Tal situação obrigou determinadas personalidades ligadas ao MPLA a se pronunciarem em relação a natureza e a finalidade da causa que defendiam. O presidente em exercício do MPLA, Mário Pinto de Andrade, abordando o assunto afirmou:

“É falsa a crença de que o problema angolano é de natureza exclusivamente militar. A nossa luta de libertação é essencialmente político-militar. É da orientação política do movimento de libertação que dependerá seja a vitória real, seja uma vitória esvaziada dos seus elementos fundamentais que nos conduzirá a um neocolonialismo. Razão pela qual, mesmo em face das condições actuais, o MPLA bate-se pela unificação de todas as forças nacionalistas, que sintam capazes de reconhecer a sua expressão numa organização comum suficientemente representativa (ANDRADE, M. 1968.p.62) ”

Em 1961, alguns meses antes da fusão entre a UPA e o PDA, o Movimento de Holden Roberto emitiu um comunicado no qual afirma que:

“ (...) Consciente do estado decisivo atingido pela luta armada levada a cabo pelo povo angolano para libertar o seu território da opressão estrangeira, a UPA deseja que os movimentos nacionalistas angolanos compreendam a necessidade de ultrapassar o estado de moderação para se decidir pela acção positiva. Uma «frente comum» puramente política não teria nenhum efeito decisivo na evolução na luta de libertação do povo. Só uma integração no seio de uma formação político-militar homogénea ou um somatório de forças combatentes unificadas numa só frente de combate anti-colonialista, pode permitir à nação angolana conquistar a sua liberdade o mais depressa possível” (MBAH, 2010, p.188).

Portanto, era evidente por parte de alguns dirigentes da UPA/FNLA a posição de recusa a toda e qualquer tentativa de fusão com o MPLA.

Os fracassos dos acordos, segundo Emmanuel Kounzika, (1999) se devia exclusivamente a atitude comportamental dos dirigentes do MPLA, nomeadamente os médicos Eduardo Macedo dos Santos e Hugo Azancot de Menezes. Esse ponto vista não é partilhado por Pélissier (1979, p.132), que encarava no comportamento do presidente da UPA “uma manobra destinada a preservar o seu prestígio político intacto”. Ainda Pélissier afirma que a atitude dos militantes da UPA/FNLA poderia ser justificados pelo receio de ver um movimento rival nacionalista ascender politicamente e ocupar todo o espaço do nacionalismo angolano.

Pode-se constatar que o fracasso da não unificação deveu-se a o facto dos movimentos não querem perder protagonismo individual a nível da luta de libertação sabendo que a unificação levaria a muitos dos membros dos movimentos de libertação a perder os seus cargos em detrimento de uma organização única na luta de libertação nacional.

Apesar de terem sido numerosos os países

do continente africano que intervieram na questão da unificação dos movimentos nacionalistas angolanos, apenas evocaremos alguns países africanos, que em nosso entender jogaram um papel importante para o destino político de Angola sob a égide da OUA onde podemos destacar: As negociações sob orientação do Congo Leopoldville, as negociações sob orientação do Gana, o processo de unificação sob a égide da OUA, a segunda conferência dos chefes de Estado e de Governo (Cairo, 1964), a comissão de reconciliação dos Movimentos de Libertação de Angola, os acordos do Cairo de 1966 e o acordo de Kinshasa de Dezembro de 1972.

A essência dessas negociações era encontrar um caminho de pacificação dos diferentes Movimentos, a actuarem no território angolano, com relevo para união do MPLA e da UPA/FNLA, procurada com persistência e afínco. A questão da unificação dos Movimentos de Libertação representava antes de mais uma opção tendo em conta os compromissos políticos do Movimento, onde pretendiam com a unificação garantir o sucesso contra

toda a investida imperialista que visava a concretização da independência de Angola.

As principais causas do fracasso de todas essas tentativas de unificação entre a FNLA e o MPLA na Luta de Libertação foram:

1. Os Movimentos de Libertação de Angola não foram unânimes, quanto a propostas da criação de uma «frente de luta unida ou frente comum» para lutarem contra o colonialismo Português;
2. A falta de confiança entre os movimentos de libertação nacional;
3. A incoerência da política e à falta de convicção e determinação dos mediadores;
4. A diferença no perfil ideológico entre os movimentos intervenientes;
5. Influências de ordem étnica, na formação destes movimentos criando assim constrangimentos à sua unidade interna, tanto no seio do MPLA como da FNLA.

De modo geral, as negociações e os acordos foram estabelecidos num clima caracterizado por intensa perturbação e falta de vontade por parte dos dirigentes, associados à falta de experiência e incapacidade dos mediadores africanos responsáveis para a condução do processo de reconciliação dos dois Movimentos, e da ineficácia do órgão encarregado de arbitrar os diferendos que pudessem surgir.

Assim, acabamos de analisar o conjunto de iniciativas de paz e de reconciliação realizadas por diversos actores políticos para pôr fim às rivalidades dos principais Movimentos de Libertação de Angola. Nesta análise verificou-se a falta de interesse de ambos os Movimentos, em encontrar uma via comum para a resolução dos seus diferendos.

Em suma, os líderes dos Movimentos de Libertação de Angola não acataram as directivas das autoridades da OUA, para a resolução do conflito armado angolano.

Síntese Conclusiva

Os grupos nacionalistas angolanos começaram a surgir na década de 50 com o intuito de mostrar à potência colonizadora que já era momento de deixar que os angolanos tomassem conta do seu próprio país. As reivindicações do país tiveram eco nesta década, como resultado do fim da Segunda Grande Guerra e declaração das Nações Unidas sobre a liberdade a todos os países que ainda se encontravam sob o jugo colonial.

A formação e o percurso dos movimentos anti-coloniais angolanos foram marcados pela falta de unidade e cooperação uns com os outros, por conflitos internos, (como foram as controvérsias no seio do MPLA e os problemas étnicos no interior da UPA/FNLA o que levou a Jonas Savimbi a afastar-se e criar um terceiro movimento) e pelas questões de natureza étnica e racial, criando assim constrangimentos à sua unidade interna, tanto no seio do MPLA como da FNLA.

Ideologicamente, os movimentos nacionalistas

angolanos assimilaram ideologias dominantes em conformidade com as suas relações com os grandes regimes políticos desenvolvidas no quadro da projecção internacional da luta anti-colonial. O MPLA, desde o início, identifica-se com o marxismo-leninismo, caracterizava-se por uma ideologia de esquerda inspirada no modelo dos países do Leste europeu, seguindo a doutrina da União Soviética.

A FNLA por seu turno, é pró - americano comungando o capitalismo devido a sua ligação com o EUA e assente num tradicionalismo cultural defensor da revitalização das instituições antigas. Enquanto que a UNITA, era de tendência pró - maoísta devido aliança com a China e ideologicamente de esquerda.

O ideal da luta dos movimentos nacionalistas angolanos pode ser visto em duas perspectivas: primeiro, a luta pelo poder contra o Estado colonial. Esta define-se também como a luta pela soberania nacional em defesa da formação de um novo Estado. Constitui assim um ideal comum aos três movimentos nacionalistas angolanos. Em

segundo lugar, a luta pelo poder de Estado desenvolvida pelos próprios movimentos angolanos, dadas as clivagens entre si durante e depois da luta anti-colonial. Esta pretensão norteou a forma como foi encarada a guerra de libertação nacional de Angola por cada movimento nacionalista.

Relativamente as causas que levaram as várias tentativas falhadas de unificação entre os movimentos de libertação deveu-se a factores exógenos como a matriz ideológica dos movimentos de libertação, o interesse dos países estrangeiros com os quais mantinham relações e factores endógenos como a matriz étnica cultural e a localização geográfica onde surgiram os movimentos de libertação.

Capítulo

3

POLÍTICA EXTERNA DOS MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL E “SOLIDARIEDADE” INTERNACIONAL

No decorrer dos séculos XIX e XX, as grandes potências estrangeiras contestaram a presença portuguesa nos territórios africanos, procurando o seu afastamento. A situação de equilíbrio internacional era garantida pelo conflito mútuo assegurado, encontrando-se os territórios da África lusófona situados na zona de concorrência das grandes potências que assumiam o compromisso da sua inclusão na área de influência respectiva em caso de vitória.

Foram muitos os países que responderam positivamente ao apelo dos Movimentos de Libertação de Angola para apoiarem a sua causa pela independência do território angolano. Dos auxílios provenientes do exterior, os que tiveram grande impacto no terreno foram dos países fronteiriços (Congo Leopoldville, Congo Brazzaville e Zâmbia) nomeadamente na disponibilização de instrução militar, logística, e de ajuda monetária aos membros dos Movimentos de Libertação.

Perante um conflito armado como o de Angola, onde existiam três Movimentos de Libertação com grande expressão, as ajudas e os apoios internacionais eram

disponibilizados por instituições políticas e económicas, as quais sabiam a quem o conflito interessava e de quem dependia. Esta é uma das questões que pretendemos analisar com algum pormenor, tendo em conta que permite compreender como é que o conflito se internacionalizou, de quem dependia e a quem interessava a luta nos territórios coloniais portugueses.

A diplomacia da UPA/FNLA e o apoio da Comunidade Internacional

A Diplomacia

Foi no campo diplomático que dominaram as atenções dos dirigentes nacionalistas. Na qualidade de presidente da União das Populações de Angola (UPNA), Álvaro Holden Roberto participou na 1ª Conferência dos Povos Africanos que se realizou em Dezembro de 1958 em Accra, capital do Ghana, onde conheceu: Nkwame Nkrumah (anfitrião) Ton Mboya (Kénia), Kenneth Kaunda (Zâmbia), Joshua Nkomo (Zimbábwe) Frantz Fanon do governo

provisório da Argélia, Patrice Emery Lumumba (Congo), Kamuzu Banda (Malawi), Július Nyerere (Tanzânia) entre outros líderes africanos.

Pela primeira vez a África e o resto do mundo ouvem falar da vontade do povo angolano de ser livre e independente e são informados dos graves atropelos aos direitos humanos e dos povos, cometidos pelos colonos portugueses, nomeadamente: o trabalho forçado, a expropriação das terras dos autóctones, as palmatórias e os desterroos.

Estava lançada a mensagem da UPA que iria mobilizar consideráveis apoios políticos e diplomáticos não só em África mas também de outras partes do mundo, amantes da justiça e da liberdade.

Foi durante esta conferência que Patrice Lumumba e Holden Roberto se reuniram com Frantz Fanon, o qual estava muito interessado com o problema congolês e angolano. Mais tarde, a UPA beneficiando da ajuda e influência de Frantz Fanon e dos seus amigos da Frente de Libertação Nacional Argelina (FLN), como Omar Oussedik

e do próprio Chefe do Estado Maior da FLN, o Coronel Boumedienne para o apoio na formação dos guerrilheiros da FNLA.

Em 1959 Holden Roberto viaja para as Nações Unidas, via Ghana, como membro da delegação da Guiné Conakry, com o objectivo de peticionar, denunciar o colonialismo que se recusava obstinadamente a descolonizar África e sobretudo Angola, junto do Conselho de tutela da ONU (4ª Comissão). A 14ª Sessão da Assembleia Geral da ONU criticou e condenou a política ultramarina portuguesa e fez uma petição a Portugal no sentido de dar a conhecer a evolução das medidas já tomadas e previstas nos artigo 73ª da carta das Nações Unidas, tendo em vista a autodeterminação dos territórios africanos sob sua administração.

Em Setembro de 1961, Holden Roberto em nome da UPA/FNLA, participa na conferência dos Países Não-alinhados que teve lugar na Jugoslávia sendo Joseph Broz Tito o anfitrião. Nesta altura, a posição da UPA era de “neutralidade positiva” um conceito muito em voga,

procurando evitar um alinhamento na guerra fria que assolava o mundo. A conferência condenou a política colonial portuguesa e definiu o conceito de neutralismo positivo.

Em Junho de 1963, em que “o grupo dos Nove¹” se reunia, pela 1ª vez, em Dar-es-Salam (Tanzânia), é informado do anúncio por parte do governo do Congo-Leopoldville, na pessoa de Cyrille Adoula, do reconhecimento de jure do Governo Revolucionário de Angola no exílio (GRAE). Tal reconhecimento fortalecia-se com um convite para que, nos finais de Junho de 1963, o GRAE desfilasse à sua tropa durante as comemorações da independência do Congo, hasteando a bandeira da liberdade angolana. Foi o 1º e decisivo impulso ao reconhecimento do GRAE pela O.U.A., com a presença na tribuna oficial, ao lado do presidente

1 O Grupo dos Nove foi um grupo de oficiais das forças armadas de Portugal liderados por Melo Antunes pertencente ao Movimento das Forças Armadas (MFA) de tendência moderada. Os signatários originais foram nove conselheiros da revolução: Melo Antunes, Vasco Lourenço, Pedro de Pezarat Correia, Manuel Franco Charais, Canto e Castro, Costa Neves, Sousa e Castro, Vitor Alves e Vitor Crespo.

Kasavubu, o 1º ministro Cyrille Adoula e o comandante do Exército, Mobutu. Tal decisão, motivou a constituição urgente de uma comissão chamada de “Bons ofícios” comitê de conciliação, por parte da O.U.A, encarregue de fazer o ponto de situação angolana e de procurar a reconciliação das diferentes tendências nomeadamente, FNLA e MPLA mas que fracassou.

O presidente da FNLA obteve, no ano de 1963, uma das suas grandes vitórias no campos, diplomático e político, quando o seu movimento foi recomendado ao reconhecimento pelo comitê de conciliação da Organização da Unidade Africana, com a exclusão de todos os outros movimentos de libertação de Angola. Todos estes êxitos no campos diplomático e político “não puderam resolver na totalidade os principais problemas que agitavam a UPA/FNLA”, apesar de lhe terem trazido um certo conforto diplomático, no que se refere sobretudo nas relações com a Tunísia e com a Argélia, e um domínio quase total sobre a população refugiada no território congolês² (LARA, 2006,

2 Nessa altura, a FNLA deparava-se com o problema de falta de quadros instruídos e, “apesar de todos os seus esforços

p. 270).

Em Washington, o governo de Kennedy, desejoso de afirmar as suas credenciais anticoloniais, sentiu-se tranquilizado com a evidente orientação “Ocidental” de Holden Roberto e através da CIA começou a ser canalizado dinheiro para FNLA (MAC QUEEN, Norrie, 1997, p.63). Este reconhecimento permitiu a FNLA receber oficialmente uma ajuda financeira e material do Fundo de Libertação de África.

Em Outubro de 1964, decorreu no Cairo a Cimeira dos Países não-alinhados, onde Holden Roberto em representação do GRAE discursou descrevendo a situação que se vivia, criticando as ajudas que muitos países davam ao colonialismo português e massacres no

para colocar estudantes nas universidades ocidentais, os intelectuais do MPLA, criar uma base de influência com bolsas de estudos para os seus militantes nos países comunistas do que o seu rival conseguia obter no Ocidente. Desde o Verão de 1963 até 1964/65, o GRAE tentou mitigar o seu carácter predominantemente Bacongo concentrando a sua atenção nos refugiados e nos trabalhadores angolanos no Catanga. Mas pouco sucesso ali obteve, pois estas pessoas ou eram apolíticas ou se sentiam atraídas pela UPNA ou por outros grupos incipientes que tinham origem em grupos étnicos do centro de Angola anteriores a 1961” (WHEELER & PÉLISSIER, 2009, p. 293)

intuito de asfixiar o movimento de libertação. Mostrou-se determinado a mobilizar todas as energias para que o povo angolano fosse livre rumo a independência nacional. Nesta cimeira encontrou-se também com Yasser Arafat, líder do povo palestino que manifestou solidariedade pela luta contra o colonialismo português.

Em Novembro de 1964, reuniu em Dar-Es-Salam (Tanzânia) o Comité dos Nove que decidiu congelar o reconhecimento do GRAE e reconhecer igualmente o MPLA como Movimento de Libertação em paridade com a FNLA. Nesta conferência Holden Roberto não se fez presente devido a chegada tardia.

Até 1965, 33 países haviam reconhecido o GRAE, alguns deles foram: Congo-Leopoldville, Argélia, Tunísia, Marrocos, República Árabe Unida (Egipto), Iraque, Mali, Mauritânia, Nigéria, Líbia, Tanzânia, República Centro Africana, Cote d'Ivoire, Níger, Camarões, Sudão, Etiópia, Togo, Libéria, Quênia, Tchad, Dahomé (Benin) Alto Volta (Burkina Faso) e Ruanda.

Em Novembro de 1973, uma delegação da

FNLA composta por Holden Roberto, Samuel Abrigada, Eduardo Pedro, Jonhny Pinnock, Mateus João Neto e dois comandantes do ELNA viajaram a Pequim (China). A visita havia sido preparada pelo presidente zairense Mobutu Sese Seko que estivera em Pequim cujo o objectivo era estabelecer uma relação amigável entre o Governo Chines e a FNLA.

O apoios da Comunidade internacional

Em 1961 a FNLA inicia as hostilidades no norte de Angola atraindo grande apoio dos Estados Unidos e de países africanos tais como, o Ghana, Zambia, Congo - Leopoldville e Tanzânia. Em 1962, sendo já um movimento nacionalista bem organizado e apoiado, cria o Exército de Libertação Nacional de Angola (ELNA) e forma em Leopoldville o Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE) reconhecido pela OUA. Deste modo, João Paulo N'ganga, , afirma que:

“A nível dos países africanos, como foi o caso

do Ghana, a Tanzânia, a Nigéria, a Argélia, a África do Sul, o Congo - Leopoldville (Zaire), a Zâmbia, o apoio consubstanciou-se em armas, logística, Campos de treino, campos de refugiados, de base da retaguarda e bolsas de formação de diversas especialidades principalmente na área militar”. (N’GANGA, 2008, p.31)

Nesse conjunto de países, há que destacar o Zaíre, que desde o início não só forneceu um grande apoio à FNLA, nomeadamente campos de treino militar, bases militares, alimentação, cuidados médicos, armas anti-tanques, carros blindados, artilharia, morteiros e munições, bem como o primeiro país a enviar tropas regulares para Angola (SÁ, Tiago 2011, p.42)

O apoio do Zaire foi de extrema importância do ponto de vista estratégico, uma vez que lhe permitia fazer as operações de guerrilha contra as forças portuguesas a partir da fronteira que separa Angola do Zaire ao longo de mais de 2.000 quilómetros.

O apoio do governo do Zaíre à UPA/FNLA deve-se a um conjunto de particularidades, dentre os quais

podemos analisar dois, que no nosso entender são os mais importantes:

“O primeiro está relacionado com certas características que o Congo Leopoldville apresenta, no que se refere ao jogo de relações políticas regionais e internacionais, nomeadamente a sua densidade populacional, a extensão territorial, matérias-primas minérios e um posicionamento político-ideológico favorável ao Ocidente. O segundo prende-se às ligações históricas entre populações do Congo Leopoldville e populações do Norte de Angola nomeadamente, o grupo etnolinguístico Bakongo”(REIS, 2010, p. 204).

Nos finais de 1960, a FNLA recebeu as primeiras armas, e segundo o seu líder, estas eram provenientes da Tunísia, que na altura estava sob a presidência de Habib Burguiba. Assim Jaime & Barber, declaram que:

“O principal apoio foi da Tunísia, que nos deu as primeiras armas e então conseguimos introduzir essas

armas a partir dos capacetes azuis em Kinshasa. Aproveitava a presença das tropas das Nações Unidas, para receber essas armas da Tunísia e introduzir essas armas em Angola, aos bocados”(JAIME et BARBER, 1998).

Um outro apoio veio da Argélia da Frente de Libertação Nacional Argelina (FLNA), que formou militarmente os primeiros quadros da UPA nas suas bases tunisinas com objectivo de formarem outros no campo de Kinkouzu (idem).

Os apoios do exterior de África vinham da Roménia, Suécia, China e EUA fundamentalmente. Em 1974 a Roménia através do seu Presidente Nicolau Ceaucescu apoiou a FNLA na formação técnica e militar, com sofisticados aparelhos de comunicação, dinheiro, armas e bolsa de formação técnica (MILHAZES, 2009, p.34).

De acordo com Sellström (2008 p.46), o apoio oficial da Suécia a FNLA foi, em primeira instância, “por via do Programa Especial da ONU para a Formação e

Educação para os Territórios Portugueses”. Assim, em 1964, o governo sueco atribuiu um apoio pecuniário aos jovens estudantes que se encontravam refugiados no Congo, como também aos que frequentavam o ensino superior na Europa mas sendo militantes da FNLA. A partir de 1964/1965, a Embaixada da Suécia em Kinshasa passou a atribuir maior número de bolsas de estudos individuais, sendo que em 1965/66 foi decidido prestar apoio a um projecto conjunto nas áreas da agricultura e do desenvolvimento comunitário para os estudantes angolanos em Kimpese, perto da fronteira com Angola onde os residentes deste campo eram militantes da FNLA.

A China deu apoio em armamento militar e o envio de 52 chineses, que incluíam um general e diversos instrutores e outras patentes militares a base Kinkouzu onde formaram muitos militares que pertenciam a ELNA e que combateram o exercito Português e muita das vezes o MPLA . É de referir que Kinkouzu fica no Zaíre onde foi a base de todas operações militar, político e diplomático da FNLA na luta de libertação nacional (MAC QUEEN,

Norrie, 1997).

Holden Roberto, politicamente pró-capitalista e próximo do presidente Mobutu do Zaíre, manterá até ao final da década de 70 do século passado ligações privilegiadas com os Estados Unidos. A ligação privilegiada foi sempre com os EUA, que lhe fornecia apoio financeiro anual e conselho técnico, inclusive com a presença de agentes americanos nas suas bases (FELGAS & HÉLIO, 1968). No entanto, Os Estados Unidos consideravam a FNLA como uma opção para o estabelecimento de um governo pró-ocidental em Angola na eventualidade da independência.

Noutra vertente, os EUA auxiliaram os países africanos fundamentalmente entre 1957 e 1961, sendo “acérrimos defensores da autodeterminação” dos povos. Nesse sentido, apoiaram os movimentos de libertação, quer por intermédio da acção discreta da Central Intelligence Agency (como foi o caso da UPA), quer por intermédio de organizações internacionais e não governamentais (EME, 1988, pp. 39-57)

Em 1962 o Movimento “tinha fortalecido o apoio

financeiro e militar que recebia do exterior; a isto foi adicionado o indispensável apoio da igreja Baptista, que prestava ajuda médica e medicamentosa aos refugiados e combatentes da UPA; o apoio financeiro vindo dos EUA, bem como o estatuto internacional que gozava o presidente da UPA/FNLA” (BITTENCOURT, 2008, p. 97).

Na década de 70, a FNLA começa a ter um forte apoio da África do Sul e dos Estados Unidos da América que será tratado numa secção a parte (vide ponto 3.4.1).

A diplomacia do MPLA e o apoio da Comunidade Internacional

A Diplomacia

Para o sucesso de qualquer luta de libertação nacional, apesar de serem determinantes os factores internos, muitas vezes os factores externos jogam um papel preponderante podendo influenciar muito na correlação de forças no terreno.

Uma das acções diplomáticas do MPLA foi a

participação na II Conferência dos Povos Africanos que teve lugar em Túnis em Janeiro de 1960, na qual participaram: Lúcio Lara, Viriato da Cruz, Hugo de Menezes e Amílcar Cabral e cujos o resultado foram determinantes para a viragem na diplomacia do MPLA. A partir deste período os líderes do MPLA começaram a encararem mais pragmaticamente a ida para o continente Africano, estando mais próximo das fronteiras do país para o desencadeamento da luta para a libertação do país. Foi a partir daí que se revelaram os apoios que o movimento precisava.

Nesta conferência Lúcio Lara, apresentou um texto intitulado, «Aspecto de luta contra o colonialismo português», tendo dado a conhecer na ocasião os pormenores das prisões em 1959, bem como distribuído mensagens em que se pedia a libertação e a lista dos presos a serem julgados em Luanda em três processos. Foi ainda neste evento que a delegação do MPLA teve contacto com a Frente de Libertação da Argélia (FLN), particularmente com Frantz Fanon, que foi determinante para que Lúcio Lara e Viriato da Cruz, Hugo de Menezes e Amílcar Cabral encarassem

com mais realismo a problemática da luta armada que até então apenas era desenvolvido pela Argélia.

Em Julho de 1960 uma importante delegação do MPLA que integrava, Viriato da Cruz e Eduardo Macedo dos Santos e membros do Partido Africano deslocaram-se para China em nome da Frente Revolucionária para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas onde apresentaram documentos importantes de denúncia contra o regime colonial, a repressão que tinha lugar naquele momento em Angola. Este conjunto de realizações no campo político e diplomático iriam contribuir grandemente para que a ONU tivesse um discurso mais crítico e mais contundente relativamente ao posicionamento de Portugal face as suas colónias, criando simpatia e solidariedade desses povos com a luta do povo Angolano.

Ainda em 1960, Mário de Andrade conseguiu da Guiné Conakry, concretamente de Sekou Touré, autorização para a emissão de passaportes aos nacionalistas angolanos, Viriato da Cruz (Alfred Sylla), Hugo de Menezes (Seydo Sylla), Eduardo Macedo dos Santos (Marcel Camara)

e Matias Migueis (Amadou Bangoura) o que permitiu instalarem-se naquele país.

A concentração em Conakry deste grupo levou a constituição do Comité Director do MPLA formado a 9 de Julho de 1960. Constituído este corpo directivo, intensificou-se a actividade política do MPLA, que tendo beneficiado do apoio do governo de Conakry, instalou-se nessa capital africana e foi a partir dela que se elaboraram os principais documentos que expressaram o novo rumo a dar ao «Movimento». A partir de então, as actividades do MPLA não tinham entraves que tiveram em territórios Europeus, quer dos que possuíam colónias africanas ou não. Dos primeiros documentos produzidos em Conakry temos a registar a declaração ao governo português feito pelo MPLA aos 13/06/1960, e a mensagem ao povo português, datada de 30 de Junho de 1960.

Em Dezembro de 1960 na conferência em Londres, o MPLA representado por: Mário Pinto de Andrade, Viriato da Cruz e Américo Boavida apresentaram um dossier sobre o colonialismo português e anunciaram ao Mundo que tendo

«Portugal recusado todas as propostas de discussão pacífica do problema colonial, o MPLA tinha decidido passar «A ACÇÃO DIRECTA» (ANDRADE, 1997).

Em Abril de 1961 realizou-se no Cairo (Egipto), a 1ª Conferência Afro-Asiática, onde o MPLA participou em força e o problema de Angola voltou a estar na ordem do dia. Foi a partir daí que se criou uma espécie de comité para Angola que foi presidido pelo presidente do Ghana, Kwame Nkrumah, do qual faziam parte vários presidentes Africanos com maior realce para o então presidente do Senegal, Léopold S. Senghor. Este comité tinha a missão de fazer pressão política e diplomática junto das potências europeias no sentido de, pressionarem Portugal a negociar com os nacionalistas das suas colónias (LARA, 2008).

Nesta mesma conferência o MPLA inicia os primeiros contactos com o presidente da República do Mali, Modibo Keita, e a delegação de Marrocos. Assim sendo, apesar das enormes dificuldades encontradas pela delegação do MPLA para estabelecer contactos políticos, diplomáticos mais alargados, a delegação foi recebida pelo

rei de Marrocos, Mohamed V, pelo embaixador do reino de Marrocos, acreditado em França, bem como pelo presidente Keita, do Mali. Estes contactos, constituíram uma grande vitória diplomática para o MPLA, abrindo, assim, boas perspectivas para os encontros seguintes no Cairo e Belgrado (Idem).

Com o apoio da Aliança Socialista seria produzido um memorando que circularia como documento na conferência e também, foi agendado um reunião de trabalho sobre um programa imediato do MPLA. Um outro memorando sobre a assistência ao MPLA seria apresentado à Aliança Socialista e incluiria apoios desta instituição, em armas e munições, ao Corpo dos Voluntários Angolanos para Assistência aos Refugiados (CVAAR), bolsas de estudos, etc.

A campanha diplomática prosseguiu com realização em meados de 1961 de uma viagem à Moscovo de uma delegação do MPLA constituída por Mário de Andrade - Presidente, e Viriato da Cruz - Secretário-Geral. Esta deslocação marcou o início da cooperação com a União

Soviética que resultou na ajuda multilateral deste governo ao MPLA.

Em Agosto de 1961, com a carta de apresentação recebida no Cairo pelo Comité Afro-Asiático, a delegação contactou o vice-presidente Indonésio, a quem expôs as mesmas preocupações que havia exposto à Aliança Socialista; pediu-se também que a Indonésia sublinhasse devidamente a necessidade de se fazer um pronunciamento no final da conferência em favor da luta de libertação de Angola (ANDRADE, 1997)..

Em Setembro de 1961, assistiu-se à abertura solene da conferência dos Não-Alinhados. A margem das actividades da conferência a delegação do MPLA realizou uma forte campanha político - diplomática denunciando as atrocidades da política colonial portuguesa em Angola, assim como apresentando a situação vigente em Angola nos domínios económico e social e o estado de evolução da luta pela libertação nacional. Seguiram-se várias conferências de imprensa, às quais assistiram muitos jornalistas estrangeiros. Concedeu algumas entrevistas aos jornais

franceses, americanos, chineses etc., e foram igualmente mantidos contactos com os presidentes Bourguiba (Tunísia), Ben Bella (Argélia) e Kwame Nkrumah (Gana), os quais manifestaram-se a favor da causa do povo Angolano (LARA, 2008).

A participação da delegação do MPLA na conferência dos chefes de estado dos países Não-Alinhados foi uma incontestável vitória política e diplomática não só para o movimento como também para todo o povo angolano, permitindo o estreitar das relações com algumas organizações políticas.

A direcção do MPLA sediada em Conacri necessitava urgentemente de se aproximar de Angola, a fim de dirigir a actividade política e militar no interior do país. A instalação no Congo-Leopoldville foi dificultado pelo facto da UPA, dirigida por Holden Roberto, já estabelecida naquele país beneficiar de uma forte implantação junto das populações angolanas emigradas e dos refugiados de guerra, de maioria bacongo, e também de fortes simpatias e apoio junto do governo congolês pró-ocidental (ROCHA,

2009).

Perante este caminho desenhou-se uma do estratégia que permitisse a entrada dos seus dirigentes políticos no Congo-Leopoldville, sob forma de acção humanitária, através do Corpo Voluntário Angolano de Assistência a Refugiados (CVAAR)³ criada em Agosto de 1961.

As autoridades do governo congolês, ainda no decorrer do ano 1961, apesar de ainda estarem política e materialmente mais favoráveis ao movimento de Holden Roberto, aceitam a presença do MPLA no seu território, pois os militantes do MPLA médicos iriam ajudar aquele país, sobretudo na área da saúde, resultante da partida de quadros belgas aquando da independência do Congo (ROCHA, 2009).

Em Winneba, Gana, Agostinho Neto participou

3 O CVAAR era uma organização humanitária, que afirmava não ter ligação com nenhum partido político angolano, sendo constituído por dez médicos e cerca de trinta enfermeiros, todos eles voluntários, sendo a maioria dos médicos antigos estudantes da Casa dos Estudantes do Império (CEI) e agora militantes do MPLA.

na conferência de solidariedade afro-asiática realizada em Maio de 1965. Na sua intervenção, pediu solidariedade e ajuda dos países afro-asiáticos. Em relação ao problema colonial português, reconheceu que, perante a intransigência do Estado Novo, a luta armada era a única via para a independência política de Angola.

A conferência realizada em Havana, em Janeiro de 1966, presidida pelo ministro cubano das Relações Exteriores, Raúl Roa, e tendo como secretário da conferência Youssef Sebai, secretário-geral do Comité de Solidariedade Afro-Asiática da RAU, aprovou resoluções sobre as colónias portuguesas e declarou o seu apoio aos movimentos de libertação e à sua luta pela independência política; à unificação dos movimentos de libertação, à formação de quadros, à cooperação política e económica para auxílio dos movimentos de libertação.

Em Janeiro de 1969, o MPLA participou em Khartum (Sudão), numa conferência organizada pelo Conselho Mundial da Paz e pela Organização de Solidariedade dos Povos Africanos e Asiáticos (OSPAA)

com vista a chamar atenção à comunidade internacional para apoio as lutas de libertação nas colónias portuguesas e na África Austral, bem como alinhar a esta organização, na linha dos países socialistas dos movimentos de libertação e revolucionários (ROCHA, 2009).

O ano de 1970, foi particularmente positivo para a projecção internacional do MPLA. Em de Junho de 1970, decorreu em Roma a 2^a Conferência internacional de solidariedade com os povos das colónias portuguesas, contando também com o apoio do Conselho Mundial da paz onde Agostinho Neto discursou apelando a necessidade da libertação dos países Africanos que ainda se encontravam sob o jugo colonial destacando as colonias Portuguesas.

Em Setembro de 1970, em Lusaka, decorreu a III conferência cimeira dos Países Não-Alinhados. O presidente do MPLA, Agostinho Neto foi escolhido para falar em nome dos movimentos de libertação de África e no seu discurso, Neto destacou a necessidade de os movimentos lutarem de mãos dadas para o alcance dos seus objectivos que eram comuns (LARA, 2008).

Foi na sequência desta conferência, que a China, através da Associação de Amizade com os Povos Africanos convidou à Direcção do MPLA (delegação chefiada pelo presidente Agostinho Neto , Lúcio Lara, Alberto Neto, António Condessa de Carvalho e Hermínio Escórcio) para visitar aquele país, tendo sido recebida por Chu-En-Lai, o segundo homem na hierarquia Chinesa em Julho de 1971. A viagem incluiu também a Coreia do Norte e o Vietname.

O apoios da Comunidade internacional

Quanto aos apoios ao MPLA podemos destacar, que este movimento em função da sua opção política obteve o apoio de vários países principalmente aqueles que se identificavam com o regime socialista. Os apoios vinham quer a nível do continente Africano, quer fora do continente e quer a nível das organizações internacionais.

Dalila Cabrita Mateus (1999, p.22) destaca os apoios dos países africanos ao MPLA que consistiam no fornecimento de armas, logística, campos de treino, campos

de refugiados, base da retaguarda e bolsas de estudo. Em 1960 a Guiné Conakry foi o primeiro país a aceitar a instalação da delegação do MPLA no país a autorizar a emissão de passaportes aos nacionalistas angolanos e a entrega de subsídios para manutenção da sede do MPLA tornando-se deste modo, retaguarda e campo de treino militar. A Líbia ajudou financeiramente a partir do seu presidente Kadhafi entregando o valor de 250.000.00 dólares ao presidente do MPLA, Agostinho Neto para ajudar na luta de libertação.

A Argélia sob a égide da OUA e no âmbito do programa Pan-Africano de apoio às lutas de libertação do continente; Argel tornou-se a capital dos movimentos de libertação, tendo facilidades que consistiam fundamentalmente em alojamento, subsídios e passagens. O Ghana do então presidente Nkrumah, formou os primeiros quadros militares do MPLA para lutarem contra o colonialismo Português.

O Congo-Léopoldville (Zaire), serviu durante a luta de libertação como um ponto estratégico quer a nível

da logística, quer a nível da base da retaguarda e como campos de refugiados. O Congo-Brazzaville, de Massemba Debat, permitiu também a utilização do seu território como retaguarda para a guerra em Cabinda contra o colonialismo.

A Zâmbia com a sua independência, tornou possível ao MPLA a abertura da Frente Leste na guerra de Angola. Mas o apoio zambiano, ao MPLA, teria sido sempre condicionado pelos interesses do regime de Kenneth Kaunda do que por razões de solidariedade africana.

Na Tanzânia, o MPLA tinha a base logística devido o seu porto que servia de trânsito de armamento e outros materiais militares que apoiavam as diferentes bases militares do MPLA. Houve outras contribuições a nível dos países africanos como foi o caso do Marrocos, Tunísia, Senegal, Egipto etc; que directa ou indirectamente contribuíram na luta de libertação de Angola.

É preciso referir também que fora do continente africano o MPLA, contou com o apoio de diferentes países principalmente os da linha socialista como a China, Bulgária, Checoslováquia cujo apoio foi desde a ajuda

financeira, formação, logística, armamento etc. Bettencourt, (2008, p.26) afirma que:

“Em 1963, o MPLA permaneceu instalado no Congo Brazzaville, tornando mais forte as relações existentes com aquele país e, cada vez mais, o movimento ganharia novas alianças com outro grupo de países, tais como a Bulgária, Checoslováquia, a União Soviética, Cuba, Europa ocidental, China e Coreia do Norte, que tinham representações diplomáticas mais consistentes e acordos de cooperação cada vez mais fortes com esse país”.

A partir da visita da Agostinho Neto à URSS em 1963, começa o apoio a formação militar aos guerrilheiros do MPLA, recursos financeiros e o envio de armas ligeiras e pesadas para a luta (LARA, 2008). Segundo Lara (2008) a URSS, o seu apoio era visível fruto da necessidade deste de garantir a continuidade do regime socialista e direccionar as forças soviéticas no confronto global com os Estados Unidos da América.

Com o regime de Fidel Castro, após a I Conferência Tricontinental⁴, Cuba prestou também um grande apoio no ramo de formação política, militar e em homens (técnicos, instrutores, militares e médicos). É de realçar que estes estiveram durante muito tempo ligados ao MPLA, quer a nível militar como na área social.

Na verdade de acordo com José Milhazes (2009) o objectivo da dupla Cuba-URSS era apoiar os movimentos de libertação, torná-los independentes e catapultá-los ao poder como forma de dar continuidade do socialismo nestes países (p.36).

Na Europa ocidental os apoios mais importantes, vieram dos países nórdicos: Suécia, Noruega, Dinamarca e da Holanda que vão traduzir-se em medicamentos, material escolar e propaganda da luta de libertação de Angola. Segundo Paulo Jorge, um dos responsáveis da política externa do MPLA a partir de 1971 era visível a ajuda da

4 Foi uma conferência realizada em Havana, entre os dias 3 e 15 de Janeiro de 1966, na qual reunia mais de 500 delegados de aproximadamente 82 países, além de observadores de organizações internacionais, organismos de solidariedade dos países socialistas e jornalistas estrangeiros.

Suécia, Finlândia, Dinamarca e Noruega, na frente leste apoiando as escolas Ngangula, e na frente norte apoiando a escola Dolisié.

O apoio chinês ao MPLA só se fez sentir, em 1971, através de armamento e demais equipamentos militares, mas, sobretudo sob a forma de preparação militar. O MPLA enviou alguns guerrilheiros para o estágio militar na China, como os camaradas: Lúcio Lara, Alberto Neto, António Condessa de Carvalho e Hermínio Escórcio.

A Coreia do Norte, actuava como outro aliado do MPLA na formação dos seus quadros, que a partir de 1967 formou comandos militares do movimento em técnicas de combate de guerrilhas.

A nível das organizações internacionais os movimentos de libertação de Angola recebiam também apoios indirectos, mas de grande repercussão internacional, como foi o caso dos vetos à presença portuguesa em reuniões internacionais. Um deles ocorreu em Maio de 1965, quando o Comité Executivo da UNESCO negou a participação de Portugal na conferência internacional sobre educação

pública. Para além da UNESCO, o MPLA recebeu apoio de agências internacionais, como a UNESCO, a FAO e a OMS. A partir de finais dos anos 1960, essas instituições autorizaram a elaboração de programas de assistência aos movimentos de libertação (PINTO, 1999, p.43).

Ainda a intervenção da ONU contribuiu significativamente para a causa dos Movimentos de Libertação, através do reconhecimento da legitimidade da luta destes contra o colonialismo, da aceitação na Assembleia Geral (na qualidade de observadores) dos dirigentes dos principais Movimentos da África lusófona (MPLA, FRELIMO e PAIGC) e da legitimação do apoio político e material às colónias (Idem).

Em 1970, na sequência do Concílio do Vaticano, um importante acontecimento projectaria os principais Movimentos de Libertação da África lusófona (MPLA, FRELIMO e PAIGC): a recepção do papa Paulo VI aos seus respectivos líderes - Agostinho Neto, Marcelino dos Santos e Amílcar Cabral, no Vaticano. Tal facto originou uma grande projecção internacional da luta de libertação,

pelo que o governo português viu-se obrigado a responder ao aumento de pressão nos diferentes fóruns internacionais sobre a não independência das colónias (BITTENCOURT, 2009, p.143).

No entanto, o Conselho Mundial das Igrejas (constituído por cerca de 240 igrejas, entre as quais as Igrejas Protestantes, Anglicanas e Ortodoxas) que, na elaboração do seu programa contra o racismo, o decidiu apoiar, com fins humanitários, os Movimentos de Libertação de África concedendo financiamento entre 1970 e 1971 ao MPLA.

A diplomacia da UNITA e o apoio da Comunidade Internacional

A Diplomacia

A formulação estratégica do pensamento diplomático da UNITA tem como base o realismo político e ocorreu num contexto internacional palco de profundas mudanças no plano europeu e no plano do poder mundial.

Este ambiente de política internacional que se

vivia num mundo em mudanças, de facto, teve uma grande influência no pensamento político e diplomático da UNITA que se preparava então para criar uma terceira força política. A criação da UNITA foi definida em Champaix, na Suíça, por Jonas Savimbi e Antonio Costa Fernandes.

Savimbi, consciente da necessidade de quadros políticos e militares para a guerra, realizou visitas diplomáticas a vários países com propósito de sensibilizá-los a dar apoio técnico e facilidades de treinos aos jovens quadros da UNITA para o combate contra o colonialismo português.

Em 1963, visitou a Argélia e 1964 visitou a Tanzânia e o Egipto, sem ter conseguido os resultados que desejava. Foi nessa altura, que um amigo seu, o Presidente Nasser, recomendou que visitasse a União Soviética, tendo-se deslocado a Checoslováquia, a Alemanha Oriental, a Hungria e a União Soviética. Mais os países do bloco do leste também se recusaram a dar qualquer tipo de ajuda a este movimento (UNITA), tendo Moscovo sugerido que Savimbi devia se juntar ao MPLA (ANTUNES, 1995).

Goradas assim, as expectativas voltou novamente ao Cairo (Egipto) em 1964, onde estabeleceu contactos com a embaixada da República Popular da China que acolheu com simpatia a mensagem de Savimbi. A China abria, assim, as suas portas à UNITA. (SAVIMBI, 1979).

Savimbi visitou a Zâmbia para ganhar a sua simpatia para um reconhecimento oficial no contexto, dos espaços da África em prol da liberdade dos povos oprimidos. É assim, que Savimbi ao chegar a Lusaka fez uma conferência de imprensa aos jornalistas zambianos e correspondentes estrangeiros no sentido de dirigir os combatentes a partir do interior do país. Tanto os círculos oficiais zambianos como os internacionais começaram a examinar a sério a luta da UNITA e a sua repercussão na competição política ideológica das grandes potências engajadas na guerra fria.

Em meados 1968, diversas personalidades importantes da UNITA encontravam-se em países como Egipto, Tanzânia, Estados Unidos e Suíça, a desenvolverem contactos a fim de obterem novos apoios financeiros e políticos. Neste mesmo ano, Jonas Savimbi “regressa

à China e Tony da Costa Fernandes, outro importante dirigente da UNITA estabelece ligações com os Estados Unidos da América” (BITTENCOURT, 2008, p. 95).

Os contactos entre a UNITA e África do Sul iniciaram-se no verão de 1974, por iniciativa de Jonas Savimbi, que contou para o efeito com a intermediação de alguns elementos da população portuguesa. Estes intensificaram-se no início do ano seguinte, primeiro através de reuniões entre oficiais da UNITA e representantes do Governo de Pretória e a seguir com vários encontros entre Savimbi e elementos dos serviços secretos sul-africanos, em Gaborone no Botswana, em Londres, onde o líder da UNITA convenceu o governo de John Vorster primeiro ministro sul-africano (SÁ, 2011.p.63).

Para além das alianças com a China comunistas de Mao-Tsé-Tung nos anos 60, Savimbi celebrou acordos de cooperação e consolidou amizades pessoais com importantes dirigentes de países africanos, nomeadamente Sedar Leopold Senghor, Hassan II, Houphouet Biongy, Nelson Mandela, etc; estabeleceu alianças estratégicas com

EUA sendo os Sul-Africanos a ponte para esta relação.

Os apoios da Comunidade internacional

Savimbi com limitado número de quadros, exerceu a sua acção militar nos meios rurais por intermédio das Forças Armadas de Libertação de Angola (FALA). Do exterior salientam-se os apoios vindo dos países africanos e do exterior do continente onde receberam armas, apoios logísticos, campos de treino, campos de refugiados, base da retaguarda e bolsas de estudo. Assim, Valentim afirma que:

“Os primeiros apoios à UNITA vieram sem dúvida, em primeiro lugar, do povo angolano e do presidente Gamal Abdel Nasser da República Árabe Unida (Egipto), da República Popular da China, das Igrejas Protestantes (americanas, canadianas e inglesas), e dos vários Movimentos de libertação da África”. (VALENTIM, 2005, p.47)

A nível do continente destaca-se o apoio no alojamento do Conselho Superior Exterior da UNITA durante 8 meses e ajuda no regresso da UNITA no interior de Angola para a luta armada contra o colonialismo português. O Egipto proporcionou aos dirigentes do movimento condições para reflexão e assimilação da teoria maoísta, servindo como retaguarda para os contactos com o exterior para os devidos apoios.

A Zâmbia apoiou a UNITA na retaguarda, no acampamento de refugiados, na logística e sobretudo, foi importante pela acção que Kenneth Kaunda presidente da Zâmbia, levou a cabo junto dos EUA, convencendo For e Kissinger de que tinham de opor-se ao papel da URSS em Angola em defesa dos aliados na região.

A África do Sul ajudou a UNITA nos domínios político-militar e logístico a partir de 1974, no fornecimento de material de guerra, treino militar, apoio financeiro e serviu também de ligação para a relação com EUA (SÁ, 2011.p.63).

Samuel Chiwale (2001, p.31) afirma que fora do continente a China foi uma das potências a ajudar a UNITA

na formação dos 12 primeiros quadros políticos e militares que constituíram na época o embrião revolucionário da Organização e no fornecimento de armas. Da China, além do treino militar e da ajuda em armamento e finanças, vem-lhe a visão do Terceiro Mundo e o suporte estratégico de contenção da progressão soviética por intermédio do MPLA. Para tal não recusa a aliança com o exército colonial para manter a zona Leste de Angola, território que considerava sua zona de influência .

De forma a entendermos melhor as ajudas tanto da África do Sul e dos EUA, achamos por bem interligar os apoios da UPA/FNLA e da UNITA nas páginas subsequentes.

Apoios da África do Sul e dos EUA à FNLA e UNITA

Através da CIA, desde o início, os Estados Unidos de América estavam profundamente envolvidos na condução da guerra a partir de Washington, de Kinshasa e das bases avançadas no interior de Angola. Foi o caso da

operação “IAFEATURES”⁵, que John Stockwell, descreveu em pormenor a acção conjunta de apoio a UNITA e FNLA.

Depois de um longo período de indiferença e de outro em que se limitou a mandar estudar o dossier Angola, em meados de Julho de 1975 o responsável pela política externa do Estados Unidos, Henry Kissinger⁶ mudou e passou a defender o envolvimento norte-americano nos assuntos angolanos através de um programa secreto de apoio económico e militar à FNLA e a UNITA. Possivelmente a razão para a mudança tinha a ver com o impacto no equilíbrio da África Austral, as consequências do relacionamento norte-americano com os aliados e com a URSS e as repercussões da guerra no Vietname. Esta decisão do presidente dos EUA surgiu na sequência da reunião do dia anterior do 40º Committee, a terceira em 7 meses para discutir Angola, que votou favoravelmente uma

5 A 18 de Julho de 1974, Gerald Ford aprovou a chamada «Operação IAfeature», nome de código do programa secreto norte-americano para Angola.

6 Um diplomata americano, de origem judaica, que teve um papel importante na política estrangeira dos Estados Unidos entre 1968 e 1976

versão revista do já referido memorando elaborado pela CIA que previa a concessão de apoio económico e militar à FNLA e à UNITA.

Por se tratar de um programa secreto, a condução da operação ficou a cargo da CIA (Central Intelligence Agency). A canalização de toda ajuda militar foi feita via Zaire, evitando assim que os EUA aparecessem directamente envolvidos na guerra.

Da combinação do plano da CIA com o «plano Mobutu» resultou a arquitectura da «operação IAfeatures», consistindo esta em três tipos de medidas: Apoio económico à FNLA e a UNITA, num total final de 32 milhões dólares, destinados a treinar, equipar e transportar as tropas destes movimentos; o fornecimento de equipamento militar, num montante nominal de 16 milhões de dólares e o recrutamento de mercenários para servirem como conselheiros militares da FNLA e da UNITA (CORREIA, 1991, p.43).

Relativamente o apoio da África do Sul podemos dizer que, embora as primeiras tropas sul-africanas tenham entrado no território angolano em Agosto de 1975 e a invasão

por tropas regulares só ter acontecido em Outubro desse ano, a história do envolvimento do governo sul-africano começou logo após o golpe de Estado militar em Portugal.

No início de Agosto de 1974, Vorster autorizou a entrada em Angola de pequenas unidades militares sul-africanos. Em Setembro, o governo de Pretória instruiu as forças de defesa sul-africana (SADF) para fornecer treino e aconselhamento militar a UNITA e a FNLA, bem como apoio logístico. Foram enviados as primeiras tropas especiais sul-africanas que começaram a treinar as tropas da FNLA.

A esta ajuda ou operação sul-africana à UNITA e a FNLA chamou-se ‘Operação Savannah’ nome do código do papel militar e da África do Sul em Angola que consistiu em duas colunas: A Foxbat⁷ – que se juntou as forças da UNITA; A Zulu – que se integrou numa unidade da FNLA (SÁ, TIAGO, 2011, p.43).

7 Uma aeronave projectada e construída por 2 engenheiros aeronáuticos do Antonov Aircraft Design Bureau na Aeroprakt, para fins militares

Síntese Conclusiva

Os três Movimentos de Libertação nomeadamente: MPLA, FNLA e UNITA, tiveram como finalidade libertar o povo angolano do jugo colonial e por isso, todos os esforços foram envidados tanto a nível interno como externo na criação duma frente comum entre os vários Movimentos para lutar contra um inimigo comum português.

A necessidade de se criar mecanismos para combater o colonialismo português levou-os a percorrer longos caminhos a procura de meios para assegurar o decurso da guerra, visto que a potência colonizadora não quis abandonar o território por via pacífica.

Nesta contexto, os Movimentos de Libertação fizeram várias incursões interna e externamente participando em reuniões, em conferência, debates, colóquios etc, tanto a nível da OUA, e da ONU, como também de países que estavam solidários com a luta travada pelos angolanos na tentativa de obterem a Independência.

Pode dizer-se que a “OUA entre 1961-1974 tornou-

se uma verdadeira tribuna contra a presença portuguesa em África e num forte abrigo dos Movimentos Independentistas contra Portugal ” (CECA, 2006, p.25).

Todavia, as alianças que os Movimentos de Libertação foram mantendo e tornaram preponderantes no desenrolar e no desfecho desta luta. Por conseguinte, o MPLA tendo em conta a sua ideologia da esquerda aliou-se a Cuba e a URSS; a FNLA com princípios ideológicos mais virados a direita aliou-se aos Estados Unidos e a UNITA não obstante a sua doutrina ideológica da esquerda inclinou-se a China e mais tarde o ocidente ao lado dos Estados Unidos.

A URSS e EUA, procuraram expandir o seu raio de acção no mundo, por isso, interessava-lhes aliar-se à um dos Movimentos, com uma certa preferência aquele que fosse de encontro com seus interesses e princípios ideológicos. Por esta mesma razão é que afirmamos que a política externa e os apoios internacionais jogaram um papel decisivo na luta de libertação de Angola.

Capítulo

4

**LUTA DE LIBERTAÇÃO E TRANSIÇÃO
PARA INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA
NA DÉCADA DE 60 -70**

A Luta Armada de Libertação Nacional, iniciada a 4 de fevereiro de 1961, constituiu um marco indelével na história da resistência ao regime colonial facista português, para o alcance da independência nacional.

Nesta data pequenos grupos de angolanos lançaram-se em acções de guerrilha urbana na cidade de Luanda atacando simultaneamente a Casa de Reclusão Militar, a Cadeia Civil de São Paulo, a estação de rádio e a esquadra da Polícia de Segurança Pública (PSP) anexa, objectivos classificáveis como militares na visão das autoridades portuguesas no quadro de uma guerra de guerrilha (CEEA, 2006, p.29).

Com esta acção representativa dos anseios do povo angolano e da necessidade de se passar a formas de luta que correspondessem à rigidez da administração colonial estava dado o mote para o percurso, que se viria assumir de importância capital a par de outros para o alcance da emancipação de Angola no campo militar.

As Acções Militares da UPA/FNLA

Apesar do apoio financeiro e militar duma parte da comunidade africana e internacional, a UPA tinha dificuldades em conquistar o apoio da população. Este fraco apoio da UPA perante os refugiados deveu-se a o facto de que, o presidente do movimento favorecia abertamente os protestantes provenientes do baixo Congo, em detrimento dos demais Bacongos e dos outros grupos etnolinguísticos de Angola.

Outro aspecto é que, Holden Roberto concentrava em demasia o poder, rejeitando aliar-se aos dirigentes do MPLA, que o encaravam como um estrangeiro, por ter fortes laços com o país vizinho Congo Leopoldville” (LARA, 2006, p.267). Em Fevereiro de 1962, um dos comandantes das forças da UPA/FNLA, João Baptista Pereira, foi alvejado mortalmente pelas forças portuguesas, na região Bembe. Durante os primeiros dias do mês de Março do ano de 1962, o comandante Marcos Kassanga, chefe do estado-maior das forças da UPA, abandonou o movimento

de Holden Roberto, alegando que este era tribalista e que também “era responsável tanto pela morte de João Baptista Pereira como pelas mortes de 21 ou 23 de um grupo armado do MPLA, em Outubro de 1961”, que se deslocavam do Congo Leopoldville com destino aos Dembos (WHEELER & PÉLISSIER, 2009, p.290).

A principal base militar da FNLA continuava a estar localizada no Congo- Kinshasa, embora o grosso das suas forças de guerrilha permanecia na região de Kinkuzu. O movimento de Holden Roberto não criou novos teatros de guerra para além da região onde se desenvolvera a revolta de 15 de Março de 1961, não houve grande evolução no que diz respeito às actividades militares desenvolvidas, exceptuando as tradicionais emboscadas perpetradas pelos seus combatentes¹ (MACIEL, 1963).

1 Mesmo não dando passos largos no sentido do desenvolvimento da guerra de libertação, entre 4 de Fevereiro de 1961 e 10 de Julho de 1963, os portugueses perderam 511 homens, 200 dos quais foram mortos ao longo de um período de oito meses. Para um exército estimado, a 6 de Outubro de 1963, em 50 mil homens, estas perdas eram mínimas, apesar de não incluírem as do Corpo de Voluntários. Em simultâneo, o comando português estimou que somente cerca de seis por cento de Angola ainda era importunada por quatro a cinco mil guerrilheiros, aproximada-

Após a retirada de Jonas Savimbi e de José João Liahuca, seguida da demissão de Alexandre Taty, a nível militar, a FNLA não fez grandes progressos, mas a sua presença era fundamental para reduzir os movimentos das forças portuguesas em Angola, que apesar de não sofrerem grandes embates, com a presença da FNLA e permanência no território angolano exerciam uma actividade muito dispendiosa.

Ainda a presença de Moisés Tshombe à frente do governo do Congo-Kinshasa não ajudava a reactivação da luta, pois proibiu a circulação de armamento entre a fronteira do seu país e o território angolano.

Para além disso, a ajuda da OUA à FNLA/GRAE não se estava a materializar da melhor forma, segundo o GRAE, o movimento só recebeu durante dois anos cerca de 500 mil francos franceses. Muitos dos seus combatentes decidiram por se apresentar às forças portuguesas, perdendo deste modo terreno face ao seu rival directo, o MPLA.

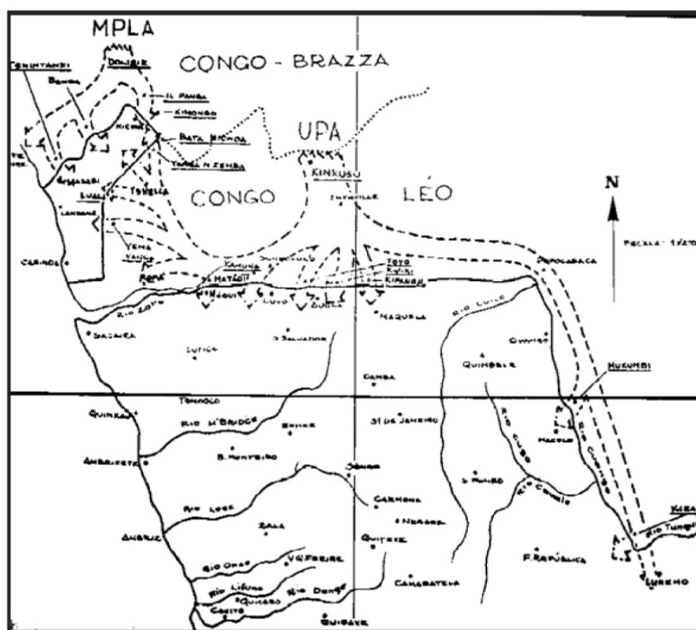
Os militares da FNLA estavam sem vontade de

mente.

continuar a luta armada, sendo que muito deles pareciam ter-se “estabelecido como burocratas nacionalistas profissionais”, deixando as forças de guerrilha (WHEELER & PÉLISSIER, 2009, p. 295).

A substituição de Tshombe pelo general Joseph Mobutu, em Novembro de 1965, melhorou significativamente as perspectivas futuras do presidente da FNLA, pelo menos na luta desenvolvida contra os grupos que competiam pela lealdade dos refugiados Angolanos. Houve uma evolução crescente no apoio externo à guerrilha que ia fortalecendo os grupos armados da FNLA e melhorando o seu arsenal militar. Esta permitiu a manutenção de um clima de agitação e possibilitou a existência de vários núcleos no interior do território angolano.

Assim, a partir de 1966 as linhas de movimentação das forças da FNLA no Congo Leopoldville passaram a estar bem definidas (conforme o mapa abaixo) e eram sobretudo do conhecimento das forças portuguesas (EME, 1998, p.570)



A circulação e a instalação das forças da FNLA na região norte do território angolano revela a importância, embora não representada na figura, das linhas de comunicação do Congo Leopoldville, particularmente o caminho de ferro Thysville-Matadi e a estrada Boma-Tschella. No mapa é ainda assinalada a importância da base

militar de Kinkusu, que se encontrava em posição central para prestar o apoio directo às acções do movimento em praticamente toda a região norte de Angola.

As vias de comunicação naturais da fronteira norte definiam alguns eixos de infiltração, bem marcados por acidentes geográficos naturais, de orientação favorável, à penetração das forças de guerrilha da FNLA até aos rios M’Bridge e Lifune, passando dois deles pela serra de Canda (EME, 1998).

Os eixos de infiltração mais importantes das forças militares da FNLA nesta parte territorial, eram: Região a Leste de Nókui (Vale do M’Pozo); Vale do Fuá (Vale do M’Pozo); (Vale do Fuá e Vale do Luvo); Vale do Fuá (Vale do Lunda); Vale do Langono (Vale do Lunda); Vale do Luege (Vale do Fulege e Serra de Canda) e Vale do Loango (Serra da Canda).

A partir de Julho de 1966, a situação de instabilidade que a FNLA enfrentava foi ultrapassada, pois o movimento “começou a beneficiar do crescente apoio de Mobutu, ao mesmo tempo que as viagens de Holden Roberto aos países

estrangeiros lhe granjearam prestígio e lhe deram a certeza de que o GRAE seria o beneficiário do apoio da OUA” (EME, 1998, p.77). Nesta mesma altura, a FNLA recebeu por parte dos tunisinos o primeiro fornecimento de material.

Todos estes acontecimentos reflectiam-se, de forma positiva, no funcionamento e desenvolvimento das actividades do Exército de Libertação Nacional de Angola. A FNLA reestruturou a sua organização militar, criou novas bases de apoio junto das fronteiras, fez chegar em plena normalidade o reabastecimento aos guerrilheiros no interior de Angola, bem como reabriu algumas zonas de infiltração na região Norte de Angola, como foi o caso da «Frente do Cuango» (EME, 1998).

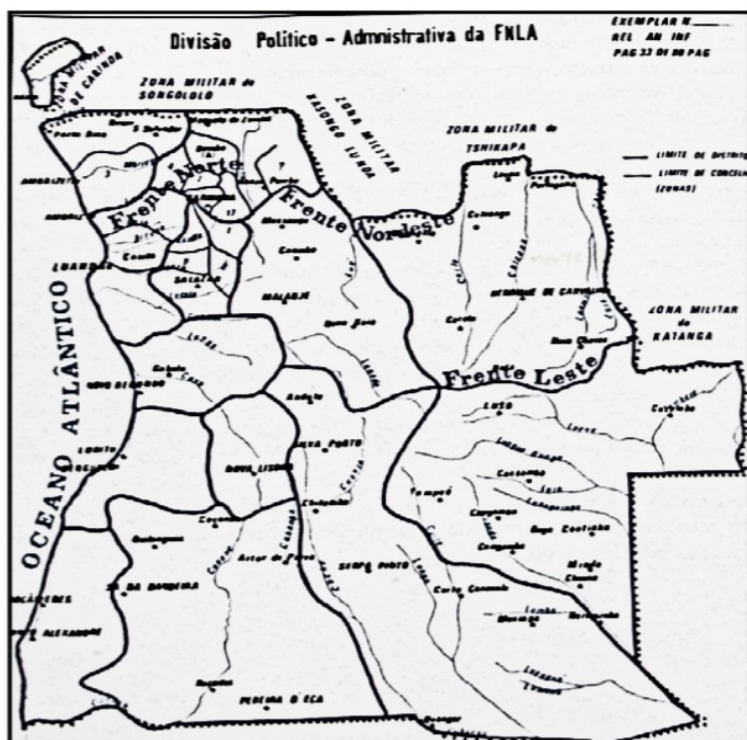
A chegada de reforços em pessoal e material traduziu-se num aumento de actividade na Zona de Guerrilha. Pela fronteira norte da Zona de Infiltração Norte voltaram a desenvolver actividades de novos grupos móveis e de reabastecimento, enquanto na sua fronteira leste, no Cuango, eram reactivadas bases de onde as forças da FNLA estavam aptas a lançar acções ofensivas em toda a região

Norte do território angolano (EME, 1998).

No ano de 1970, a FNLA considerava ter no Congo Leopoldville cinco «Zonas Militares» de apoio, que eram: Zona Militar de Cabinda; Zona Militar de Songololo; Zona Militar Kasongo/Lunda; Zona Militar de Tashikapa e a zona Militar do Katanga.

Todas estas zonas apoiavam três frentes no interior do território angolano, conforme está representado no mapa abaixo: “Frente Norte, a mais activa, nas províncias de Luanda, Cuanza Norte, Uíge e Zaire, Frente Nordeste, nas províncias do Uíge (fronteira do rio Cuango), Malange e parte das Lundas e a Frente Leste, onde infiltrava grupos a partir da área de Teixeira de Sousa para o alto da Chicapa, pela linha do Caminho de Ferro de Benguela” (EME, 2006, p.39).

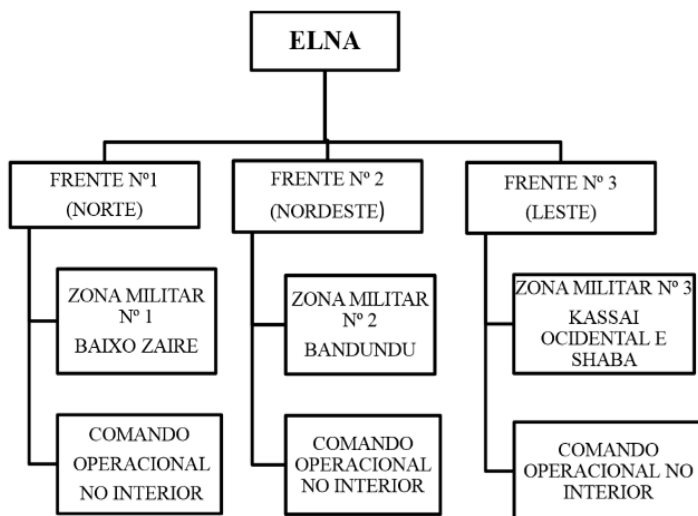
MAPA N.º 6 – Divisão Político-Administrativa da FNLA



Fonte: EME, 2006, p.40

Cada Frente era constituída por uma Zona Militar no exterior e por um Comando Operacional no interior, conforme está representado no organigrama da ELNA abaixo.

ORGANIGRAMA N.º 1 DA ELNA



Fonte: (EME, 2006, p. 120).

As personalidades nomeadas para ocuparem os novos cargos depois dos graves acontecimentos de Março de 1972 (na base de kinzusu) não possuíam qualificação adequada, sendo que muitos deles ainda tinham ideias «tribalistas». Estas particularidades tinham grande impacto no interior de Angola, onde o Exército da FNLA se debatia ainda com pequenas divergências entre os guerrilheiros formados no exterior e os instruídos no interior, além de

que os militantes e a população que se encontrava sob o seu domínio apresentavam sinais de cansaço e desmoralização (BITTENCOURT, 2008).

Em 1973, as actividades militares das forças da FNLA, nomeadamente na Frente Nº 2 –Lunda, estavam praticamente estagnadas. Esta frente apoiava-se exclusivamente na base de Kizamba, de onde grande parte dos guerrilheiros, com a moral muito afectada, desertava frequentemente. Na sua Frente Leste (FRENTE Nº 3), as forças da FNLA haviam abandonado a área dos rios Cassai-Munhango e tinham-se deslocado para as áreas do Buçaco-Léua e rio Lualo, a sul de Nova Chaves. Durante o mês de Novembro do mesmo ano, diversos grupos haviam saído do território angolano, num total de 100 guerrilheiros, 27 milícias e cerca de 250 elementos da população (EME, 2006, p.438).

Ainda em 1973, tornou-se visível o decréscimo da actividade da FNLA. As acções desenvolvidas por este movimento, neste período, caracterizavam-se por simples manifestações de presença. Assim a FNLA tornou-se um

movimento esgotado e sem vigor, confinado a uma área muito restrita, com quase exclusiva incidência a sul do rio Loge.

Frentes do MPLA

Em Julho de 1964 sob a liderança de Massemba-Débat, em Brazzaville, o MPLA recebeu um significativo carregamento de armas e equipamentos militares e abriu a II Região Política Militar (RPM), instalando-se em força na fronteira de Cabinda. Deste modo, o MPLA criou “uma grande base, prudentemente afastada da fronteira, em Dolisie, junto da qual funcionava um Centro de Instrução Revolucionário (CIR) que era um órgão encarregado de ministrar cursos de formação política e militar a indivíduos de ambos os sexos” (REIS, 2010, p. 195).

O MPLA dispunha ainda de uma “boa máquina de propaganda, com aproveitamento do Emissora Radiofônica de Brazzaville, muito ouvida em Cabinda, através do qual emitia um programa bissemanal que tinha apreciável

popularidade” (EME, 2006, p. 125).

O MPLA desenvolveu, em Junho de 1964, uma intensa actividade militar, organizada a partir de duas bases principais sediadas no Congo-Brazzaville: “a de Kimongo, a norte, para o apoio das actividades em Cabinda, na fronteira de Miconge e a de Banga, a leste, para as acções na região de Chimbete-Sangamongo” (Ibidem, p.125). No decorrer do ano de 1965, o MPLA apareceu na região de Cabinda muito moralizado, tendo criado mais duas bases militares, em Kimpeze e Ilpanga, tal como os anteriores situados no Congo-Brazzaville. Assim, o Movimento efectuou acções militares no Enclave de Cabinda a partir das bases de Banga e Kimongo, provocando muitas baixas às Forças Armadas Portuguesas mas, confrontado com a completa falta de adesão dos povos do cabinda, viu-se obrigado a transferir o seu esforço principal para o Leste de Angola.

Nesse ano, o movimento conseguiu um grande rendimento nas suas actividades de guerrilha, sendo responsável por grande parte de baixas causadas às forças portuguesas.

O Movimento se organizava no território zambiano, que se tornara independente e seguira a ideologia comunista, para abrir a III Região Político Militar (RPM) no Leste, “o MPLA preparou e abriu, também em 1966, nos Dembos, a partir do Congo Leopoldville, que lhe era hostil e proibia as suas actividades, a I RPM, que Agostinho Neto considerava essencial para concretizar a sua estratégia” (EME, 2006, p.109).

O MPLA planeava avançar para a capital do país tendo o apoio de uma forte região militar situada nas zonas limítrofes do território de Luanda, a que dava grande prioridade, e em ligação com a estrutura clandestina da capital. Para constituir a I RPM o MPLA, infiltrou em Angola três colunas: a Coluna Cinfuegos, a Coluna Camy e a Coluna Bomboko (Ibidem).

A primeira comandada por Jacob Caetano, sendo que esta coluna chegou ao seu destino em junho de 1966, numa marcha considerada heróica mas a Coluna Camy, comandada por Kiluanji, já só conseguiu fazer chegar alguns elementos que se juntaram à primeira. Perante este

fracasso “a Coluna Bomboko foi deslocada para a Zâmbia com a missão de atingir a I RPM pelo Leste, intensão que saiu fracassada” (Ibidem, p.110).

A FNLA neste período encontrava-se com algumas dificuldades no interior do Movimento, o que fez com que o MPLA conseguisse estabelecer-se e instalar-se nalguns núcleos daquele Movimento situados imediatamente ao norte do rio Dange, abrindo assim, a sua I RPM.

O trânsito logístico e operacional do MPLA na I RPM, era dificultado pelos obstáculos crescentes que as forças congolezas (Leopoldville) lhe punham, as acções e as influências da FNLA e as actividades operacionais das forças portuguesas. No entanto, o MPLA conseguiu reunir um numeroso grupo de guerreiros bem armados que se instalou na região de N’Galamba-Piri. Desta área, que era considerada estrategicamente bem situada, o MPLA desenvolvia contactos com a Região de Catete e, através desta, às células clandestinas de Luanda, onde se encontrava localizado o Comité de Acção Clandestina de Luanda (EME, 2006, p.113).

Estimava-se que os numerosos guerrilheiros do MPLA eram cerca de 1050 homens, dispondo de 295 armas e uma população apoiante de 14.000 pessoas, carenciadas de munições, deficiência logística, tornando o seu potencial de combate limitado, retirando desta forma alguma possibilidade ofensiva (NUNES, 2013).

Do ponto de vista das operações militares, a ofensiva do MPLA ganha mais consistência a partir de 1967, quando os diferentes destacamentos do movimento são infiltrados através da zona do Cazombo, na província do Moxico onde a actuação era dirigida em ataques a postos administrativos e controle militares. Outros grupos do Movimento se aproximavam do Rio Kasai, onde poderia haver uma possibilidade de contacto com os trabalhadores do Caminho de Ferro de Benguela (CFB) (NUNES, 2013).

Deste modo, não só o nome do Movimento e a sua acção se expandiram, como o recrutamento de indivíduos destes grupos seria fortalecido, fazendo com que o MPLA ao longo dos anos 1967 e 1968 avançasse para o interior de Angola, instalando algumas centenas de guerrilheiros nas

áreas de Lumege e Chafinda, na parte mais ao Norte do rio Kasai.

Depois destas operações, o Movimento cria assim a IV^a RPM que compreendia os distritos da Lunda e de Malange, enquanto a III RPM abrangia os distritos de Moxico e Cuando Cubango. A IV^a RPM “seria o trampolim para que no futuro o MPLA pudesse ligar a Frente Leste à I RPM (Norte de Angola), um plano estratégico, de fácil execução, dada a distância, os obstáculos naturais, a presença do inimigo e o desconhecimento do que poderiam enfrentar ” (BITTENCOURT, 2008, p.47).

O estabelecimento da ligação da Frente Leste à I RPM foi tentado pela Coluna Benedito², operação essa que não teve sucesso, devido a uma grande operação que a PIDE montou contra essa coluna, na qual apreendeu alguns documentos da direcção do MPLA, entre os quais, as orientações que os guerrilheiros deveriam seguir e os objectivos a atingir.

2 Coluna Benedito foi uma coluna formada por antigos membros da coluna Bomboko, a mesma que, tentara, sem sucesso, alcançar a I^a Região Militar em 1967, através do Congo-Leopoldville.

As orientações mais importantes “frisavam que não se deveria cometer qualquer acção de sabotagem no Caminho de Ferro de Benguela, uma vez que era a condição para o apoio Zambiano ao MPLA ” (Ibidem p.48).

Para a concretização das referidas orientações, era necessário que “a coluna fosse bastante cuidadosa nas suas relações com a população”, não contrariando com os hábitos e costumes dos populares, “evitando as relações sexuais com as mulheres já pretendidas e respeitando os Sobas, que eram os chefes tradicionais”.

A fim de se estabilizar em todo o Leste e parte sul do território de Angola, o MPLA criou em Junho de 1969 a Vª RPM³, que correspondia aos distritos do Bié e Huambo. No início de 1969, a actividade militar no Leste de Angola seria seguida da palavra de ordem, dada pelo Agostinho Neto, onde o presidente ressaltou a existência de

3 Com a abertura da Vª RPM as acções de guerrilha ficaram limitadas apenas a região do Bié. O Bié estava a mais de 500 km da fronteira com a Zâmbia. A logística impunha uma nova solução; era preciso contar com uma solução interna pelo menos para cobrir questões relacionadas com a alimentação e não depender do reabastecimento do exterior.

três frentes de batalha: Cabinda, Cuanza Norte e Moxico e, por conta disso, defendem a ideia de que o MPLA era o único movimento angolano a executar a luta anticolonial no interior de Angola em cinco regiões, em três das quais a campanha não se baseava na influência étnica, destacando desta forma a importância da «politização das massas populares», como forma de expandir a luta (NUNES, 2013).

O sucesso do MPLA ficou a dever-se, em grande parte, à falta de interferência por parte da UPA e também ao apoio de alguns grupos dos Lunda, Quioco, Luena, bem como os Nganguela e Kimbundo. O momento vivido na altura era sem dúvida favorável para o movimento, principalmente quando comparado aos anos antecedentes, tendo para isso, “contribuído as alianças internacionais e o crescimento do movimento” (CARREIRA, 1996, p. 205).

Um dos grandes princípios estratégicos do MPLA, proclamado na conferência de imprensa de Brazzaville, em 1968, “foi o da generalização da luta armada no interior do território, que culminaria com o cerco das cidades, depois das suas populações terem sido previamente preparadas

por trabalho clandestino (EME, 2006, p. 202). O MPLA tinha como objectivo fundamental estabelecer no Leste de Angola o conceito de «zona libertada», que foi utilizado pelo PAIGC na Guiné-Bissau e pela FRELIMO em Moçambique desde 1965. A estratégia territorial no Leste visava, entre outros objectivos, obter:

“O domínio territorial e estabelecer a ligação entre a III à I RPM instalada no Norte, a que se chamou de Rota Agostinho Neto; pretendia também destruir a UNITA na sua zona de refúgio e alcançar o Bié por dois eixos principais de penetração ao mesmo tempo que, para iludir as forças portuguesas, utilizava outros eixos mais curtos e secundários. Um dos eixos estratégicos acompanhava parte do curso do rio Cuando e seguia em direcção ao Alto Kuito e, o outro, seguia em direcção ao rio Luena” (EME, 2006, p. 202).

Pela rota do rio Cuando, procurou alcançar as regiões populosas e ricas do Bié e do Planalto Central do Huambo (Nova Lisboa) que, por si só, são o coração de

Angola; dali, controlaria todo o território angolano e, pelo vale do Cuanza, poderia chegar a Malange. Na posse deste planalto, “o MPLA ficaria em condições de controlar o Caminho-de-Ferro de Malange (CFM), que acompanhava o curso do rio Cuanza, desde a nascente no Bié até perto Luanda, onde desagua, com apoio da sua I RPM, no norte” (NUNES, 2010, p.130).

Todavia, a densidade populacional da região não favorecia o MPLA nessa tentativa e o controle militar nas áreas mais afastadas à fronteira com a Zâmbia não duraria muito tempo.

Para agravar a situação, as forças portuguesas, preocupadas com o avanço do MPLA, tornaram estas regiões muito mais populosas, mais precisamente no distrito do Bié, criando uma espécie de bloqueio às acções do movimento que, rapidamente, seria transformado em uma vigorosa contra-ofensiva das tropas portuguesas. Não obstante, o MPLA continuou a estabelecer bases militares nesse interior de Angola e, teve também grupos de guerrilheiros que exerciam actividades junto às populações do norte do

distrito do Cuando Cubango, do centro sul da Lunda, do leste de Malange e Bié e em todo o Moxico (NUNES, 2013).

Entre os dias 23 e 25 de Agosto de 1968, foi realizada a Primeira Assembleia Regional da III RPM do MPLA. De acordo com esta assembleia, estiveram presentes à reunião 83 delegados, procedentes de diferentes regiões militares, bem como delegados da JMPLA, OMA, OUA, três jornalistas norte americanos, dois italianos, um indiano e zambiano. O encontro revelaram a existência de graves problemas no interior das forças da guerrilha, com mais incidência na falta de organização por parte dos militantes, os privilégios, o envio de material militar incompleto e a carência de géneros alimentícios e vestuário.

Essa assembleia reforçou a ideia de que era preciso aprofundar as actividades ofensivas militares do interior, orientando os militantes a uma participação maior e, no caso dos que estavam em cursos universitários e técnicos no exterior, a regressarem o quanto antes para que pudessem dar a sua contribuição e reforçar a luta.

O factor militar, que era entendido como o grau

de formação, a técnica, a experiência e mesmo a bravura, ganharia um peso substancial, em particular para os que tiveram formação militar no exterior.

Ainda no decorrer do ano de 1970, o MPLA encontrava-se em desagregação na sua I RPM por dificuldades impostas pelas forças portuguesas e pelas forças da FNLA. Havia

também dissidência entre os seus guerrilheiros bem como o descontentamento da população, o que motivou algumas apresentações às autoridades portuguesas, “facto que obrigou alguns chefes a impor uma disciplina mais rígida e exigente para manter o controlo e subordinação⁴” (EME, 2006, p. 202).

Deste modo, o ano de 1970 marca o início de uma etapa difícil no seio do MPLA na luta contra as forças portuguesas em Angola. As dificuldades crescentes do ponto de vista militar e da manutenção do contactos com

4 O MPLA mantinha, porém, nesta área, bons contactos com as zonas de Caxito e Catete, onde obtinha mantimentos e infiltrou ainda elementos subversivos em diversas povoações dos distritos de Luanda, Cuanza Norte e Malange (EME, 2006).

as populações “fariam explodir projectos alternativos, contraditórios, e conseqüentemente o surgimento de lideranças a defenderem tais propostas, além de sentimentos e aspirações menos nobres, baseados em ressentimentos, preconceitos e ambições” (BITTENCOURT, 2008, p. 81).

Apesar do MPLA estar perante uma crise profunda, ainda assim no ano de 1971, o Movimento infiltrou no território angolano dois esquadrões com missões especiais. Um deles, designado de «Angola Livre» terá sido atribuída a missão de, como força de intervenção, combater a UNITA, cortando-lhe a ligação com a Zâmbia e desalojando-a das suas tradicionais zonas de refúgio. O Movimento de Agostinho Neto nunca conseguiu realizar com êxito essa missão. O outro esquadrão, de nome «Victória», destinar-se-ia a fazer parte de uma futura «Coluna Invasora Victória é Certa» “cuja missão estaria relacionada com a ligação à I RPM” (EME, 2006, p.439).

Em meados de 1973, estimava-se que o MPLA tivesse 1400 guerrilheiros na Zâmbia e igual número de guerrilheiros em território de Angola (Ibidem, p.440).

Todavia, face à insistente actividade operacional das Forças Armadas Portuguesas, o seu dispositivo estava desarticulado, e em completa retracção, particularmente nas suas III e IV RPM.

Para evitar danos maiores, que poderiam por em causa os propósitos de uma luta prolongada, o MPLA iniciou a retirada para a Zâmbia de importantes efectivos combatentes e de populações sob o seu controlo. A esta retirada estratégica correspondia uma sensível redução das áreas de fixação e acentuada quebra do potencial e de eficiência para o combate.

Na mesma época, ocorrera também no Leste, fruto da desorganização e debilitação em que a guerrilha caíra, uma dissidência liderada por Daniel Chipenda⁵ contra a direcção de Agostinho Neto. A dissidência liderada por Daniel Chipenda iria assinalar um momento de ruptura com a direcção liderada por Agostinho Neto e originar uma facção no seio do MPLA denominada Revolta do Leste que acabaria por não conseguir impor-se no seio do movimento,

⁵ Daniel Chipenda foi dirigente da Juventude do MPLA e um dos principais comandantes da Frente Leste.

fracassando desse modo a sua tentativa de substituir a direcção do MPLA liderada por Agostinho Neto. Esta dissidência remete para o modo como foram utilizados em princípios de acção política, categorias como, etnia, e região. Trata-se, quanto a nós, de um exemplar exercício ideológico-identitário inserido na lógica da dinâmica de um sub campo político, que, como espaço de lutas de classificação, obedece ao duplo processo de inclusão e exclusão (MABEKO-TALI, 2001, p.119)

Esta cisão atingiu tal gravidade que, em Dezembro de 1972, foram suspensos o Comité Director do MPLA e o Comité de Coordenação Político - Militar e criada em sua substituição a Comissão Nacional do Movimento de Reajustamento da Frente Norte e da Frente Leste.

A Luta da UNITA

A União Nacional para a Independência Total de Angola deu início as suas actividades militares no território angolano em Março de 1966. Tais acções eram de uma forma

geral, de alcance limitado do ponto de vista militar, mas que tinham impacto significativo a sua propaganda como uma força política no contexto da guerra de libertação de Angola. Os dirigentes da UNITA procuravam enfatizar, nos seus discursos, o facto de que a sua direcção, ao contrário das dos demais movimentos, estava a desenvolver as suas acções ao lado do povo e dos guerrilheiros no interior do território angolano.

Os primeiros ataques efectuados pela UNITA ocorreram entre Setembro e Dezembro de 1966, na região de Cassamba, no distrito do Moxico, e mais tarde nas regiões mais ao norte do país. Uma das acções mais conhecida desse Movimento seria o “ataque às forças portuguesas, na noite de natal de 1966, na localidade de Teixeira de Sousa (actual Luau), na fronteira com a Zâmbia” (BITTENCOURT, 2008, p.93).

Aquando do início das actividades militares da UNITA no território angolano, a Polícia Internacional e de Defesa de Estado já tivera acompanhado as movimentações desse Movimento e os relatórios fornecidos pelos seus

informantes apontavam insistentemente para a “fragilidade demonstrada pela UNITA nessa fase inicial, o que certamente teria implicações quanto à não previsão das acções militares” (Ibidem, 2008, p. 94).

Um desses relatórios, datado de 30 de Março de 1967, chamado Zona Leste – Medidas de Combate à Subversão, analisa o desenvolvimento das actividades de guerrilha da UNITA na região e afirma que o movimento recebia um apoio significativo da população de origem quioca. O mesmo documento informou ainda que a UNITA é um movimento que segue determinados princípios comunistas e que grande parte dos seus quadros receberam treinamento militar em Nanquim, na China. O facto mais interessante, no entanto, é a ênfase que é dada à relação entre a UNITA e a rede de missões protestantes na região (Ibidem).

O documento apresenta os protestantes como peça fundamental capaz de influenciar o apoio da população à UNITA. Por fim, alerta para o «cuidado» que as autoridades coloniais deveriam ter com os pastores e para a necessidade

de vigiá-los e sugere o aliciamento de um deles como informante⁶(Ibidem).

No ano de 1967, enquanto o presidente da UNITA realiza uma série de viagens a fim de conquistar novos aliados internacionais, um grupo de guerrilheiros do seu movimento lançam ataques contra o Caminho de Ferro de Benguela. Ainda, no mesmo ano, Jonas Savimbi “recebe uma mensagem enviada pelo presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda, exigindo que a organização pare de atacar o Caminho de Ferro de Benguela, cuja rota é decisiva para o abastecimento da Zâmbia e, sobretudo, para escoar produtos, em especial o cobre”(FERNANDO, 2012, p.93).

A UNITA pretendia com esse tipo de acções

6 Outros documentos posteriores reforçam a ideia de que a mobilização da UNITA era baseada num discurso de apelo racial, em que se anunciavam os benefícios, principalmente os materiais, e aí muitas vezes com exagero, que os africanos tinham obtido na Zâmbia após a independência. Comparavam essa situação com as carências vividas em Angola. A favor da UNITA pesaria também o facto de Jonas Savimbi ser originário do Planalto Central, nascido na localidade de Munhango, na divisão entre fronteiras dos distritos do Bié e do Moxico, região bem próxima à área que futuramente seria alvo de actuação da UNITA. Seu pai, funcionário dos Caminhos de Ferro de Benguela, era um homem muito conhecido na região e actuante nas missões protestantes existentes no planalto (BITTENCOURT, 2008).

desarticular uma das principais fontes de sustento dos portugueses. Porém, apesar de sofrer uma advertência por parte do governo zambiano, o movimento de Jonas Savimbi continuou a exercer acções de guerrilha em comunas ou postos administrativos cruzados pelo Caminho de Ferro de Benguela⁷.

Em Julho de 1968, Jonas Savimbi regressa a Angola, apoiado nas relações estabelecidas com a SWAPO. Deste modo, foram retomadas lentamente as relações entre Jonas Savimbi e Kenneth Kaunda, uma vez que o presidente da Zâmbia se interessava em ter uma alternativa ao MPLA⁸

7 O Caminho de Ferro de Benguela servia de uma linha transcontinental africana, atravessando Angola, servindo a Zâmbia, Rodésia do Sul (Zimbabwe) e Moçambique. Além de servir os interesses zambianos, o Caminho de Ferro de Benguela, pertence a um consórcio britânico, surgiu como vital para a economia angolana e, por conseguinte, constituiu uma assinalável fonte de rendimento do poder colonial, especialmente, devido à exportação dos produtos produzidos em Angola (FERNANDO, 2012, p.93).

8 Sobre esse ponto vale referir que no ano de 1968 o MPLA esteve envolvido em problemas com Zâmbia. De acordo com a documentação capturada pela PIDE nos acampamentos Mandume II e Caquege informa que Dom Barnett, um antropólogo radicado Canada e dois quadros do MPLA, além dos outros catorze guerrilheiros teriam sido detidos pelas forças armadas zambianas ao saírem do território angolano, em Setembro, e

, considerado na época como estando próximo demais dos soviéticos. Assim, no interior do território angolano, Jonas Savimbi deslocou-se à zona de implantação do seu movimento, onde terá tomado conhecimento das seguintes situações:

“Frequentes deserções de guerrilheiros que acabavam por se apresentar às autoridades portuguesas; dificuldades no recrutamento de novos combatentes entre a população residente; fuga de elementos da população para zonas residenciais controladas pelas autoridades portuguesas, onde dispunham de algum apoio; grande carência da população em bens de primeira necessidade e assistência médico-sanitária devido ao isolamento em que se encontrava; dificuldades em desencadear acções ofensivas contra o MPLA e as forças portuguesas por falta de armas e munições, o que conduziu a uma quase ausência

escoltados até Lusaka. O grupo somente seria libertado em meados de Outubro de 1968. Barnett teria protestado muito contra tal situação, principalmente com relação ao tratamento policial. Suas declarações à imprensa tiveram péssima repercussão junto às autoridades zambianas, que ameaçaram impedir o acesso do MPLA à fronteira (BITTENCOURT, 2008).

de actividade operacional” (AL-MEIDA, 2011, p. 114).

Deste modo, a UNITA instalou-se na área da Chicala, entre Cangumbe e a capital do distrito de Moxico, mas com ramificações ao longo do Rio Lungué-Bungo que chegavam até a vila de Gago Coutinho (actual Lumbala Nguimbo), tornando-se num adversário directo das forças militares do MPLA. Apesar de ter alguma fragilidade militar, a sua presença na região criou alguns obstáculos às forças do MPLA, que pretendiam seguir com as suas actividades militares e no contacto com as populações sempre nas proximidades do Caminho de ferro de Benguela (CFB).

O confronto militar entre estas duas forças, ao longo do ano de 1968, ganharia mais destaque na documentação recolhida pela PIDE e nos relatórios preparados pelas subdelegações da polícia política e enviados a Luanda do que propriamente as acções militares da UNITA contra os alvos coloniais portugueses.

No decorrer desses conflitos militares, surgiu

um acordo entre a UNITA e as autoridades portuguesas, articulado de forma mais precisa em 1971 e que ficaria conhecido com o nome de «Operação Madeira», uma vez que o contacto inicial foi feito por madeireiros que trabalhavam a sul de Cangumbe (BITTENCOURT, 2008).

As alianças e os acordos da UNITA na região não se resumiram às forças de repressão portuguesas. Também com a FNLA foi estabelecida, no final dos anos sessenta, uma estratégia de não-agressão no distrito da Lunda (MARCUM, 1978, p.212). Da mesma forma, a aproximação com a SWAPO, que auxiliara no retorno de Savimbi ao território angolano, em 1968, permanecia ainda que o movimento em luta pela independência da Namíbia mantivesse relações com o MPLA⁹.

9 As relações existentes entre a SWAPO e o MPLA entraram numa fase de declínio a partir de finais dos anos 1960, acentuando-se ainda mais em 1970. O agravamento da crise militar do MPLA e a consequente redução da sua área de actuação fizeram com que a SWAPO passasse a privilegiar as relações com a UNITA, que, em função do acordo com as autoridades coloniais portuguesas, possuía maior liberdade de movimento na região (Bittencourt, 2008, p. 99).

Queda do estado novo em Portugal

Segundo o historiador Jean Martial Arsene Mbah (2010, p.242), ainda antes do início da luta armada de libertação em Angola (1961) o clima de instabilidade em Portugal já se fazia sentir isto fruto da derrota de Humberto Delgado nas eleições de 1958. Apartir deste período uma fracção de militares apoiantes deste, constituíram-se numa oposição ao regime Salazarista.

A adoção da política externa resultava a sobrevivência do regime como afirma Sérgio Vieira da Silva (2013, p.60):

“era a dimensão imperial que facultava a Lisboa o poder que a exiguidade geográfica na Europa lhe negava, garantindo-lhe ainda as colónias um acesso fácil e barato a matérias primas e a outros produtos de que carecia, por esta razão diversos setores da vida política portuguesa se mostravam favoráveis a perpetuação do colonialismo, pois reinava a firme convicção de que uma separação entre a Metrópole e

o Ultramar, pela via de uma emancipação total das colónias, provocaria a falência econômica do país e, com ela, a perda da sua independência nacional”.

Na busca pela aprovação dos Estados ocidentais, relativamente a sua política de manutenção do status quo, o regime português esforçava-se em convencê-los que “a preservação dos territórios africanos significaria um esforço no sentido de defender o bloco ocidental ante a ameaça do «comunismo ateu»”, ou seja, a contenção do comunismo em África (ALMEIDA, 2008, p.199).

Entretanto, ante a esta tentativa de justificar um comportamento que merecia o repúdio das principais organizações internacionais, numa altura em que era sonante a luta dos povos oprimidos pela sua autodeterminação, e os ventos do anticolonialismo se alastravam de forma irreversível a escala global, a reacção da comunidade internacional foi como era de esperar extremamente oposta e nada condizente com os propósitos esperados por Portugal.

Nesta altura, segundo João Marques de Almeida,

a condenação incessante da política colonial conduzia ao crescente isolamento do país, e Portugal se transformava num «Estado pária». Na medida em que se assistia á erosão da legitimidade do projeto colonial, a diplomacia portuguesa, utilizando um conjunto de artifícios jurídicos, passa a defender o indefensável. Politicamente, as guerras africanas estavam perdidas quando o Movimento das Forças Armadas (MFA) executa o seu golpe (ALMEIDA, 2008, p. 196-197).

Importa realçar que como resultado da defesa intransigente da sua política externa consubstanciada na manutenção das suas províncias ultramarinas, Portugal se debatia com problemas extremamente complexos dos quais se destaca o agravamento da situação nos territórios por si administrados, a condenação dos massacres em Moçambique, condenação pela Igreja e Imprensa Internacional da política do Governo Português (sendo que neste âmbito a Santa Sé havia recebido os representantes dos movimentos de libertação), condenação do aprofundamento das relações entre Portugal, a África do Sul e a Rodésia

do Sul. Contestação da missão histórica de Portugal em África, solidariedade com o novo Estado independente da Guiné-Bissau; necessidade da intensificação da luta armada e exclusão de Portugal da maioria das organizações especializadas da ONU (LOPES, 1991, p.62-63).

Para além do mau clima que já se vivia a nível do Movimento das Forças Armadas Portuguesas, os focos de resistência que se faziam sentir em África fruto do início da luta armada de libertação, vieram a contribuir, e de que maneira, para que este processo fosse acelerado. O elemento mais destacado, embora alguns autores como Pezarat Correia e Martial Mbah, considerem como sendo de pouca ligação ou mesmo influência para as colónias portuguesas de África, é o lançamento do livro, “Portugal e o Futuro”, do General António de Spínola que era o governador geral da Guiné Bissau, que teve um impacto muito grande quer em Portugal quanto nas suas colónias .

Depois de quatro décadas, o fim do Estado Novo, foi acima de tudo um período da História de Portugal despoletado por um golpe de estado militar, ocorrido a 25

de Abril de 1974, pondo fim a um regime existente desde 1933. O golpe militar que esteve a cabeça dos militares do Movimento das Forças Armadas (MFA), teve o apoio da população que se encontrava agastada da situação financeira que Portugal estava a atravessar, da repressão e censura, foi através de um momento histórico conhecido por muitos por Revolta dos Cravos ou a Revolta dos Capitães. Nesta perspectiva Correia (1991, p.171) afirma que:

“As unidades militares do MFA, tomaram de assalto os lugares estratégicos não permitindo qualquer resistência por parte dos partidários de Marcelo Caetano que se rendeu ao ser sitiado pelo capitão Salgueiro da Mata no Quartel do Carmo. Pode-se dizer que esta revolta foi pacífica, e para ilustrar isto, o número de reveses apenas foi de 4 mortos, que foram vítimas de disparos feitos pela polícia política junto a sede”

Na verdade do ponto de vista prático, a contribuição da Revolta dos Cravos no sentido de permitir

a independência das colónias começa a ser visível a partir do dia 26 de Abril do mesmo ano quando, o novo governo decide entre outras medidas, formar a junta de Salvação Nacional que teve a responsabilidade de formar o governo de transição. Esta junta era constituída por militares como é lógico uma vez que foram estes que depuseram Marcelo Caetano. O programa do MFA, caracterizava-se por “ 3D - Democratizar, Descolonizar, Desenvolver” (CORREIA, 1991, p.183).

Assim, o golpe de Estado de 25 de Abril visava entre outros aspectos, o reencontro de Portugal com a comunidade internacional, e no que tange a sua política colonial, ao contrário do programa de orientação da política ultramarina do anterior regime que apregoava que as “províncias” portuguesas eram simplesmente inegociáveis o Movimento das Forças Armadas definia os seguintes princípios:

- Reconhecimento de que a solução das guerras no Ultramar é política e não militar;

- Criação de condições para um debate franco e aberto, a nível nacional do problema ultramarino.
- Lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza a paz (LOPES, 1991, p.63).

Nesta conformidade, o golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 viria assim dar o mote para que a potência colonizadora se lançasse no processo de concessão de independências as suas possessões em África, como, aliás, enfatiza Eugénio da Costa Almeida:

“A descolonização portuguesa tornava-se um imperativo das forças progressistas portuguesas no que era seguido por uma importante fã-tia dos militares que compunham o Movimento das Forças Armadas (MFA) que tinha levado a efeito o golpe de 25 de Abril” (ALMEIDA, 2011, p.41).

No âmbito deste processo realizar-se-ia a cimeira

quadripartida (Portugal, MPLA, UNITA e FNLA) de Alvor em janeiro de 1975. Entretanto, 8 meses após o 25 de Abril, segundo Alexandra Marques “Portugal desejava passar de censurada potência colonialista a benemérito Estado administrante que concedia aos movimentos a possibilidade de traçarem, de acordo com os seus ideais programáticos, os destinos de Angola”(MARQUES, 2013, p.252).

Com o fim do regime e com vista a dar resposta aos problemas que apoquentavam a população e não só, tomaram-se medidas como a extinção da polícia política (PIDE-DGS) e outros. Com esta medida foram libertos os presos políticos (da prisão de Caxias e Peniche). Os sindicatos livres e os partidos foram legalizados e tantas outras medidas foram tomadas no sentido de se pôr fim ao regime e ao período de repressão permitindo uma nova visão ao mundo.

Dentre estas medidas todas a mais importante para as colónias portuguesas de África foi a publicação da lei 7/74 (26 de Julho) promulgada por Spínola onde de forma muito clara e precisa contemplava “ o direito dos povos a

autodeterminação e a independência dos povos do além-mar “ afirmando de seguida que Portugal estava preparado para iniciar o processo de transferência do poder para as populações dos territórios reconhecidamente aptos, Guiné, Angola e Moçambique (CORREIA, 1991, p. 66).

Toda esta movimentação e a abertura feita pelo General Spínola no sentido, de se fazer a transição da autonomia destes países africanos só seriam possíveis através de acordos concertados, é Angola iria realizar os Acordos de Alvor.

Porém, não tendo sido fácil o percurso trilhado pelos intervenientes ativos do processo que viria culminar na assinatura destes acordos, sobretudo devido às elevadíssimas e aparentemente inconciliáveis divergências de pontos de vista entre os movimentos de libertação que eram integrantes da parte angolana.

Desacordo entre os Movimentos

No âmbito da luta de libertação do país, os

três movimentos assumiam-se de forma contundente e inequívoca, como perseguidores da mesma causa “a independência”, que pela sua nobreza, significado e sobretudo por se constituir num dos maiores anseios do povo angolano na época se sobrepunha a todo o tipo de diferenças, tanto políticas como ideológicas que os dividia.

Porém com o aproximar da data prevista para a sua proclamação, como frisou ironicamente Melo Antunes: “pode dizer-se que ainda nem sequer a tinta gasta em subscrever o acordo do Alvor tinha secado e já as querelas, as dissidências e as confrontações, mesmo armadas, entre os três Movimentos, estalavam em Angola”(MARQUES, 2013, p. 171).

A elevação do tom entre os movimentos alcançou proporções bastante perigosas, que colocariam o país dividido entre a euforia da vitória sobre o colonialismo e o receio de uma guerra civil perpetrada pelos signatários dos acordos de Alvor, que era o documento que traçava os parâmetros para a independência de Angola.

A expressão máxima deste desentendimento

se pode resumir das palavras do líder do movimento que viria tomar as rédeas da proclamação da independência e que logrou ser paulatinamente aceite pela comunidade internacional António Agostinho Neto, quando meses antes da proclamação da independência incitava os angolanos leais a causa nacionalista a tomarem por inimigos todos que não se identificassem com os ideais do MPLA, “as nossas armas voltam-se, sim, contra os inimigos do povo angolano, aqueles que querem forçosamente levar-nos para o neocolonialismo. Contra esses as nossas armas não devem hesitar. Devem disparar” (MARQUES, 2013, p. 252).

Visando contornar estes acontecimentos, visto que o confronto entre os movimentos se tornava cada vez mais latente, mesmo antes da realização de cimeiras que abririam de forma oficial o processo de descolonização de Angola, os líderes nacionalistas tomaram consciência sobre a necessidade do estabelecimento de contactos visando concertar posições para o alcance de uma sólida plataforma estratégica de entendimento, e por esta via favorecer a criação de condições para a realização de acordos

tripartidos que os levasse a negociar com as autoridades coloniais numa só voz. Para a sua preparação realizar-se-iam encontros bilaterais prévios por iniciativa de Jonas Savimbi (CAPOCO, 2012, p.133).

Encontro de Kinshasa

Realizou-se a 25 de Novembro de 1974 no âmbito das concertações bilaterais, um encontro entre uma delegação da UNITA e outra da FNLA, em Kinshasa, que após a análise da situação em Angola resultou numa declaração cujo teor se resume essencialmente no seguinte:

“Conscientes do papel que desempenharam na luta armada e no combate libertador do povo angolano contra o colonialismo português; conscientes de que a relação do povo angolano e o seu poder histórico conduzirão Angola á sua independência nacional; cientes de que lhes cabe agora a responsabilidade para a reconstrução duma Angola verdadeiramente angolana, livre e independente; conscientes de que

a aproximação dos movimentos de libertação corresponde às mais profundas aspirações do povo angolano, e do próprio interesse supremo da nação, que se transcendam ódios, rancores, suspeitas e divergências de toda e qualquer espécie, já que as persistentes divisões, no seio dos movimentos de libertação, constituem uma ameaça à paz, a segurança, à ordem e até mesmo à independência de Angola (...), decidem: 1.º pôr termo a toda e qualquer forma de ataque ou propaganda susceptível de prejudicar a uma das partes signatárias; 2.º instalar, depois da publicação do presente comunicado uma cooperação e assistência militar mútuas no intuito de fazer face a toda e qualquer eventualidade dos extremistas de toda a espécie que ameaçam as aquisições de revolução e o processo normal de ascensão do nosso país à independência total; 3.º estabelecer uma comissão mista encarregada de elaborar uma plataforma que regulamente as tarefas políticas que se referem à reconstrução de Angola independente” (CAPOCO, 2012, p.133 -134).

Encontro do Lwena

Na mesma senda, realizou-se a 10 de dezembro de 1974 o encontro entre o MPLA e a UNITA no leste de Angola, concretamente na cidade do Lwena, na qual sobre a mesa estava “a descolonização e a independência”.

Neste encontro, há que destacar a prioridade que se dava a “unidade dos movimentos de libertação de Angola”, tendo ficado patente no comunicado final o reconhecimento da necessidade de pôr termo a toda espécie de hostilidades de modo a tornar possível o estabelecimento de um clima favorável á cooperação bilateral em torno do mesmo objetivo.

Por outro lado, afirmava-se a urgência da criação em comum de organismos a todos os níveis da sociedade angolana tendentes a solucionar os problemas relacionados com a vida das populações; criar em particular um gabinete de questões económicas, que permitisse desde já estudar com os diferentes setores interessados as causas e os eventuais remédios para ultrapassar-se a então reinante

recessão económica (CAPOCO, 2012, p.134 -135).

Cimeira de Mombaça

O encontro mais importante entre os movimentos antes de Alvor foi a cimeira de Mombaça, realizada a 5 de janeiro de 1975 sob égide do Presidente Queniano Jomo Keniatta que se viria a constituir no mediador deste processo.

Esta cimeira congregou as delegações dos três movimentos representados ao mais alto nível pelos seus líderes nomeadamente Jonas Savimbi da UNITA, Holden Roberto da FNLA e Agostinho Neto do MPLA, e tinha como objetivo encontrar matéria de entendimento que permitisse a elaboração de uma plataforma política comum de modo a que houvesse uma só voz durante as negociações previstas para Alvor sobre a independência de Angola.

Segundo Alexandra Marques (2013, p.169) na cimeira de Mombaça “os líderes teriam como principal prova serem capazes de dissolver as suas tropas e abdicar

do controlo militar das áreas ocupadas durante a guerra contra os portugueses (as chamadas regiões libertadas) para criarem um exército nacional”.

Porém, longe de se unirem em torno de um “diretório unificado”, esta autora refere que a cimeira de Mombaça terá essencialmente servido para juntar as “reivindicações que os uniam perante Portugal, mas que todas as divergências de fundo se mantinham em aberto e intactas” (Ibidem, p.170). Nas conclusões da referida cimeira lavradas em comunicado final se podia ler o seguinte:

“A FNLA, o MPLA e a UNITA, depois de terem analisado a situação política de Angola nesta fase de descolonização, levando em conta que no dia 10 de janeiro próximo terá lugar em Portugal a cimeira a realizar em presença do governo português com o intuito de formar um governo de transição que conduzirá Angola a independência nacional, acordaram a seguinte declaração comum:

1.º Reafirma a sua determinação de salvaguardar a integridade territorial de Angola, dentro das fronteiras atuais. Neste contexto, Cabinda

faz parte integrante e inalienável do território angolano.

2.º Os três movimentos de libertação engajam-se a construir a nação angolana sobre bases justas e democráticas, eliminando por essa razão todas as formas de discriminação étnica, social, religiosa ou outra qualquer.

3.º De igual modo, as três organizações políticas angolanas proclamam a sua vontade perante a deterioração da economia do país, de exigir por parte do governo português a adoção de medidas urgentes eficazes, com o acordo dos movimentos de libertação que salvaguardem os interesses sociais das massas trabalhadoras e estimulem o desenvolvimento económico do território e o processo de reconstrução nacional” (MBAH, 2010, p.293 - 294).

Ao contrário dos movimentos que já tinham ao seu favor o reconhecimento da comunidade internacional e da OUA em particular a FNLA e o MPLA, a cimeira de Mombaça trouxe para o debate relativo a vida política de Angola um novo interlocutor válido, a UNITA, assumindo-se como parte do conflito e como tal, parte da sua solução.

A este respeito Jean Mertial Arsene Mbah escreveu:

“Quanto a UNITA, até há pouco tempo atrás afastada das negociações de paz inter-angolanas, o mais importante para Jonas Savimbi e os seus acólitos era o facto de Mombança ter sido a primeira saída política que marcava definitivamente o reconhecimento oficial do seu movimento nacionalista” (MBAH, 2010, p.295).

Há que sublinhar o facto da UNITA ter logrado conseguir o seu reconhecimento pela parte da OUA, a 9 de janeiro de 1975 na sua 25.^a sessão, presidida pelo primeiro-ministro tanzaniano John Malecela, um dia antes da realização da cimeira de Alvor, também conhecida como Acordos de Alvor que concedeu o direito a independência de Angola. Com este reconhecimento estavam finalmente criadas as condições para a UNITA chegar nestes acordos em pé de igualdade com os outros dois movimentos (MARQUES, 2013, p.271).

Acordos de Alvor

Com a realização da reunião de Mombaça, pareciam finalmente satisfeitas as condições para que se formalizasse um acordo que tornasse possível a independência de Angola e a consequente transferência do poder. Neste âmbito, a 10 de janeiro de 1975 começou em Portugal, concretamente na região do Algarve, na pequena cidade de Alvor o encontro histórico que teve o condão de juntar pela primeira vez á mesa de negociação o governo português e as representações dos três movimentos de libertação de Angola.

Presidia a delegação portuguesa o ministro sem pasta, major Melo Antunes personagem chave no Movimento das Forças Armadas (MFA), integravam a mesma delegação Mário Soares, ministro dos Negócios Estrangeiros, Almeida Santos ministro da Coordenação Interterritorial, o brigadeiro Silva Cardoso da Junta Governativa de Angola, o tenente-coronel Gonçalves Ribeiro, do Governo de Angola, Pezarat Correia do MFA de Angola, Fernando Reino e Passos Ramos, da Comissão

Nacional de Descolonização (CORREIA, 1991, p.125).

As representações dos três movimentos de libertação nacional de Angola eram chefiadas pelos seus respectivos presidentes nomeadamente Agostinho Neto do MPLA, Holden Roberto da FNLA e Jonas Savimbi da UNITA e integravam todos os seus dirigentes mais destacados (CORREIA, 1991, p.125).

Entretanto, apesar dos esforços políticos empreendidos pelos três movimentos visando à normalização das relações e o alcance da paz, refletidos nas anteriores reuniões entre si, do qual se destaca o encontro de Mombaça, estes ainda não tinham logrado alcançar um acordo definitivo, como enfatiza Jean Mertial Arsene Mbah:

“É importante lembrar que, apesar dos tratados de paz efêmeros, assinados no Quênia pelos nacionalistas angolanos, estes ainda não tinham chegado a um acordo definitivo. Portanto, mesmo tendo aceite deslocarem-se a Portugal, as suas divergências não tinham sido reduzidas e a sua unidade não passava de uma fachada. As conversações realizaram-se, pois num clima de

crise, dados os interesses em jogo em Angola” (MBAH, 2010, p.295).

Paulo Jorge, um alto dirigente do MPLA afirmara quando em Portugal decorriam as negociações do Acordo de Alvor o seguinte:

“Não temos uma frente comum. Não temos um programa comum. Temos uma plataforma comum para discutir com o governo Português. Apenas no contexto das negociações para a independência. Não há unidade entre os Movimentos. A FNLA, o MPLA e a UNITA continuam a ser quem eram” (MARQUES, 2013, p.181).

Outro aspecto que traduz a dureza das negociações levadas a cabo na cimeira de Alvor é o facto de que, quando se debatia a questão da representação portuguesa no futuro governo de transição, os líderes dos movimentos se mostravam bastante preocupados com a simpatia política destes representantes. Para os líderes nacionalistas, era desejável que os representantes de Portugal no governo de

transição fossem completamente neutrais, o que era uma condição bastante melindrosa pelo contexto histórico da época.

Os líderes angolanos partiram para as negociações em Alvor com irredutibilidade extrema, posicionamento que se reforça nas palavras de Alexandra Marques quando afirma que “Neto não desejava no governo apoiantes da FNLA ou da UNITA; Holden Roberto e Savimbi não queriam nele os brancos do MDA ou da FRESDA, satélites políticos do MPLA ” (MARQUES, 2013, p.182).

Na verdade, não se deve deixar de assinalar o engenhoso esforço empreendido pelo governo português que visando ultrapassar as querelas entre os negociadores deste acordo, sobretudo os angolanos procurou alojar as delegações no mesmo recinto em que decorreriam as negociações permitindo-os partilhar o mesmo espaço, facilitando deste modo às relações interpessoais esperando que esta ação se repercutisse no bom andamento dos trabalhos (CORREIA, 1991, p.125).

Porém, a disposição das delegações pelos pisos do

hotel, terá suscitado segundo Alexandra Marques alguma preocupação da parte de elementos participantes na cimeira:

“Descreve no primeiro andar ficaram instalados os representantes da FNLA; no segundo, os da UNITA; no terceiro, os do MPLA e no quarto piso, os Portugueses. Parecia-lhe ser «uma disposição ardilosa que permitia encontros secretos permanentes á margem de possíveis discrições» ” (MARQUES, 2013, p.173).

A plataforma acordada entre os três movimentos em Mombaça a 15 de janeiro era então assinada o Acordo de Alvor depois de uma série de conversações caracterizadas como complexas, mas que segundo Pedro Pizarat de Correia esta complexidade era:

“Derivada mais das incompatibilidades e desconfianças entre as várias partes angolanas do que de dificuldade com a parte portuguesa e os três movimentos de libertação tinham chegado a uma plataforma negocial comum, mas estavam

muito longe de constituírem um interlocutor único” (CORREIA, 1991, p.125).

Neste Acordo constava entre os principais pontos o reconhecimento de facto e solene, da existência de três movimentos participantes da luta armada de libertação nacional, nomeadamente o MPLA, a FNLA e a UNITA, como “únicos e legítimos representantes do povo angolano” conforme o primeiro artigo do referido acordo, a pertença do enclave de Cabinda ao território angolano, conforme o artigo 3.º, a fixação da data da independência para o dia 11 de novembro de 1975, a formação de um governo de transição que tinha como missão preparar e assegurar a realização de eleições gerais para a Assembleia constituinte, conforme a alínea d) do artigo 24.º.

Na conclusão do Acordo de Alvor, Agostinho Neto proferiu palavras encorajadoras em nome das três delegações:

“As delegações da FNLA, MPLA e UNITA felicitam-se pela boa cola-

boração e entendimento que existiu durante esta conferência, colaboração que confirma o respeito prometido na pré-cimeira de Mombaça e é o prenúncio de uma estreita colaboração no começar do exercício de responsabilidades novas na nossa terra. O elemento fundamental para o êxito da luta de libertação foi finalmente adquirido e não consentiremos mais que as divergências não fundamentais, sejam transformadas pelos nossos inimigos em disputas graves” (CORREIA, 1991, p.133-134).

Estas palavras mereceram honras de citação no discurso de encerramento da cimeira pelo presidente português general Costa Gomes e mais importante ainda, faziam prever um clima de entendimento que conduziria a bom porto a implementação deste acordo.

Fracasso dos Acordos de Alvor

Dada a complexidade da situação em Angola, caracterizada pelas “frequentes violações por parte dos

movimentos de libertação, numa manifestação da sua incapacidade de superarem divergências, em prol do interesse nacional angolano” o Estado português suspendeu em 22 de agosto de 1975 unilateralmente por via do Decreto-Lei nº 458/A-75 a vigência do Acordo de Alvor.

As razões que levaram ao fracasso da implementação dos acordos de Alvor foram várias, porém há que destacar dentre elas as seguintes:

Os acordos de Alvor na visão portuguesa, não passavam da “confirmação do protocolo de Mombaça”, ou seja, traduzia, que “os líderes angolanos tinham concertado no Quênia, que os portugueses tinham sido vencidos a mesa das negociações”(MARQUES, 2013, p.212).

Assim, considera-se que o papel dos negociadores portugueses no acordo tenha sido tão irrisório que até se poderia dizer que a sua participação tenha se limitado “a pôr em bom português, o texto vindo de Angola”, tendo, neste sentido, o acordo sido o que os líderes angolanos quiseram

que fosse e por outro lado é de notar a pressa com que o mesmo foi negociado, demonstrando no entender da parte portuguesa a urgência dos angolanos em se verem livres destes (MARQUES, 2013).

Alexandra Marques faz questão de notar que, apesar do desejo de Portugal de ver de uma vez por todas resolvido o problema de Angola, a cimeira não terá alcançado aquele que era o objetivo que encabeçava a lista de prioridades do mesmo quando escreve que “a cimeira tinha sido promovida pelo principal interessado em resolver o problema angolano. Fora apazada a retirada militar de Angola e a passagem de poderes, mas o objetivo prioritário de criar um clima de fraternidade entre os movimentos falhara” (MARQUES, 2013, p.213).

Na mesma senda, altas figuras portuguesas com responsabilidades acrescidas na condução deste processo como Rosa Coutinho, expressaram a sua desconfiança relativamente a implementação exitosa do mesmo ao afirmar que o Acordo do Alvor era «um acordo desajeitado», e não cria que «o espírito de cooperação entre os três movimentos

fosse muito sincero»”(MARQUES, 2013, p.213). Sendo que o chefe da delegação portuguesa, terá mesmo considerado que este terá sido para cada um dos líderes angolanos uma plataforma de conquista do poder, ou seja;

“A prioridade dos líderes dos movimentos nacionalistas em controlar as suas áreas territoriais de influência étnica pareceu sobrepor-se ao entendimento vinculativo e ao cumprimento dos acordos, o que acabou por diluir os esforços antes desenvolvidos na tentativa de alcançar a unidade” (CAPOCO, 2012, p.141).

Assim, as autoridades portuguesas reconhecem que um dos elementos chave que terá estado na base do recrudescimento da guerra em Angola, assim como dos constrangimentos que resultaram no fracasso na implementação do acordo do Alvor, terá sido a coexistência de três exércitos rivais, cuja manutenção foi permitida.

A Opção Militar em Detrimento da Política

Tendo como base a disposição dos Acordos de Alvor que estipulava a formação de um governo de transição, este entrou em funções a 31 de janeiro de 1975, e nesta conformidade augurava-se a sobreposição da opção política em detrimento da opção militar para a questão angolana.

Porém esta ilusão se viria a diluir dada a complexidade da situação em Angola e o interesse exacerbado dos movimentos de libertação em tomar o poder a qualquer custo, sem levar em conta os interesses supremos da pátria, e isso viria a ser reconhecido pelo líder da UNITA Jonas Savimbi “no Alvor os negociadores nacionais não defenderam os interesses pátrios”¹⁰.

Apesar do Alto-Comissário português em Angola,

10 Trecho que se atribui a Jonas Savimbi presidente da UNITA extraído de um artigo com o título Angola: Resistência em busca de uma Nação, publicada em 1979, porém, não tendo sido possível tomar contacto com a referida obra, esta afirmação foi extraída da obra de Alexandra Marques publicada em 2013 e que versa sobre a descolonização de Angola.

general Silva Cardoso aquando da sua tomada de posse ter anunciado a sua intenção de colocar-se politicamente acima dos partidos, mostrando-se desde já disposto a distanciar-se da política do Almirante Rosa Coutinho, que aos olhos da FNLA e a UNITA era demasiado favorável ao MPLA, os obstáculos que se lhe colocavam a partida pela complexidade da tarefa a si incumbida não tardaram a evidenciar-se (MBAH, 2010, p.298).

Sublinhe-se ainda a respeito do favorecimento das autoridades portuguesas a uma das partes envolvidas no conflito em Angola aos depoimentos do Comandante Iko Carreira, que foi o braço directo de Agostinho Neto na liderança do MPLA. Segundo, Vieira Silva (2013, p. 99) declara que:

“entretanto, rapidamente tomou conta do processo de independência de Angola e das outras colónias, o major Melo Antunes, na altura Ministro sem Pasta do Governo português. Melo Antunes deslocou-se a Argel onde se encontrou com Neto. Tornar-se-ia depois um grande amigo do MPLA. Daí em

diante Melo Antunes onde quer que desempenhasse funções ajudou sempre o MPLA. O Almirante Rosa Coutinho também deu ajuda multifacética ao MPLA. Por seu lado o MPLA, aqui e ali, foi precisando da ajuda destes dois portugueses que jamais negaram”.

Um dos grandes desafios com que o MPLA tinha de lidar era a gestão do problema relacionado com a existência de outros atores não reconhecidos pelos acordos de Alvor, nomeadamente, os movimentos separatistas de Cabinda e a presença das tropas de Daniel Chipenda, a leste do país, concretamente no Luso, estimado em 3000 combatentes (MBAH, 2010, p.298).

É de realçar que na base do despoletar da violência que viria minar a implementação exitosa dos compromissos assumidos pelos signatários dos Acordos de Alvor estaria segundo Jean Martial Erséne Mbah as provocações emanadas dos combatentes da “Revolta Leste” que tendo sido excluídos das negociações dos referidos acordos, tentaram engendrar um golpe militar contra as tropas portuguesas

estacionadas em Luanda, justamente no momento em que decorriam as negociações, visando pressionar Lisboa no sentido de reconhecer oficialmente a “Revolta Leste” como interlocutor válido no processo de independência de Angola (MBAH, 2010, p.199).

Esta investida revelar-se-ia estrategicamente errada, pois o MPLA aproveitando-se da situação, lançou pouco tempo depois um ataque contra as instalações militares da “Revolta Leste” em Luanda, tendo desta forma “eliminado” o clima de insegurança que a presença das milícias da “Revolta Leste” causava em Luanda, e por outro lado logrou chamar a si a simpatia das chefias militares portuguesas, pois com este ato, poupava esforços as tropas portuguesas (MBAH, 2010, p.199).

Animados pelo êxito militar alcançado em Luanda, o MPLA lançou-se em ofensivas para impedir que as tropas da “Revolta Leste” marchassem para a cidade de Luso (Moxico). Porém procurando tirar algum proveito da situação a FNLA e a UNITA lançaram-se numa luta frenética pela recuperação dos combatentes da “Revolta Leste” para

as suas fileiras, sendo que neste jogo de interesses, a FNLA sairia como a principal beneficiada, com o anúncio oficial do líder da “Revolta Leste”, Daniel Chipenda da integração dos seus combatentes ao exército de libertação da FNLA (MBAH, 2010, p.300).

Este acto fazia de facto prever um confronto armado, que de forma progressiva se começava desenhar em Angola, pois como enfatiza Pedro Pezzarat de Correia:

“Os movimentos de libertação tinham-se lançado, todos eles, numa ampla acção de recrutamento dos militares angolanos acabados de licenciar do exército português e dos elementos dos vários tipos de forças auxiliares que estavam em vias de ser dispensados. Isto revelava a deliberada preocupação de reforçarem os seus efetivos armados, sem terem em consideração os limites e as metodologias reguladas pelo texto aprovado no Alvor para a constituição das forças militares mistas” (CORREIA, 1991, p.134 -135).

A expectativa da substituição do “gatilho pelo

diálogo” que os acordos de Alvor faziam prever estavam assim goradas, pois havia uma grande disposição da conquista do poder pela via das armas, sobretudo encorajados pelas potências estrangeiras, o que prova de forma inequívoca:

“Como era frágil, praticamente inexistente, a plataforma comum trazida pelos três movimentos de Mombaça e que servira de base ao acordo do Alvor. Naquele momento a preocupação dos movimentos resumia-se numa luta desenfreada pelo poder, pretendendo cada um esmagar física, ou politicamente, os outros dois” (CORREIA, 1991, p.138).

Dando suporte a ideia da influência exercida por potências externas no agravamento da situação em Angola, George Wright afirmou que:

“Ao mesmo tempo que os três movimentos nacionalistas se encontravam reunidos em Portugal, preparavam-se já os meios para sabotar a solução política que viesse a ser

encontrada. Isto relacionava-se diretamente com a decisão de certos patronos externos de continuar a fornecer ajuda militar a FNLA” (CAPOCO, 2012, 139-140)

Por outro lado, a provar o envolvimento de uma das superpotências nomeadamente os EUA para a escalada de violência que a situação em Angola viria a conhecer, está o plano de estabilização do governo de transição em Angola elaborado pela CIA e aprovado a 22 de janeiro de 1975 pela comissão dos 40, que comportava quatro propostas, nomeadamente: a) ajuda financeira ilimitada destinada a apoiar as atividades políticas; b) ajuda financeira substancial de 6 milhões de dólares, destinada a financiar as operações secretas e restabelecer o equilíbrio; c) outorga de um financiamento e ajuda material importante de 14 milhões de dólares a fim de garantir a Holden Roberto e a Jonas Savimbi uma superioridade militar sobre Neto – partindo do princípio que a URSS não aumentaria a sua ajuda ao MPLA; d) apoio massivo aos exércitos de Jonas e Holden Roberto durante um ano, orçamentado em 40 milhões de

dólares. Sendo a última proposta a escolhida dentre as outras (MBAH, 2010, p.300 -301).

Acordo de Nakuru

Ante a situação de luta aberta essencialmente entre o MPLA e a FNLA, e a perigosa escalada de violência no país fazendo antever uma guerra civil cujas consequências seriam devastadoras para o processo que levara os três movimentos a negociar em Alvor, desenvolveram-se esforços e diligências conciliatórias, tanto de chefes de Estado africanos, como de representações da OUA e da ONU (CORREIA, 1991, p.140).

Neste sentido se criaram as condições para o estabelecimento de contactos com os três movimentos de libertação para uma possível reunião visando por cobro a situação que prevalecia em Angola. Deste esforço, resultaram novas conversações entre as três delegações angolanas, no Quênia de 16 a 21 de junho de 1975 sob a mediação do chefe de Estado queniano, Jomo Kenyatta

(CAPOCO, 2012, p.141).

Na cimeira de Nakuru esperava-se conseguir a pacificação entre os três movimentos e partir para uma nova fase de colaboração mútua (CORREIA, 1991, p.141). Entretanto, apesar de estar longe de alcançar tal desiderato, assinala-se como aspecto positivo resultante da mesma, a análise crítica que ela faz da situação, identificando as causas e a gravidade que o conflito tinha atingido em Angola.

Segundo o texto final desta cimeira as causas da deterioração da situação em Angola eram as seguintes:

“a) Introdução pelos Movimentos de libertação de grandes quantidades de armamento; b) falta de tolerância política que se manifesta através da violência na atuação dos Movimentos de libertação; c) existência de zonas ditas de influência e regiões de pretensa superioridade militar; d) o armamento da população civil; e) os reencontros militares entre os movimentos de libertação e a sua regionalização, além de causarem inúmeras vítimas inocentes, agravam de igual modo a situação, pois tendem a incrementar o tribalismo, o regionalismo e o ra-

cismo; f) agitação reacionária ou de elementos estranhos ao processo de descolonização” (CAPOCO, 2012, p.143).

Visando contornar esta situação os movimentos decidiram;

“a) criar um clima de tolerância política e de unidade nacional; b) pôr termo a todas as formas de violência; c) libertar imediatamente todos os prisioneiros; d) garantir a todos os Movimentos de libertação o direito a livre atuação política; e) acelerar a formação do exército nacional; f) desarmar a população civil” (CORREIA, 1991, p.142).

É também de notar que, malgrado a afirmação solene de “renunciar ao uso da força como meio de solucionar os problemas e honrar os compromissos resultantes do acordo” que abria o documento, esta não passou de uma tentativa gorada sobretudo pela incompatibilidade dos interesses das partes envolvidas.

Período pós-alvor e independência de Angola

É importante referir que a anteceder os acordos de Alvor, nos primeiros dias de Janeiro de 1975 , realizou-se o Acordo entre a FNLA e o MPLA em Mombaça. Desta forma Portugal congratulou-se pelo êxito da reunião de Mombaça. A reconciliação dos movimentos angolanos (FNLA e MPLA) abriu perspectivas favoráveis ao encontro que iriam realizar com o Governo português.

Cimeira de Mombaça, realizada a 5 do mesmo mês entre, FNLA, MPLA e UNITA trouxe consigo o acordo de uma plataforma comum para negociarem com Portugal o acesso à independência de Angola. Um exército angolano constituído pelos movimentos de libertação estipula o acordo tripartido de Mombaça.

O período pôs Alvor foi esperado com muita expectativa no seio dos movimentos de libertação de Angola. Dentre as medidas tomadas em finais de Janeiro de 1975 tomou-se posse perante o Alto-comissário

General Silva Cardoso o governo de Transição com pastas distribuídas pelos três movimentos e por Portugal, “não fazendo Portugal parte do Colégio Presidencial (Lopo do Nascimento/Johny Eduardo Pinóqui e José N’Dele). As reuniões do Governo de Transição tornam-se palco de permanentes agressões verbais, quando não de tentativas de agressão física”(CORREIA, 1991, p.66)

Apesar de tudo isto, o clima interno em torno dos movimentos continuou a deteriorar-se, chegando mesmo a um clima de instabilidade entre os movimentos de forma particular entre o MPLA e a FNLA, que tomaram a dianteira da guerra civil no interior da cidade de Luanda. O facto de no acordo de Alvor não se ter desmilitarizado os movimentos contribuiu para que este clima se tornasse numa realidade apesar dos esforços da parte portuguesa.

A atitude de “neutralidade passiva” do Alto-comissário, pelo menos no que às atitudes inconvenientes da FNLA que violavam o Acordo de Alvor, o que provocava um confronto permanente entre o Movimento das Forças Armadas (MFA) de Angola e o Alto-comissário. Proibição

de entrada de forças militares em Luanda não respeitada pela FNLA e MPLA que continuam a introduzir na capital homens e armamento que serve para o confronto urbano.

A elaboração de um estudo sobre a situação de Angola feito em finais de Abril enviada para o Conselho de Revolução que se tinha institucionalizado em Portugal depois do golpe do 11 de Março, no qual apresentava os principais problemas com que a descolonização de Angola se debatia: Governo de Transição paralisado; forças militares mistas não avançam¹¹ presume-se mesmo a presença de militares zairenses entre os elementos da FNLA, falando apenas o francês; constantes violações do Acordo do Alvor por parte dos movimentos; incapacidade anímica do Alto-comissário português para dominar a situação (CORREIA, 1991).

Em função do estudo da situação do clima que se

11 Melo Antunes (1998, p.168) considera na sua entrevista a Maria Manuela Cruzeiro, «...que nunca deveríamos ter aceitado a marcação de uma data para a independência sem que estivesse preenchida a condição fundamental da formação de um exército único, esse foi para mim o maior erro e que, obviamente, depois arrastou muitos outros.»

vivia em Angola, o MFA, que passou a designar-se CCPA, propôs as seguintes medidas: A “neutralidade activa”¹² por contraponto à “neutralidade passiva” do Alto-comissário; a aliança MPLA/UNITA para se poder recuperar o essencial do Alvor, face à auto-marginalização da FNLA. Esta proposta não foi em frente porque o MPLA a recusou à partida; a substituição do A. C. que se distanciava cada vez mais da CCPA e o reforço do papel do MFA só possível com a sua institucionalização como acontecera em Portugal com o C R.;

Estava bem delineada a confrontação para a conquista do poder. Os confrontos MPLA/FNLA agravavam-se em Luanda e alastraram-se a outros distritos.

De novo o MFA de Angola vai a Portugal em

12 Neste ponto discordo da afirmação de Melo Antunes (1998, p.174) na sua entrevista a Maria Manuela Cruzeiro, pois a posição do MFA de Angola era a de considerar necessárias atitudes firmes perante os Movimentos para manutenção do controlo do processo de descolonização, enquanto era tempo. A passividade e atitudes que começaram no dia da tomada de posse do Governo de Transição perante o rapto do representante dos Catangueses em Luanda pela FNLA, apenas contribuiu para a escalada que se verificou por parte, sobretudo, da FNLA e do MPLA.

finais de Maio expor a gravidade da situação, sugerindo a necessidade de uma nova cimeira, para a qual o MPLA e a UNITA não se opunham totalmente. Este Movimento ocupava uma posição fortalecida em Nova Lisboa, endurecendo o seu discurso contra Portugal.

Os três movimentos encontram-se em Nakuru entre 16/21 de Junho, sem a presença de representante português, em princípio o Alto-comissário, em clara violação dos Acordos do Alvor. O comunicado final, «...omite, ostensivamente qualquer referência a Portugal, mas tinha aspectos positivos nomeadamente uma análise da situação que podia ser encarada, sem esforço, como uma séria autocrítica e que nos seus pontos fundamentais coincidia com os estudos que a CCPA vinha fazendo (CORREIA, 1991, p.141).

Embora o Acordo de Nakuru declarasse que os três presidentes «...afirmam solenemente renunciar o uso da força como meio de solucionar os problemas e honrar os compromissos resultantes do Acordo...» os resultados práticos foram nulos e caminhava-se para a guerra civil

generalizada (Ibidem).

O MPLA lança a batalha de Luanda para expulsar a FNLA da capital, o que consegue. A FNLA, de acordo com Pezarat Correia (1991), «tinha concentrado no Norte um forte exército, já com unidades do tipo convencional incluindo algumas forças do exército regular zaireense, e inicia uma manobra para sul cujo objectivo é a ocupação de Luanda», ocupando nos finais de Julho os distritos do Zaire e do Uíge. A UNITA domina o Planalto Central expulsando as forças do MPLA e da FNLA dos distritos do Huambo e do Bié.

É a escada da guerra civil com os movimentos a ocuparem partes do território, o que podia conduzir à balcanização de Angola. As forças militares portuguesas ainda espalhadas pelo território foram concentradas nas principais cidades para evitar serem envolvidas nos conflitos entre movimentos e em relação a Luanda é dada ordem de impedir qualquer tentativa de entrada da FNLA na capital. Ao pedido da parte portuguesa a Lisboa de reforço de meios, apenas é disponibilizada uma companhia de pára-quedistas

(cerca de 120 homens).

Segundo Pezarat Correia, Portugal vivia um processo complicado e era difícil, sobretudo os partidos políticos colocarem nas suas listas de prioridade o problema de Angola. É o Presidente da República que assume o controlo mais directo do processo, para o que sentiu a necessidade de criar junto a si um Gabinete de Angola a fim de ter uma ligação mais directa com Luanda e ter disponível informação em tempo oportuno (CORREIA, 1991, p.156).

Em 30 de Julho o Alto-comissário, General Silva Cardoso, demite-se sendo substituído pelo Contra Almirante Leonel Cardoso. Perante o não funcionamento dos órgãos previstos no Acordo do Alvor e a permanente violação do acordado, Portugal decide suspender parcialmente o Acordo de Alvor, o que levantou delicados problemas em termos de direito internacional, tendo sido incumbidos de estudar uma solução jurídica para o assunto a Professora Magalhães Colaço da Faculdade de Direito de Lisboa e o Dr. Miguel Galvão Teles.

Entretanto no território, verifica-se a

internacionalização do conflito: Zaire, África do Sul e Cuba
intervêm em apoio aos diferentes movimentos

Em vésperas da independência estava iminente o ataque a Luanda em duas frentes. Mas o MPLA/Cubanos resistiram e a capital permaneceu em poder do MPLA graças à destruição da ponte sobre o rio Queve que deteve a coluna que se aproximava de sudeste e da coluna da FNLA, integrando mercenários portugueses, ter sido derrotada na batalha do Kifangondo.

Em reunião da Comissão Nacional de Descolonização de dia 09 de Novembro é decidido o envio de uma Delegação a Luanda em representação de Portugal no momento da declaração de independência de Angola, chefiada pelo Almirante Victor Crespo. Por decisão do Governo foi travada a ida dessa delegação a Luanda, pelo que a independência da República Popular de Angola foi proclamada sem a presença de qualquer representante da antiga potência colonizadora, Portugal.

A 10 de Novembro, pelas dezoito horas, o Alto-comissário leu uma proclamação em nome da República

Portuguesa, reconhecendo a independência do Estado Angolano e a entrega da soberania ao povo angolano a quem compete decidir das formas do exercício da soberania, após o que a última bandeira portuguesa símbolo da soberania portuguesa em África foi arriada e o Alto-comissário e comitiva embarcaram numa fragata da Marinha de Guerra Portuguesa. Às zero horas de dia 11 de Novembro de 1975 estava fora das águas territoriais angolanas, navegando rumo a Portugal, enquanto Agostinho Neto proclamava solenemente a República Popular de Angola em Luanda, a FNLA e a UNITA proclamavam no Uíge e no Huambo a República Democrática de Angola, sem sucesso.

Foi a única ex-colónia onde se proclamou a independência sem a presença de representantes oficiais de Portugal. Considera-se um erro histórico que teve consequências no relacionamento entre os dois países, vindo Portugal a ser o 83.º país a reconhecer, tardiamente, o país independente que nascera da sua antiga colónia.

Síntese Conclusiva

Concluimos que apesar do apoio financeiro e militar concedido pela comunidade africana e internacional à FNLA, esse movimento nunca conseguiu desenvolver uma verdadeira actividade de guerrilha no território angolano. Pelo contrário, as suas acções militares estavam praticamente estagnadas, razão pela qual houve renúncia de certos membros do movimento, aliada ao facto de que a FNLA, durante todo esse período de tempo, ter ficado enfeudada aos interesses do imperialismo americano e do Zaire, pois recebia apoio desses dois países. Além desses factos, era notável a falta de visão política estratégica por parte do presidente da FNLA, bem como de outros dirigentes dessa organização.

Na verdade, a FNLA nunca travou uma verdadeira batalha contra os seus adversários políticos e militares no território angolano. As suas acções militares eram confinadas apenas nas regiões de São Salvador (Mbanza Kongo) e de Carmona (Uíge), exceptuando algumas

incursões registadas na região da Lunda, sendo que a FNLA, de acordo com muitos observadores, “nunca procurou estender a sua actividade militar para outras áreas exteriores ao seu espaço cultural Bacongo”, ou seja, para o Centro e no Sul de Angola (PÉLISSIER, 1979, p.165).

O MPLA apesar dos seus esforços na luta e do seu voluntarismo, não conseguiu obter grandes sucessos nas suas actividades militares até finais do ano 1973, por várias razões: “Em primeiro lugar por falta de meios logísticos que eram de elevada importância para a condução da guerra, principalmente o armamento pesado, que lhe teria permitido conservar durante muito tempo as posições conquistadas; segundo, pelo facto do Movimento se encontrar ameaçado por dentro, por duas facções dissidentes (SILVA, 2010, p.39).

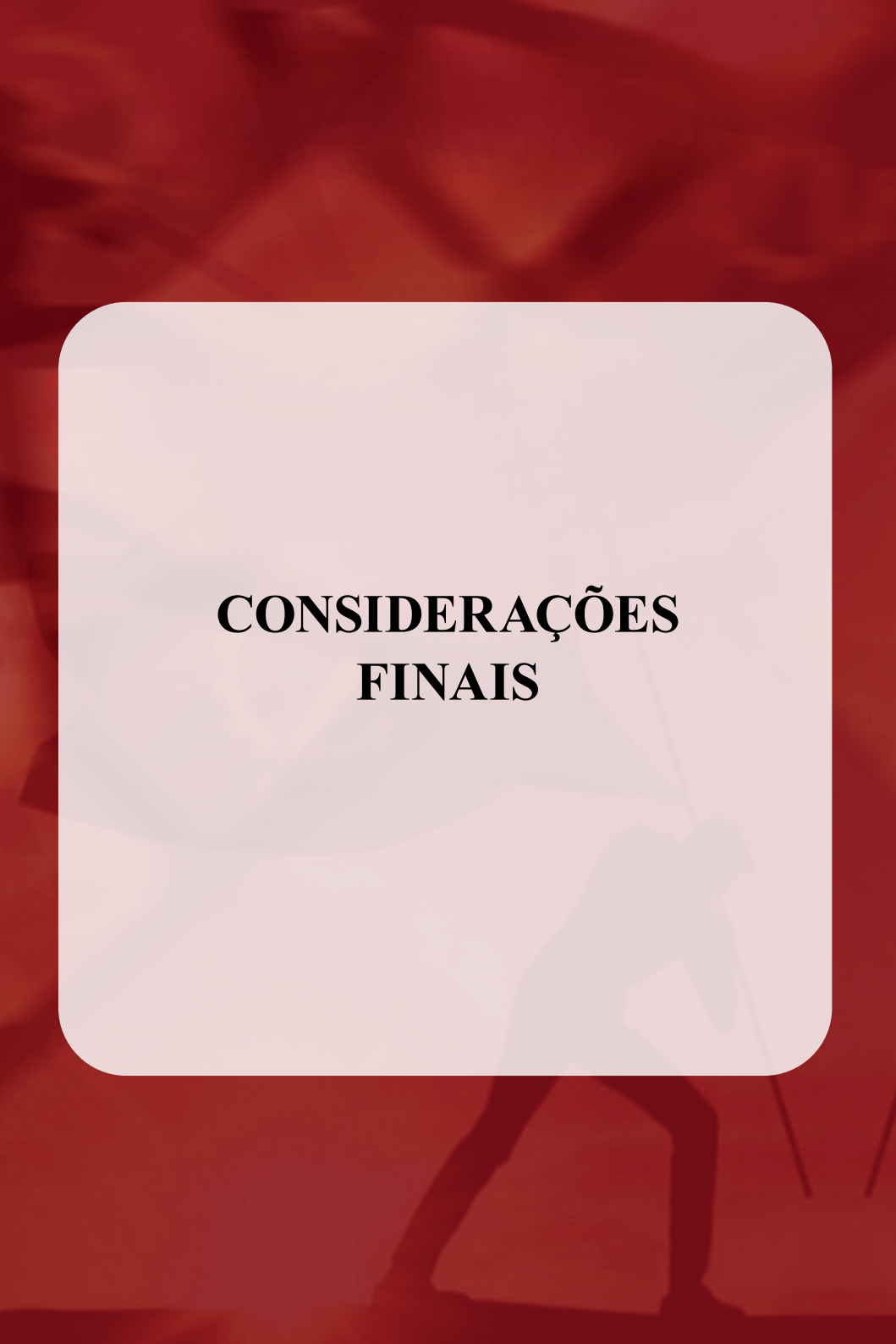
Estas dissidências que também eram conhecidas pelo nome de «Revolta do Leste» e «Revolta Activa» contribuíram para que as forças coloniais portuguesas reocupassem o terreno militar em Angola e reduzissem significativamente os esforços do MPLA a nível da luta armada.

A Unita foi a que mais tarde começou a luta no interior de Angola em relação a FNLA e ao MPLA apenas no Ano de 1967 tendo sido interrompido neste mesmo ano durante 12 meses. As suas acções foram pouco notáveis em todo país porque limitava-se mais no Sul de Angola. Desde muito cedo houve várias tentativas de unificação entre os dois movimentos de libertação (FNLA e MPLA) mas estiveram sempre em desacordo. Desta forma, mantiveram divergências até ao golpe de estado do 25 de Abril de 1974, enquanto a UNITA (apesar do acordo com as forças portuguesas) continuava a desenvolver as suas actividades de guerrilha, esperando que a evolução da situação política nacional lhe fosse favorável.

Na sequência do derrube da ditadura em Portugal, abriram-se novas perspectivas para os Movimentos de Libertação com vista à independência de Angola. Nesta medida, foram feitas negociações para um cessar-fogo entre Portugal e os três Movimentos que visava a constituição de um Governo de Transição e que culminou nos acordos para a independência de Angola assinados em Janeiro de 1975 e

no qual foi marcada a data para a sua independência - 11 de Novembro de 1975.

Finalmente, as reuniões do Governo de Transição após os acordos de Alvor tornam-se palco de permanentes agressões verbais, quando não de tentativas de agressão física. Apesar de tudo isto, o clima interno em torno dos movimentos continuou a deteriorar-se, chegando mesmo a um clima de instabilidade entre os movimentos de forma particular entre o MPLA e a FNLA, que tomaram a dianteira da guerra civil no interior da cidade de Luanda. O facto de no acordo de Alvor não se ter desmilitarizado os movimentos contribuiu para que este clima se tornasse numa realidade apesar dos esforços da parte portuguesa.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como teve-se a ocasião de observar ao longo desta análise sintética sobre os Movimentos de Libertação Nacional: Formação e Desenvolvimento (décadas dos anos 50 - 70 do século xx) várias sínteses conclusivas, podem ser tiradas a partir dos seus resultados fazendo alusão os objectivos em que propôs-se atingir dando reposta à questão principal deste trabalho. Foi necessário fazer uma análise dos principais acontecimentos que marcaram a génese dos Movimentos, bem como a sua trajectória desde o período em que iniciaram as suas actividades político-militares até à época que sobrepõe a independência nacional.

A partir da Segunda Guerra Mundial, houve um amadurecimento da consciência nacionalista das elites luso-angolanas, por sua vez, cria-se um novo cenário político internacional, no qual os regimes imperialistas são fortemente questionados, gerando um clima favorável, ao aparecimento de várias formas de manifestos e protestos contra o Estado colonial em Angola. Depois da Segunda Guerra Mundial, registam-se tremendas mudanças a nível internacional, materializadas pelo novo ambiente político

na arena global. A bipolarização do mundo acontece e caminha em simultâneo com o fenómeno da Guerra Fria, o surgimento da ONU imprime novas dinâmicas na forma como os Estados deviam relacionar-se e o domínio colonial passava a ser encarado como problema político balizado por um quadro jurídico constante na Carta das Nações Unidas.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945), as divergências entre as duas maiores potências (URSS e EUA) levaram à «divisão» do mundo em dois blocos e a um estado de tensão conhecido como Guerra Fria. As superpotências tinham como objectivos conquistar novas áreas de influências e a Angola aparecia como um objectivo importantíssimo para aqueles que pretendiam uma hegemonia mundial, dadas as suas potencialidades (nomeadamente em recursos naturais).

Em Angola os movimentos de libertação nacional (FNLA, MPLA e UNITA) não fugiram desta realidade fruto do contexto internacional em que se aliaram a essas superpotências, aderindo os seus sistemas políticos onde foram apoiados com armas, logística, treinos militares, bolsas

de formação de diversas especialidades principalmente na área militar e levou a internacionalização do conflito. Estes mesmos Movimentos de Libertação vieram a receber também o apoio de organizações Internacionais como a ONU, organizações religiosas, OUA que veio a desempenhar um papel relevante, legitimando a luta e internacionalizando-a de acordo com os interesses das grandes potências.

A primeira divergência entre os movimentos de libertação nacional que não permitiu a formação de uma força única contra o domínio português, foi as bases ideológicas e os sistemas políticos diferentes a serem instaurados em Angola e comprometidos com aliados externos antagônicos. A FNLA pró - americano comungando o capitalismo devido a sua ligação com o EUA e assente num tradicionalismo cultural defensor da revitalização das instituições antigas, o MPLA identificava-se com o marxismo-leninismo, identificava-se com o socialismo e caracterizava-se por uma ideologia de esquerda inspirada no modelo dos países do Leste europeu, seguindo a doutrina da União Soviética,

enquanto a UNITA, era de tendência pró - maoísta devido aliança com a China e ideologicamente de esquerda.

A segunda divergência entre os movimentos de libertação nacional residiu na localização geográfica do seu surgimento, na matriz étnica cultural o que levou, uma vinculação automática entre as bases de apoio dos movimentos de libertação (identificadas a partir dos critérios étnicos) e os principais grupos etnolinguísticos: UPA/FNLA - bakongos, MPLA - Ambundu e mais tarde UNITA – Ovimbundo. Essa diferença levou os movimentos durante a sua formação e o percurso, ser marcados pela falta de unidade e cooperação, controvérsias uns com os outros, por questões de natureza étnica e racial, criando assim constrangimentos à sua unidade na luta contra o colonialismo português.

As reuniões do Governo de Transição após os acordos de Alvor tornam-se palco de permanentes agressões verbais, quando não de tentativas de agressão física.”Apesar de tudo isto, o clima interno em torno dos movimentos continuou a deteriorar-se, chegando mesmo a um clima de

instabilidade entre os movimentos de forma particular entre o MPLA e a FNLA, que tomaram a dianteira da guerra civil no interior da cidade de Luanda. O facto de que no acordo de Alvor não se ter desmilitarizado os movimentos contribuiu para que este clima se tornasse numa realidade apesar dos esforços da parte portuguesa.

Conclui-se que a divergências entre os diferentes Movimentos de Libertação de Angola residiu na bipolarização do mundo com os seus perfis ideológicos «imperialismos mundiais» no processo libertador, mas também e, sobretudo, reveladores das profundas diferenças históricas e culturais dos grandes grupos etnolinguísticos dominantes em Angola da ausência de um projecto comum entre os movimentos, a não unificação das suas forças no acordo de alvor para a construção de uma nação unitária, respeitadora das diferenças de cada um.



REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, F. (2010). O mito do Pan-Africanismo. In JANUS. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.

ANDRADE, M. (1968). La lutte de liberation nationale dans les colonies portugaises. Fondements unitaires. In: La lutte de liberation nationale dans les colonies portugaises. Argelia: La conference de Dar-Es-Salaan.

ANDRADE, M. (1997). Uma entrevista dada a Michel Laban. Lisboa: Edições João Sá da Costa.

ANDRADE, M. (1962). “Le nationalisme angolais”, Présence Africaine, n.º 42.

ANDRADE, M. (1962). Liberté pour l’Angola, Paris.

ANDRADE, M. (1997). Origens do nacionalismo africano – Continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911-1961. Lisboa: Publicações Dom Quixote

ANDRADE, Mário Pinto de; Marc Ollivier (1971). La guerre en Angola. Paris: Maspero, (utilizámos a edição portuguesa A guerra em Angola. Lisboa: Seara Nova, 1974).

BENDER, Gerald J. (1978). Angola under the Portuguese: The Myth and the Reality. London: Africa Research &

Publications.

BITTENCOURT, M. (2008). Estamos Juntos - O MPLA e a Luta Anticolonial 1961-1974. Volumes I e II, Luanda: Kilombelombe

CAPITÃO, J. Pedro, (1974). O Problema Colonial (notas para uma tomada de posição), Edição de Assírio e Alvim.

CAPOCO, Zeferino (2012). Nacionalismo e Construção do Estado-Angola (1945-1975). Escolar Editora, Lobito.

CARDOSO, S. (2001). Angola – Anatomia de uma tragédia. Alfragide: Oficia do Livro.

CARREIRA, Iko. O Pensamento Estratégico De Agostinho Neto: Contribuição Histórica. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1996.

CASCUDO, F. L. da Câmara (1979). Angola: A guerra dos Traídos. Bloch Editores S.A., Rio de Janeiro.

CASTRO, Armando de, (1981). O sistema colonial português em África, Editorial Caminho, Lisboa

CHABAL, Patrick (2002). (Ed. by) – A History of Postcolonial Lusophone Africa. London: Hurst Company.

CHIWALE, Samuel (2011). Cruzei-me com a Historia, Sextante editora, 2ª edição.

CLARECE-SMITH, Gervase (1985). O III Império português, 1825-1975. Lisboa: Teorema.

COMERFORD, Michael G (2005). O Rosto Pacífico de Angola: Biografia de Um Processo de Paz (1991-2002). Luanda.

CORREIA, P. Pizarat (1991). Descolonização de Angola. A Jóia da coroa do império português. Lisboa: Editorial inquérito.

CORREIA, P. Pizarat (1996). Angola: Do Alvor a Lusaka. Lisboa : Editora Hugin.

COUTINHO, R. (1985). Notas sobre a descolonização de Angola. In semanário 25 de Abril 10 anos depois. Lisboa: Associação 25 de Abril.

CRUZ, Viriato (1964) - “Angola: quelle indépendance”, Révolution: revue mensuelle internationale, Février,

DÁSKALOS, S. (2000). Um testemunho para a História de Angola. Do Huambo ao Huambo. Lisboa: Veja.

EMÍDIO, Fernando, (2012). Jonas Savimbi, no Lado Errado da História, 4.^a edição, D. Quixote.

FELGAS, Hélio (1968). Guerra em Angola. Lisboa: Gráfica Santelmo Ltda,

FERNANDO, E. (2012). Jonas Savimbi – No lado errado da História. Alfragide: Dom Quixote.

FREITAS, A. José de (1975). Angola: o longo caminho da liberdade. Lisboa: Moraes.

GLÓRIA, Justino da, A Descolonização de Angola e a África Austral (1974-1975), in JÚNIOR, Miguel (2011), O Fracasso da Operação Savannah (Angola 1975), Mayamba, Luanda.

GUEDES, Armando Marques, As Constantes Emergentes e a Atipicidade das Linhas de Força na Política Externa de Angola, in: PAVIA, José Francisco (2011), A Política Externa de Angola no novo Contexto Internacional. Quid Juris, Lisboa.

GUERRA, J. Paulo (2008). Savimbi: vida e morte, Lisboa, Bertrand Editora.

HEIMER, F. (1980). O processo de descolonização em Angola, 1974-1976. Lisboa, A regra do jogo.

JAIME, D. & Barber, H. (2000). Angola: Depoimentos para a história recente (1950-1976) S/I: Edição dos autores.

JIKA (1979). Reflexões sobre a Luta de Libertação Nacional. Luanda: União dos Escritores de Angola.

JUNIOR, M. (2011). A Batalha de Kifangondo (1975) – Factos e Documentos. Luanda: Mayamba Editora.

JUNIOR, M. (2014). A Mão Sul-Africana - O envolvimento das Forças de defesa da África do Sul no Sudeste de Angola (1966-1974). Caiscais: Tribuna da História

JUNIOR, M. (2007). Forças Armadas Populares de Libertação de Angola – 1º Exército Nacional (1975-1992). Lisboa: Editora Prefácio.

KISSINGER, Henry (1996). Diplomacia. Lisboa: Ed. Gradiva

KISSINGER, Henry (2003). Anos de Renovação. Gradiva, Lisboa.

KI-ZERBO, Joseph (2002). História da África Negra. Vol.

II. 3ª ed. Mem Martins: Publicações Europa-América.

LARA, Lúcio (1997). Itinerário do MPLA através de documentos e anotações de Lúcio Lara. Um Amplo Movimento. Vol. I. Luanda: Edição Lúcio e Ruth Lara.

LARA, Lúcio (2006). Um amplo movimento: Itinerário do MPLA através de documentos e anotações, vol. I, Até Fevereiro de 1961, 2ª ed., Luanda: Lúcio & Ruth

RODRIGUES, L. Nuno (1998). Em Salazar e Kennedy — a crise de uma aliança e Witney Scheindman na obra Confronto em África: Washington e a Queda do Império Colonial Português AFRICOM, IPRI-UNL.

M'BOKOLO, Elikia (2011). África Negra : História e Civilizações do Século XIX aos Nossos Dias. 2ª Edição. Lisboa: Edições Colibri, Tomo II.

MABEKO -Tali, J. (2001). Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio (1962-1977). Ensaio de História Política. Vol.1 (1962-1974). Luanda: Editorial Nzila.

MAC QUEEN, Norrie, (1997). A Descolonização da África Portuguesa”, Lisboa: Editorial Inquérito.

MACIEL, A. (1963). Angola Heróica - 120 dias com os

nossos soldados. Lisboa: Livraria Bertrand.

MARCUN, J. (1978). *The Angolan Revolution. Exile politics and guerrilla warfare (1962-1976)*. Cambridge: The Massachusetts Institute of Technology.

MARQUES, Alexandra (2013). *Segredos da Descolonização de Angola: toda a verdade sobre o maior tabu da presença portuguesa em África*. Lisboa: Don Quixote.

MÁRQUEZ, G. (1977). *Operación Carlota. Los cubanos en Angola. El Che en Africa. La batalla contra el Reich sudafricano. Textos del Sabueso contemporâneos*. Lima: Edicion Mosca Azul e Horizontes.

MATEUS, Dalila Cabrita, (1999) *A Luta pela independência. A formação das elites fundadores da FRELIMO, MPLA e PAIGC*, Lisboa, Editorial Inquérito.

MATEUS, Dalila Cabrita, (2004). *A PIDE-DGS na Guerra Colonial 1961-1974*, Lisboa: Editora Terramar.

MBAH, J. Martial Arsene (2010). *As rivalidades políticas entre FNLA e MPLA (1961-1975)*. Luanda: Mayamba editora.

MELO, João de (1988). *Os Anos da Guerra, 1961-1975: Os*

Portugueses em África-Crónica, Ficção e História. Lisboa: D. Quixote.

MESSIANT, C. (1983). 1961, L'Angola Colonial, Histoire et Société. Les Premisses du Mouvement Nacionaliste. Paris: Ecole des hautes etudes en scinces.

MILHAZES, José (2013). Golpe Nito Alves e Outros Momentos da História de Angola Vistos do Kremlin. 2ª Edição. Lisboa : Alêtheia editores.

MILHAZES, José (2014). Angola, O princípio do Fim da União Soviética. Lisboa : 2.ª Edição, Veja.

MUEKALE, Jardo (2010). Angola, segunda Revolução - memórias da Luta pela Democracia, Lisboa, Sextante.

N'GANGA, J. Paulo (2008), O Pai do Nacionalismo angolano, São Paulo - Brasil, Editora Parma.

NETO, A. (1991). Industrialização de Angola – Reflexões sobre a experiência da administração portuguesa 1961 – 1975. Lisboa: Edições Escher.

NETO, Maria da Conceição. Angola no Século XX (até 1974). In: ALEXANDRE, Valentim (2000). O Império Africano (séculos XIX e XX). Lisboa: Edições Colibri.

NKRUMAH, K. (1977). A África deve unir-se. Coleção Terceiro Mundo e Revolução. Série II, N.º 1. Lisboa: Ed. Ulmeiro.

NOGUEIRA, F. (1984). Salazar – A Resistência (1958-1964). Lisboa: Ed. Civilização

NUNES, A. (2002). Angola (1966 – 1974) – Vitória Militar no Leste. Lisboa: Editora Tribuna.

NUNES, A. (2005). Angola 1965 – Da Baixa do Cassange a Nambuangongo. Lisboa: Editora Prefácio.

OLIVEIRA, H. (1961). A Guerra Revolucionária. Lisboa: Ministério do Ultramar.

PACHECO, Carlos (1997). MPLA – Um nascimento polémico. As falsificações da História. Lisboa: Veja Editora.

PATRÍCIO, José (1997). Angola - EUA: os caminhos do bom senso. Luanda: Executive Center.

PÉLISSIER, René (1978). La Colónie du Minotaure: Nationalismes et Revoltes en Angola (1845 1941). Paris: Orgeval

PÉLISSIER, René (1969). Nationalismes en Angola. In: Revue française de science politique, Paris:19^e année, n^o6.

PÉLISSIER, René (1979). O Naufrágio das caravelas. Estudo sobre o fim do império português (1961-1975). Orgeval: Edição Montamets.

PIMENTA, F. (2005). Brancos de Angola. Autonomismo e Nacionalismo (1900-1961). Coimbra: Minerva.

PIMENTA, F. (2006) Angola no Percurso de um Nacionalista. Conversas com Adolfo Maria. Porto: Edições Afrontamento.

PINTO, A. Costa (1999). A guerra colonial e o fim do império português. História da expansão Portuguesa. Volume V, Lisboa: Círculo dos leitores.

QUIVY, Raymond (2013). Manual de Investigação em Ciências Sociais: Trajectos. 6^a Edição. Lisboa : Gradiva.

ROCHA, E. (2009). Angola: Contribuição ao Estudo da Génese do Nacionalismo Moderno Angolano (Período de 1950-1964). Lisboa: Dinalivro,

SÁ, T. Moreira de (2011). Os Estados Unidos e a

Descolonização de Angola. Alfragide: Dom Quixote.

SÁ, T. Moreira de (2011) O «Amigo Inconveniente». Os Estados Unidos, A África do Sul e a descolonização de Angola, in JÚNIOR, Miguel (2011), O Fracasso da Operação Savannah (Angola 1975). Mayamba: Luanda.

SAKALA, Alcides (2006). Memórias de um Guerrilheiro. 3ª Edição. Lisboa: Dom Quixote,

SANTOS, Eduardo dos (1975), A Negritude e a Luta pelas Independências na África Portuguesa. Lisboa: Editorial Minerva.

SAVIMBI, J. (1979). Angola, a resistência em busca de uma Nação. Lisboa: Edições APR.

SILVA, S. (2012). A intervenção cubana em Angola revisitada. ResPublica. In Revista Lusófona de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais nº 12. Lisboa.

VALENTIN, Jorge (2010). Caminho para a Paz e Reconciliação Nacional – de Gbadolite a Bicesse - (1989-1992), 2.ª edição revista, Luanda: Mayamba.

WHEELER, Douglas, PÉLISSIER, René (2009). História de Angola, Lisboa: Tinta da China.

WHEELER, Douglas, PÉLISSIER, René (1971). História de Angola, New York: Pall Mall Press.

WRIGHT, George (2000). A destruição de um país. A política dos Estados Unidos para Angola desde 1945. Coleções Estudos Africanos. Lisboa: Editorial Caminho.

CDIH (Centro de Documentação e Investigação Histórica), (2008), História do MPLA, 2ª volumes, Luanda: Publicação do MPLA,.

Centro de Estudos Estratégicos de Angola CEEA. (2006). A Geopolítica e Geoestratégia em Angola e em África. Luanda: Nzila.

EME. (1988). Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974). Comissão para o Estudo das Campanhas de África. 1º volume, Enquadramento Geral. Lisboa: Estado Maior do Exército.

EME. (1998). Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África. Comissão para o Estudo das Campanhas de África. 6º Volume, Tomo I – Angola. Lisboa: Estado Maior do Exército.

EME. (2006). Resenha Histórico-Militar das Campanhas

de África. Comissão para o Estudo das Campanhas de África. 6º Volume, Tomo II – Angola. Lisboa: Estado Maior do Exército.

CARVALHO, L. (2009). O movimento dos capitães, o MFA e o 25 de Abril: do Marcelismo à queda do Estado Novo. (Dissertação de Mestrado). Lisboa: Universidade Lusófona.

CAPOCO, Z. (2013). O Nacionalismo e o Estado: Um estudo sobre a História Política de Angola (1961 – 1991). (Tese Doutoramento). Lisboa: Universidade Católica.

GARCIA, P. (2001). Análise Global de uma guerra – Moçambique 1964-1974. (Tese Doutoramento) Lisboa: Universidade Portucalense

NEVES, A. (2011). Justiça e Paz nas Intervenções da Igreja Católica em Angola (1989 – 2002). (Tese Doutoramento). Lisboa: Universidade Lusófona.

PERES, F. (2010). A Revolta Activa - Os conflitos identitários no contexto de luta de Libertação Nacional. (Tese Doutoramento). Lisboa: Universidade Portucalense.

REIS, F. (2010). Das políticas de classificação às classificações políticas (1950-1996) A configuração do campo político angolano. Contributo para o estudo das

relações raciais em Angola. (Tese Doutoramento). Lisboa: Universitário de Lisboa.

SILVA, A (2010). A origem e Intervenção do MPLA na luta de Libertação Nacional (1961 – 1975). (Dissertação de Mestrado) Lisboa: Academia Militar de Portugal.

VELEZ, R. (2010). Salazar e Tchombé – O apoio de Portugal ao Catanga (1961 – 1967). Dissertação de Mestrado) Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

Do autor



João Manuel Correia Filho

É doutor em Ciências de Educação pela Universidade de Évora, doutor em Ciências de Educação – especialidade de Formação Docente – pela Universidad de la Integracion de las Americas de Assuncion, mestre em Relações Internacionais e Estudos Europeus pela Universidade de Évora, mestre em

João Manuel Correia Filho

Ensino da História de África e licenciado em Ciências da Educação – Opção Filosofia – pelo Instituto Superior de Ciências de Educação de Luanda. É Professor Auxiliar e Editor da Revista Realidade Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade de Luanda, foi Coordenador da Comissão de Gestão, director e formador sénior do Centro de Formação Saber. Tem participado como professor, júri e orientador em cursos de pós-graduação (mestrado e doutoramento) em instituições nacionais e estrangeiras. É autor e co-autor de vários livros, capítulos de livros, artigos científicos e pósteres. É membro investigador do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora.

Política e Escopo da Coleção de ebooks Humanas em Perspectiva



A Humanas em Perspectiva (HP) é uma coleção de livros publicados anualmente destinado a pesquisadores das áreas das ciências humanas. Nosso objetivo é servir de espaço para divulgação de produção acadêmica temática sobre essas áreas, permitindo o livre acesso e divulgação dos escritos dos autores. O nosso público-alvo para receber as produções são pós-doutores, doutores, mestres e estudantes de pós-graduação. Dessa maneira os autores devem possuir alguma titulação citada ou cursar algum curso de pós-graduação. Além disso, a Coleção aceitará a participação em coautoria.

A nossa política de submissão receberá artigos científicos com no mínimo de 5.000 e máximo de 8.000 palavras e resenhas críticas com no mínimo de 5 e máximo

de 8 páginas. A HP irá receber também resumos expandidos entre 2.500 a 3.000 caracteres, acompanhado de título em inglês, abstract e keywords.

O recebimento dos trabalhos se dará pelo fluxo contínuo, sendo publicado por ano 10 volumes dessa coleção. Os trabalhos podem ser escritos em português, inglês ou espanhol.

A nossa política de avaliação destina-se a seguir os critérios da novidade, discussão fundamentada e revestida de relevante valor teórico - prático, sempre dando preferência ao recebimento de artigos com pesquisas empíricas, não rejeitando as outras abordagens metodológicas.

Dessa forma os artigos serão analisados através do mérito (em que se discutirá se o trabalho se adequa as propostas da coleção) e da formatação (que corresponde a uma avaliação do português e da língua estrangeira utilizada).

O tempo de análise de cada trabalho será em torno de dois meses após o depósito em nosso site. O processo de avaliação do artigo se dá inicialmente na submissão de

artigos sem a menção do(s) autor(es) e/ou coautor(es) em nenhum momento durante a fase de submissão eletrônica. A menção dos dados é feita apenas ao sistema que deixa em oculto o (s) nome(s) do(s) autor(es) ou coautor(es) aos avaliadores, com o objetivo de viabilizar a imparcialidade da avaliação. A escolha do avaliador(a) é feita pelo editor de acordo com a área de formação na graduação e pós-graduação do(a) professor(a) avaliador(a) com a temática a ser abordada pelo(s) autor(es) e/ou coautor(es) do artigo avaliado. Terminada a avaliação sem menção do(s) nome(s) do(s) autor(es) e/ou coautor(es) é enviado pelo(a) avaliador(a) uma carta de aceite, aceite com alteração ou rejeição do artigo enviado a depender do parecer do(a) avaliador(a). A etapa posterior é a elaboração da carta pelo editor com o respectivo parecer do(a) avaliador(a) para o(s) autor(es) e/ou coautor(es). Por fim, se o trabalho for aceito ou aceito com sugestões de modificações, o(s) autor(es) e/ou coautor(es) são comunicados dos respectivos prazos e acréscimo de seu(s) dados(s) bem como qualificação acadêmica.

A nossa coleção de livros também se dedica a

publicação de uma obra completa referente a monografias, dissertações ou teses de doutorado.

O público terá acesso livre imediato ao conteúdo das obras, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.

Índice remissivo



A

África

página 158

página 199

página 216

página 253

L

Libertação

página 188

página 207

página 228

página 269

M

Movimento

página 83

página 215

página 220

página 267

P

Povo

página 138

página 167

página 181

página 260

Esse novo ebook produzido apresenta uma discussão essencial sobre os processos de divisão e unificação da Angola entre os anos de 1950-1975. O recorte do autor permite uma análise apurada e uma reflexão inovadora para o tema.



Periodicojs
EDITORA ACADÊMICA